

Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

O problema da referência a objetos não-existentes na
Teoria da Suposição de João Buridan

Roberta Magalhães Miquelanti

Belo Horizonte
2009

Roberta Magalhães Miquelanti

O problema da referência a objetos não-existentes na Teoria da Suposição de João Buridan

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Doutor Ernesto Perini
Frizzera da Mota Santos
Linha de pesquisa: História da Filosofia

Belo Horizonte
2009

Agradecimentos

Meu agradecimento especial a Ernesto Perini, que me apresentou às 'quimeras' e com quem aprendi a gostar dessa área de estudos tão pouco conhecida da Filosofia Medieval, porém não menos interessante e importante na História da Filosofia, por toda atenção, disposição, os inúmeros comentários, e pelas valiosas aulas, desde o início de meus estudos. Agradeço também a meus pais, Maria Luiza e Gilmar, pelo carinho, confiança, e incentivo, a Bruno, Flávio, Mynéia, Vivi, Elisa, Alex, Guilherme, Stener, Thiago e Luiz, pela paciência em me ouvir, pelos papos quiméricos e o constante incentivo; à CNPq, pela bolsa concedida; bem como a todos aqueles que de alguma forma colaboraram com este estudo.

Resumo

Este trabalho pretende investigar como o autor medieval João Buridan responde ao problema da referência dos termos não denotativos, i.e., termos que se referem a objetos não-existentes, dentro do quadro da teoria terminista medieval, principalmente a Teoria da Suposição. Iremos nos concentrar no estudo de um caso especial de objeto não existente: a quimera. Veremos que a teoria buridaniana responde à questão da significação e da referência de termos não denotativos recorrendo à complexidade semântica da linguagem, evitando, assim, a postulação de um tipo especial de existência para esses objetos.

Palavras-Chave: Buridan, Filosofia Medieval, Teoria da Suposição, objetos não-existentes.

Abstract

This work intends to investigate the way of the medieval author John Buridan answers the problem of the reference of non-denotative terms, that is, terms which refer to non-existent objects, within the medieval terminist theory, specially the Supposition Theory. It focuses on one special case of non-existent objects: chimaera. The buridanian theory answers the question of the meaning and reference of non-denotative terms making use of the semantic complexity of language and avoiding the postulation of a special type of existence of these objects.

Key-Words: Buridan, Medieval Philosophy, Supposition Theory, non-existent objects.

Abreviações

QPH = *Questiones Longe Super Librum Perihermeneias*

SP = *Summulae de Propositionibus*

SPH = *Summulae de Practica Sophismatum* ou *Sophismata*

SS = *Summulae de Suppositionibus*

Índice

Introdução	p.8
I- Noções Básicas da Semântica Buridaniana	p.13
I.1- A Significação	p. 13
I.2- A Suposição	p. 37
I.3- A Apelação	p. 55
II- Como falar de coisas que não existem? A ampliação	p. 59
II.1- Nicolau da Cornualha: análise do sofisma “Sócrates sempre é homem”	p. 61
II.2- Análise do sofisma “Todo homem é necessariamente animal”	p. 71
II.3- João Buridan: análise dos sofismas “Nenhum homem está morto” e “O não ser é pensado”	p. 83
II.4- Conclusões parciais	p. 94
III- Como falar de coisas impossíveis de existir?	
O caso da ‘quimera’	p.96
III.1- ‘Quimera’ significa e supõe por uma quimera?	p.97
III.2- A proposição “Uma quimera é uma quimera” é verdadeira?	p. 111
III.3- Uma solução <i>ad hoc</i> ?	p. 119
IV- Conclusão	p. 123
Referências bibliográficas	p. 128

*“Questão sutilíssima: se pode uma quimera,
bamboleando no vácuo, comer segundas intenções.”*
*(“Quaestio subtilíssima: utrum chimera,
in vacuo bombinans, possit comedere secundas intentiones.”)*
Rabelais, Pantagruel, I, VII.

Introdução

O problema dos termos não denotativos, ou que se referem a objetos não existentes, aparece na época medieval dentro do quadro semântico da chamada teoria das propriedades dos termos, que envolve sobretudo as noções de significação e suposição. Nosso objetivo neste estudo será analisar como esse problema aparece na obra de um desses autores: João Buridan. João Buridan é um dos mais importantes filósofos medievais, nascido provavelmente na diocese de Arras, Picárdia, entre 1300/1304. Diferentemente da maioria dos filósofos dessa época, Buridan não seguiu o curso comum dos estudos medievais, que era terminar os estudos de Teologia, mas continuou como Mestre de Artes na Universidade de Paris, sendo por duas vezes reitor dessa universidade, em 1327/1328 e em 1340, na qual lecionou até sua morte, em 1360/1361.¹

Como se sabe, o trabalho filosófico essencial na Idade Média era realizado através de comentários, seguindo o modo de organização do ensino universitário. Isto é verdade sobretudo com relação às obras teológicas. Já com relação às obras propriamente filosóficas, Aristóteles era o autor de referência, e Buridan comentou extensamente a sua obra. Já com relação às obras lógicas, a situação era um pouco

¹ Zupko (2003). As datas de nascimento e morte de Buridan são incertas e pouco se sabe sobre sua vida. Para mais detalhes ver: Michael, B. *Johanes Buridan: Studien zu seinem Leben, seinen Werken und zur Rezeption seiner Theorien im Europa des späten Mittelalters*, 2, Teile, Berlin: 1985, apud: Buridan, J. *Summulae de Suppositionibus*. Introduction, critical edition and indexes by Ria van der Lecq, Nijmegen: Ingenium Publishers, 1998, p. XI; Buridan, J. *Summulae de Dialectica*. An annotated translation, with a philosophical introduction by Gyula Klima. London: Yale University Press, 2001, p. XXVII.

diferente. A obra de referência era o *Tractatus* de Pedro da Espanha, ele mesmo parcialmente organizado como um comentário à obra aristotélica. A teoria semântica de Buridan é exposta sobretudo como um comentário às obras lógicas de Aristóteles, como o *Peri Hermeneias*, e ao *Tractatus* de Pedro da Espanha, e que constituem as *Summulae de Dialectica*. Outra importante obra buridaniana são as *Summulae de Practica Sophismatum*, que aparecem como o nono tratado das *Summulae de Dialectica*, e que podem ser mesmo consideradas como um tratado independente.²

A literatura sofismática constitui um domínio muito particular da Filosofia Medieval. Diferentemente do significado que a palavra ‘sofisma’ tinha na Filosofia Antiga, um ‘sofisma’, na Idade Média, era considerado uma proposição ambígua ou desconcertante, à qual são propostos argumentos a favor (*probatio*) e contra (*improbatio*) sua veracidade, o que tornava difícil a atribuição de um valor de verdade, e, em seguida, apresentada uma solução (*solutio*). Os sofismas acabaram tornando-se importantes exercícios no aprendizado de filosofia nas universidades medievais (*disputatio*), bem como importantes instrumentos para ilustrar, explicar e mesmo testar os limites de uma teoria, seja ela de gramática, física, lógica ou teologia. Assim, nossa escolha pelo estudo das *Summulae de Practica Sophismatum* ocorreu porque nesse texto, formado por um conjunto de vários sofismas

² Segundo Fabienne Pironet, em sua introdução aos *Sophismata*, este tratado pode ser considerado em sua origem como um tratado independente das *Summulae*, mesmo por tratar de exemplos lógicos, enquanto os outros tratados lidam com teoremas lógicos, além do que vários manuscritos omitem os *Sophismata*, indicando que sua incorporação à obra ocorreu em alguma das leituras posteriores das *Summulae* realizadas por Buridan, SPH, pp. XII-XIV.

agrupados em capítulos de acordo com o seu tema, temos acesso a uma visão de como a teoria semântica buridiana é construída, através da apresentação e solução de problemas, principalmente acerca das noções de significação e suposição, em diferentes sofismas.

Nossa escolha deve-se também ao fato de que a literatura sofismática retoma temas anteriores, e mesmo independentes a ela, como o problema da referência aos objetos não existentes, que vem a ser o tema de nosso estudo. Desde a antigüidade, a explicação de como é possível falar do que não existe - seja do que não existe de uma forma geral, mas também de conceitos específicos não instanciados - ocupou os filósofos. Na Idade Média, este é um tema muito importante em teorias semânticas, sendo que uma ilustração muito usual de objeto não existente nessas teorias é a quimera. A quimera, descrita como um animal formado por cabeça de leão, corpo de bode e rabo de serpente,³ passa a ser usada como um exemplo comum de objeto cuja existência é impossível, quer por uma impossibilidade natural, quer meramente por definição.⁴ Mas o fato de quimeras não existirem não torna nosso discurso acerca delas sem sentido ou mesmo absurdo (como indica a frase de Rabelais).⁵ Ao contrário, nosso discurso acerca de

³ Uma primeira descrição aparece da quimera aparece na *Ilíada* (VI, 181) de Homero, e sua composição varia em diferentes épocas e autores. Sobre a literatura da quimera ver Ebbesen, S. (1986) (1997), e sobre outros objetos não existentes, como o *tragelaphos*, ver Sillitti, G. (1980).

⁴ Iremos tomar a não existência necessária da quimera como um dado, sem especificar, contudo, em qual desses sentidos ela é necessariamente inexistente.

⁵ Ao contrário de Rabelais, vemos a questão dos objetos inexistentes como um importante problema filosófico, que merece ser analisado. Desmond Paul Henry faz alusão à frase de Rabelais no título de seu livro *"That Most Subtle Question: The Metaphysical Bearing of Medieval and Contermporary Linguistic Disciplines"* (Manchester University Press, 1984), mostrando a importância desta questão.

quimeras e de outros objetos inexistentes, como Papai Noel, Sherlock Holmes, é significativo. Assim, faz sentido colocarmos as seguintes questões: se é impossível existir uma quimera, então:

- i) o que o termo “quimera” significa?
- ii) a que o termo “quimera” se refere?

Para responder a tais questões, estruturamos a dissertação da seguinte maneira: no primeiro capítulo procuraremos mostrar, por meio do uso de sofismas, como se estruturam as noções semânticas de significação e suposição na teoria buridaniana. Já no segundo capítulo mostraremos como a suposição lida com a questão da referência de termos que significam objetos inexistentes no momento da enunciação, explicada pela noção de ampliação. No terceiro capítulo, trataremos especificamente da significação e suposição do termo ‘quimera’ na obra do autor.⁶

Sabemos que o objeto de estudo em questão é também um tema caro à filosofia analítica contemporânea.⁷ Procuramos evitar, contudo, uma leitura do problema dos termos que se referem a objetos não existentes tal como se apresenta nessa literatura. Mas esperamos que este trabalho seja não só um convite a mais estudos sobre o tema e o autor, cuja obra é ainda pouco estudada em nosso país,

⁶ Nesta dissertação, nos concentraremos principalmente no estudo da *Summulae de Practica Sophismatum*, recorrendo às *Summulae de Propositionibus* e *Summulae de Suppositionibus* para esclarecer pontos que não são amplamente desenvolvidos no mesmo. As traduções da *Summulae de Practica Sophismatum* e do texto de Nicolau da Cornualha utilizadas no decorrer do texto foram feitas pelo Prof. D. Ernesto Perini, com circulação restrita durante curso ministrado sobre o autor em estudo em 2006, a partir da edição crítica do texto latino. Já as traduções dos outros textos buridanianos, bem como do sofisma “*Omnis homo est necessitate animal*”, foram feitas por mim.

⁷ Tais discussões aparecem em autores com Frege, Russel, Meinong, Quine, Kripke, entre outros.

bem como possa promover a interlocução entre a teoria buridiana e a de autores contemporâneos.

Capítulo I:

Noções básicas da semântica buridaniana

Nesse primeiro capítulo, apresentaremos as noções básicas da semântica buridaniana. Para isso, recorreremos à análise de problemas semânticos apresentados em alguns sofismas que nos permitirão mostrar em que se fundamentam e em que consistem as propriedades da significação e da suposição. Nosso principal objetivo com essa análise será descobrir se tais propriedades podem ser consideradas um instrumento para a determinação das condições de verdade de uma proposição. Por fim, faremos um breve exame da apelação.

I.1- A significação:

A significação é exposta por Buridan principalmente no primeiro capítulo da *Summulae de Practica Sophismatum*, que trata da significação dos termos e das proposições. Tomemos primeiramente o sofisma “Toda proposição vocal é verdadeira”.⁸ O ponto de partida do sofisma é uma tese aristotélica acerca da significação da proposição: “pois como quer que a proposição signifique, há uma

⁸ “Omnis propositio vocalis est vera”, SPH, p.12.

correspondência na coisa significada; logo, é verdadeira”.⁹ Portanto, para saber se o sofisma é verdadeiro, devemos analisar se essa condição é preenchida. Para isso, devemos esclarecer os seguintes pontos:

- i) o que uma proposição, no caso uma proposição vocal, significa;
- ii) se a correspondência entre a proposição e a coisa significada é suficiente para determinar a verdade de uma proposição.

Investiguemos a primeira questão. Ela consiste na premissa de que a toda proposição vocal significa uma proposição mental que lhe é similar ou proporcionalmente correspondente.¹⁰ Nosso primeiro passo será investigar se essa teoria é verdadeira.

A idéia de uma correspondência entre a proposição vocal e a proposição mental baseia-se na teoria da cadeia de significação. Como esta correspondência se dá termo a termo, a associação entre proposição vocal e proposição mental deriva da associação entre termos vocais e conceitos. Segundo esta teoria da significação, os termos escritos significam os termos falados a eles correspondentes; os termos falados significam os conceitos a eles correspondentes; os conceitos significam os objetos do mundo a partir dos quais foram concebidos. Essa teoria não é originalmente buridaniana, mas remete a Aristóteles, que introduziu a questão no *De Interpretatione*, apresentando pela primeira vez uma explicação semântica da

⁹ “quia qualitercumque significat, talem habet correspondentia in re significata; igitur est vera”, SPH, p.12.

¹⁰ “quia omnis propositio vocalis significat mentalem sibi similem seu proportionaliter correspondentem”, SPH, p.12.

relação de significação entre linguagem, pensamento e mundo.¹¹ Essas relações foram mais tarde comentadas por Boécio, responsável por distinguir propriamente a relação de dependência da significação não só entre os termos, mas também entre os três tipos de discurso: mental, falado e escrito,¹² distinção que se tornou um lugar comum na Idade Média.

Se temos uma explicação atomista, i.e., termo a termo, da significação dos termos vocais, para saber o que uma proposição vocal significa, devemos partir do que o termo vocal significa, já que uma proposição vocal é composta por vozes (*voces*) ou termos vocais. Na teoria buridaniana, nem toda voz (*vox*), i.e, nem todo som articulado, é significativa.¹³ A teoria mais difundida na Idade Média do que torna um som articulado significativo é a teoria da Imposição. Segundo essa teoria, uma voz torna-se significativa ao ser imposta para significar um objeto do mundo, de acordo com a vontade do impositor (*ad placitum*). Mas dissemos também que, segundo a teoria da cadeia de significação buridaniana, os termos vocais não significam diretamente o objeto do mundo, mas significam primeiramente o conceito deste objeto e por meio dele, o objeto do mundo. Logo,

¹¹ *De Interpretatione* I, 16a, 3-8: "Os sons falados são símbolos das afecções na alma, e os sinais escritos são símbolos dos sons falados. E assim como os sinais escritos não são os mesmos para todos os homens, também os sons não são os mesmos. Mas as coisas de que em primeiro lugar são signos - as afecções da alma - são as mesmas para todos; e aquilo do que essas afecções são semelhanças - as próprias coisas - também são as mesmas". In: Ackrill, J. L. *A New Aristotle Reader*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

¹² Para mais detalhes ver Panaccio (1999), Spade (2002), Nuchelmans (1973).

¹³ Apesar de Buridan falar de proposições nesse sofisma, e a teoria da cadeia de significação ser apresentada em relação a termos isolados, tal fato não é problemático, pois as relações de significação entre os termos mentais, falados (que também chamamos voz) e escritos, é a mesma entre proposições mentais, faladas e escritas, enquanto formadas pela união de dois ou mais termos.

para Buridan, todo termo vocal significativo, i.e, que foi imposto para significar, significa primeiramente um conceito. De fato, se digo ‘Buba’,¹⁴ esse som vocal nada significa, já que este som ‘buba’ não foi imposto para significar e, por isso, não remete a nenhum conceito. Além disso, uma proposição é definida por Buridan como uma seqüência de vozes passível de ser avaliada como verdadeira ou falsa, pois significa uma proposição mental que é verdadeira ou falsa.¹⁵ Assim, uma seqüência de sons que não são significativos não pode constituir uma proposição significativa.

Essa parece ser, então, uma condição suficiente para provar o sofisma, que será verdadeiro se a proposição vocal tiver um correspondente na coisa por ela significada. Desde que consideremos que ao falar de proposição vocal falamos daquela formada pela união de termos significativos, parece que a condição de verdade proposta pela tese aristotélica sempre será preenchida, pois a toda proposição vocal significativa corresponde uma proposição mental que é por ela significada. A hipótese contrária, i.e., uma proposição vocal que tivesse pelo menos uma parte que não correspondesse a um conceito, como “Bubas são animais”, não

¹⁴ Usaremos aspas duplas (“x”) para nos referir a proposições; aspas simples a termos vocais (‘y’); e asterisco (*z*) a termos mentais ou conceitos.

¹⁵ “Propositio est oratio verum vel falsum significans”, SP, p.28. Buridan explica que essa definição de proposição é propriamente da proposição vocal, pois ela significa algo que é verdadeiro ou falso, i.e, significa uma proposição mental a ela correspondente, que é verdadeira ou falsa (“Notandum est etiam quod ibi diffinitur propositio vocalis (...) quae prius diffinita est quod ipsa est vox significativa etc. Ideo bene dicit auctor quod est significans verum vel falsum, quia significat propositionem mentalem, quae est vera vel falsa”, id. p.29). Assim, para Buridan uma proposição é uma sentença-*token*, i.e., a ocorrência de uma sentença escrita ou falada, em oposição ao sentido contemporâneo usual, segundo o qual proposição é uma entidade não lingüística significada por sentenças, que, como veremos ao citar os *complexe significabile*, será recusada por Buridan. Devemos também mencionar que tal definição de proposição formada apenas com termos significativos é válida para casos em que os seus termos são tomados em suposição pessoal, pois casos em que os termos estão em suposição material exigiriam uma precisão suplementar.

poderia ser avaliada como verdadeira ou falsa, e, portanto, não é considerada uma proposição.

Sabemos, contudo, que essa conclusão é evidentemente falsa, pois, de fato, existem proposições vocais falsas. Devemos então reconsiderar a análise do sofisma a partir das seguintes hipóteses: ou temos um argumento inválido ou suas premissas são falsas. Devemos descartar a primeira possibilidade, pois o sofisma é logicamente válido. Faremos então uma nova análise das premissas. Como não temos, inicialmente, motivos para duvidar da veracidade da cadeia de significação proposta por Buridan, iremos então avaliar o princípio aristotélico de verdade apresentado. Essa escolha se deve ao fato de que a cadeia de significação buridaniana envolve dois níveis:

(i) os termos vocais significam imediatamente os conceitos;

(ii) os termos vocais significam mediatamente ou pela mediação dos conceitos, os objetos do mundo.

Logo, podemos pensar que a tese aristotélica da verdade anunciada, i.e., “pois como quer que a proposição signifique, há uma correspondência na coisa significada; logo, é verdadeira”, pode se referir não à significação imediata do termo vocal, mas à sua significação mediata. Este primeiro sofisma nos leva a considerar que a noção de significação é ambígua, podendo ser mediata ou imediata. A tese aristotélica deve ser, portanto, precisada.

Esse passo é dado por Buridan no sofisma seguinte: “Um cavalo é um asno”, que deve ser avaliado na situação hipotética ou *casus* em que não existem nem

cavalos nem asnos. Esse sofisma exhibe os diferentes níveis nos quais se desdobra a relação de significação: correspondência entre a proposição vocal e a proposição mental que ela significa imediatamente; correspondência entre a proposição vocal e as coisas que ela significa mediadamente no mundo.

O princípio aristotélico será agora revisto: uma proposição será verdadeira se os objetos no mundo forem assim como são significados pela proposição vocal, e é claro que esta é a relação mediata entre termos vocais e objetos mundanos. O argumento coloca-se da seguinte maneira: no *casus* posto, em que não existem nem cavalos nem asnos, a proposição contraditória à apresentada no sofisma, i.e., “Nenhum cavalo é um asno” é falsa, já que as coisas não são no mundo como a proposição diz, pois não são de modo algum, já que não existem nem cavalos nem asnos. Logo, se sua contraditória é falsa, a proposição apresentada pelo sofisma, “Um cavalo é um asno”, é verdadeira.

Um outro sofisma também explora a relação de correspondência entre proposição vocal e conceito. É o sofisma “Ninguém mente”.¹⁶ Dissemos que a toda proposição vocal sempre há uma proposição mental a ela correspondente. ‘Mentir’ é definido como ‘ir contra o que se tem na mente’. Mas se, como dissemos, toda proposição vocal tem uma correspondente na mente, nunca poderá existir uma proposição vocal à qual não corresponda uma proposição mental. Se tal argumentação é verdadeira, somos levados a aceitar que é impossível mentir, o que é obviamente falso.

¹⁶ “Nullus mentitur”, SPH, p.18.

Mais uma vez, para resolver esses sofismas, precisamos esclarecer as mesmas questões feitas anteriormente, a saber, o que significa uma proposição vocal e quais são as condições de verdade de uma proposição.

Para resolver a primeira questão, devemos considerar se existe alguma diferença entre a significação dos termos falados e dos termos mentais. Segundo a teoria buridaniana da origem da significação dos termos, quando temos na origem da cadeia de significação objetos que podem ser percebidos, formamos naturalmente o conceito desse objeto ao percebê-lo no mundo sensível. É importante notar que o conceito não é entendido aqui no sentido de uma forma universal, mas antes como uma realidade psicológica individual, sendo formado quando há um ato cognitivo singular. Os conceitos têm então uma origem natural. Diferentemente dos conceitos, os termos falados e escritos são criados. Como vimos, segundo a teoria da Imposição uma voz só se torna significativa quando é imposta segundo a vontade (*ad placitum*) do impositor para significar um objeto do mundo. Assim, a voz torna-se um nome (*nomen*),¹⁷ que é cunhado para se referir a um certo objeto do mundo. Como não há nada de intrínseco no nome ou em sua natureza que o faça significar determinada coisa do mundo e não outra, a linguagem formada pelos termos falados é considerada convencional, pois que o nome passe a significar sempre um mesmo objeto ocorre devido a uma convenção.

A explicação de como a linguagem convencional adquire significatividade envolve ainda outro momento, pois a explicação dada pela teoria da Imposição

¹⁷ Um nome é definido como “uma voz significativa por convenção” (*vox significativa ad placitum*), QPH, p.8.

sobre a significação dos nomes é apenas uma descrição do processo de como os termos da linguagem convencional adquirem a propriedade de significar algo do mundo arbitrariamente e pressupõe que a relação de significação entre conceito e objeto ocorre diretamente, mas não fundamenta como esse processo ocorre. Um outro tipo de explicação é dado por uma teoria fundacional da propriedade da significação, mostrando como um nome pode significar a mesma coisa para uma comunidade de falantes.¹⁸ Entendo por fundacional uma teoria que explique porque os termos da linguagem têm determinada propriedade semântica, assim como é colocado por Stalnaker.¹⁹

Em sua teoria semântica fundacional, Buridan apresenta a linguagem mental como fundamento do que é natural e prioritariamente significativo.²⁰ Isso porque o nome não é imposto para significar diretamente um objeto do mundo. Os termos falados (*vocem*) surgem como uma tentativa de expressar o pensamento ou a compreensão do mundo adquirida através do conceito: após adquirir o conceito, o indivíduo cria um primeiro vocabulário, impondo um som para significar um conceito e, através dele, o objeto do mundo que foi concebido. Em seguida, pode criar uma palavra escrita que signifique esse som. Assim, o processo de como esses

¹⁸ A descrição da Teoria da Imposição dada anteriormente é apenas sua imagem geral. Ela é sustentada por muitos autores medievais independentemente da adoção de uma teoria fundacional da linguagem mental, como faz Buridan. Um exemplo claro desse fato é que Pedro de Espanha explica o caráter significativo da linguagem convencional sem recorrer à linguagem mental. Esse é um dos pontos de divergência nas concepções dos dois autores.

¹⁹ Stalnaker (1997).

²⁰ Uma teoria semântica baseada na linguagem mental é uma explicação de como um signo de um termo mental, que significa naturalmente o mesmo para todos e que constitui a linguagem do pensamento, é ligado a seus referentes externos.

termos adquirem significação é dado por uma espécie de relação causal entre eles e a linguagem mental ou os conceitos.

Como coloca Klima,

“o comprometimento com a linguagem mental em sua função semântica é simplesmente o reconhecimento do fato trivial de que sons articulados não são em si mesmos significativos: uma voz significativa é significativa apenas em virtude de ser associada com (ou subordinada a) algum ato cognitivo da mente humana”.²¹

Os conceitos que compõem a linguagem mental são dados como os elementos primitivamente significativos e fazem, então, o intermédio na relação de significação entre linguagem e mundo. Essa idéia decorre de uma concepção de que a linguagem não significa as coisas do mundo diretamente, mas é um meio de expressar o pensamento sobre elas. A relação básica de significação não é, assim, entre linguagem e mundo, mas entre o pensamento e as coisas a que ele se refere no mundo. A linguagem mental ocupa assim um papel prioritário na relação de significação. Assim, é esse sentido arbitrário da linguagem convencional que a diferencia da natural, pois enquanto nesta o conceito significa o mesmo para todos por um processo natural, na linguagem convencional um nome só significa um determinado objeto se ele foi imposto para significá-lo e para quem conhece a sua imposição.

²¹ Klima (2001), p. XXXIV.

A cadeia de significação envolve então as seguintes relações:²²

“letras escritas significam vozes proferidas ou que podem ser proferidas, e não significam outras coisas fora da alma, como asnos e pedras, a não ser mediante a significação das vozes”;²³ “vazes significativas significam paixões, isto é, conceitos da alma, e não <significam> outras coisas a não ser mediante a significação do conceito”;²⁴ “por todo conceito alguma coisa é concebida, ou melhor, não somente uma única coisa, mas muitas <coisas> simultaneamente”.²⁵

As relações de significação são de dois tipos: imediatas, quando há uma relação de correspondência direta entre os termos, e mediatas, quando essas relações são indiretas ou mediadas por outro termo. As relações imediatas ocorrem entre os termos escritos e falados, entre os termos falados e os conceitos, e entre os conceitos e os objetos que eles concebem. Já as mediatas ocorrem quando um termo significa outras coisas além do que ele significa imediatamente. Nesse caso, ele só significa essas coisas pela mediação do que ele significa imediatamente. Assim, as letras escritas significam também os conceitos pela mediação dos termos falados, que os significam imediatamente. Já os termos falados, além de significarem imediatamente o conceito, também significam pela mediação do conceito as coisas por ele concebidas. Mas as letras escritas também significam as coisas do mundo pela mediação do conceito, que é por ela significado através dos termos falados. A relação de significação entre letras escritas e termo falado e os

²² Buridan retoma a relação introduzida por Aristóteles no *De Interpretatione* I, 16a, 3-8.

²³ “litterae scriptae significant voces prolatas vel proferendas, et non significant alias res extra animam, puta asinos aut lapides, nisi mediante significatione vocum”, SPH, p.18.

²⁴ “voces significativae significant passiones, id est conceptus animae, et non alias res nisi mediante conceptuum”, SPH, p.19.

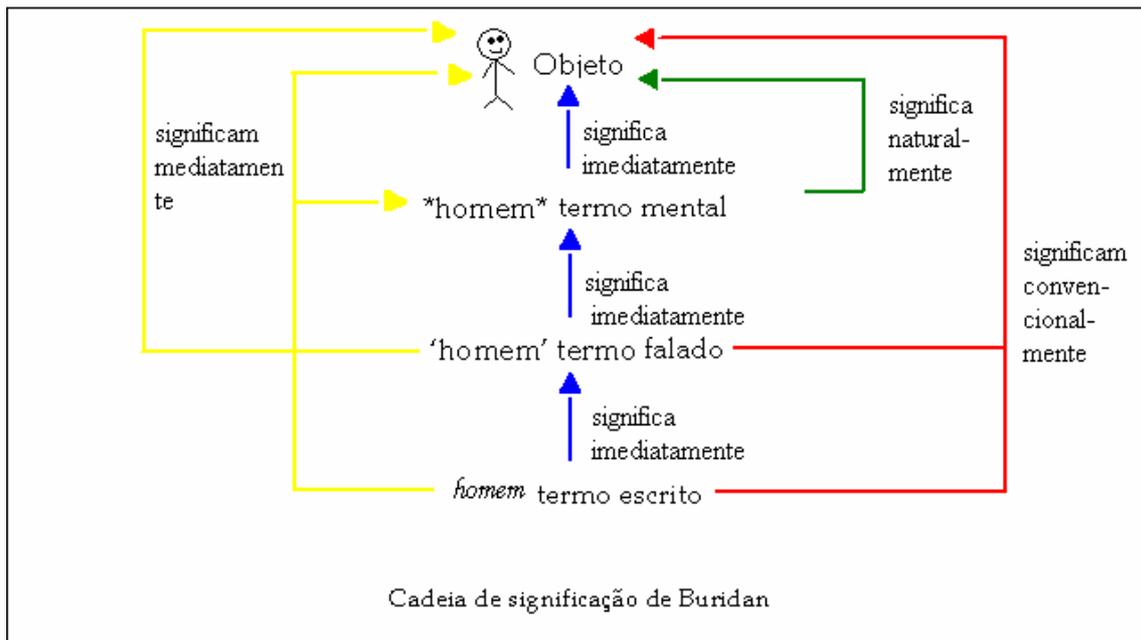
²⁵ “quod omni conceptu aliquid concipitur vel forte non unum solum, sed multa simul”, SPH, p.20.

objetos só pode ocorrer pela mediação dos conceitos. Essa relação de significação entre conceitos e linguagem convencional é também chamada subordinação.²⁶

A cadeia causal de significação pode ser então assim resumida: um termo escrito significa imediatamente um termo falado; o termo falado significa imediatamente o conceito e este significa imediatamente o objeto a partir do qual foi concebido. Logo, os conceitos significam de forma direta e imediata o objeto do mundo ao qual ele corresponde, mas os termos falados ou escritos só significam o objeto do mundo pela mediação do conceito.²⁷ Dessa forma, se percebemos um termo x, escrito ou falado, ele nos remete logo a um conceito, que por fim nos remete ao objeto do mundo do qual é concebido pelo conceito e que está na base da cadeia causal. Estes são os significados últimos desse termo x. Temos então o seguinte esquema das relações de significação em Buridan:

²⁶ Para uma análise mais detalhada dessas relações ver Spade (2002), pp. 53-88.

²⁷ Ockham diverge de Buridan nesse ponto, pois, para ele, tanto o conceito como os termos convencionais significam imediatamente o objeto do mundo. Ver Biard (1989), p.168. A relação entre os termos escritos e falados e entre os termos falados e conceitos é, também para Ockham, uma relação de subordinação, mas não é em si mesma um tipo de relação significativa, como considera Buridan. Ver Spade (2002), p.79.



A análise mais profunda dessa cadeia nos mostra, então, que a relação de significação pode se referir a dois tipos de relação: termo vocal- conceito e termo vocal- coisa, e que estão presentes em qualquer elemento significativo da linguagem e que, portanto, considerá-la como critério para a definição de verdade de uma proposição implica que sempre a proposição será verdadeira, já que esta é formada por elementos significativos e, logo, possui como característica ter tais relações de significação.

Essas considerações nos permitem mostrar que os dois primeiros sofismas apresentados são falsos, pois, como vimos, a cadeia causal de significação, ao expor como ocorrem as relações de significação explica porque expressões são significativas, mas não garante que expressões significativas sejam verdadeiras. O primeiro sofisma apresentado, “Toda proposição vocal é verdadeira”, é falso justamente porque apresenta como condição de verdade que a proposição vocal

tenha um correspondente na mente, condição realizada por toda proposição vocal. O mesmo acontece com o segundo sofisma apresentado, “Um cavalo é um asno”, pois a toda proposição vocal existe algo que lhe corresponde no mundo, a saber, os conceitos que lhe são correspondentes.

Já o sofisma “Ninguém mente” também é falso. Sabemos, de fato, que as pessoas mentem. Isso ocorre porque asserimos uma proposição que sabemos ser falsa, mas com a intenção de que seja tomada pelos interlocutores como verdadeira. Assim, há uma proposição mental falsa correspondente à proposição vocal asserida, também falsa. Assim, Buridan ressalta mais uma vez que há duas relações de significação: a relação entre termo vocal e conceito, dada com a imposição, que garante a significatividade da proposição vocal ao garantir a significatividade de seus componentes; e a relação de significação natural entre conceito e objetos mundanos, que garante a verdade.²⁸

Retomando nossa análise até aqui, vimos que a condição de verdade apresentada na tese aristotélica é a de que uma proposição é verdadeira se assim como ela significa, assim as coisas são no mundo; caso contrário, a proposição será falsa. A verdade é determinada então como uma relação de concordância entre o que a linguagem diz e como as coisas são no mundo. Essa é justamente a função semântica realizada pela significação. Chegamos, contudo, a partir da análise dos

²⁸ Este sofisma ressalta também que as relações lingüísticas envolvem outros elementos, como a intenção do locutor. Tais elementos produzem uma indeterminação na significação de uma proposição, que pode ser resolvida através do contexto proposicional. Buridan acentua, assim, uma dimensão importante da linguagem: o uso.

sofismas anteriores à seguinte conclusão: a significatividade é uma condição necessária, embora insuficiente para determinar se uma proposição é verdadeira.

No sofisma “deus não existe”,²⁹ Buridan apresenta uma nova possibilidade para a verdade dessa proposição, ainda de acordo com a tese aristotélica “como quer que a proposição signifique, assim é; logo ela é verdadeira”:

[1] se existe uma proposição mental correspondente a essa proposição vocal, então ela é verdadeira. Como vimos acima, se uma proposição vocal é significativa, então ela sempre significa uma proposição mental a ela correspondente, o que nos levou a descartar tal condição para determinar o valor de verdade da proposição;

[2] se existe algo no mundo que corresponda ao que a proposição significa então ela é verdadeira. É necessário acrescentar à condição acima que exista o que a proposição significa *extra animam*. Temos aqui duas possibilidades:

[a] a proposição significa exatamente as mesmas coisas significadas pelos seus termos;

[b] a proposição significa algo de diferente.

De acordo com a possibilidade [a], a proposição “deus não existe” significa o mesmo que os seus termos categoremáticos, i.e., o mesmo que o termo ‘deus’ significa. Como deus existe, esta proposição significa algo além da proposição mental, a saber, o objeto no mundo por ela concebida, i.e., o próprio deus. A existência de deus parece ser então condição suficiente para que a proposição seja verdadeira. Mas no caso desse sofisma, a existência de deus também torna

²⁹ “deus non est”, SPH, pp.13-14.

verdadeira a proposição contraditória a ela, “deus existe”, pois essa proposição também significa o mesmo que o termo ‘deus’, i.e., significa deus. Isso leva ao absurdo de que tanto a proposição “deus não existe” como “deus existe” são verdadeiras quando deus existe.

Mas se pensarmos de acordo com a possibilidade [b], i.e, a proposição significar algo de diferente, então a proposição “deus não existe” pode significar algo além das coisas na mente, e isto não pode ser outra coisa do que significar deus não existir. Mas aceitando tal possibilidade, i.e., se a proposição “deus não existir” significa deus não existir, concluímos que deus não existir existe. Que isto possa ser assim, Buridan mostra dizendo que a proposição “Um cavalo existe” significa mais do que o termo ‘cavalo’ apenas, pois se não significasse algo a mais, i.e., um cavalo existir, não haveria diferença entre dizer um e outro. Essa significação a mais é o que alguns medievais chamavam de *complexe significabile*, e corresponde ao objeto total significado por uma proposição.³⁰

Para resolver esse sofisma, vamos retomar os resultados obtidos até aqui e aprofundar nossa análise sobre o que é a significação. Isso nos permitirá esclarecer porque ela é insuficiente como instrumento de critério de verdade.

Ao expor as características da significação, Buridan apresenta primeiramente o que é um elemento convencionalmente significativo. Estes aparecem no discurso, na linguagem falada e escrita. Como o discurso se dá por intermédio da voz, que por sua vez é um som, sua análise começa a partir desse

³⁰ Os *complexe significabile* são entidades a que correspondem a significação, proposta na teoria de autores como Adão de Wodeham e de Gregório de Rimini (séc. XIV). Ver Libera (2002), pp.164-65.

elemento mais geral.³¹ Um som “é definido como uma qualidade sensível pelo ouvinte *per se* e propriamente”.³² Quando os sons são produzidos pela boca de um animal e formados por instrumentos naturais são chamados ‘vozes’ (*voces*), e quando são produzidos por qualquer outro instrumento são denominados ‘não-vozes’.³³ Essa diferenciação é importante, pois ressalta que enquanto toda voz pode ser considerada um som, nem todo som é uma voz. Por exemplo, os passos de um homem são considerados um som, mas não uma voz, enquanto o choro de um bebê é um som considerado voz.³⁴ As vozes podem ser significativas ou não-significativas. Uma voz significativa é definida como aquela que representa alguma coisa para o ouvinte. Representar alguma coisa para o ouvinte, quer dizer, para Buridan, representar um conceito. O que torna uma voz significativa é, então, que ela seja imposta para significar um determinado conceito, e esta é uma relação

³¹ “nam quia ut plurimum opus logicae exercetur per disputationem, quae quidem disputatio non potest esse sine sermone nec sermo sine voce, ideo aliquid expedit dicere de voce. Et quia omnis vox est sonus et non converso ita quod hoc nomen ‘sonus’ est communius hoc nomine ‘vox’, ideo incipiendum dicere est aliquid dicere de sono, nom quia sonus est dignior voce, sicut aliqui textus habent, sed propter ditam communitatem”, SP, p.12.

³² “Sonus est qualitas sensibilis auditu per se et proprie”, SPH, p.12.

³³ SP, p.13. Uma definição diferente de voz é dada por Aristóteles no *De Anima*, 420b 27-32: “A voz é o golpe do ar respirado pela ação da alma nas partes deste tipo e contra a chamada traquéia. Pois não é todo som de animal que é voz (...). Mas é preciso que aquele que provoca o golpe seja dotado de alma e, mesmo, que tenha alguma imaginação (...)” (Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis, Editora 34). Essa concepção aristotélica leva à conclusão de que toda voz é significativa, o que entra em contradição com a definição apresentada acima. Mas nas *Questiones Extensas Super Librum Peri Hermeneias* esta definição é apresentada por Buridan (“Notandum est quod omnis vox est significativa”), QPH, I.2, p.8. Buridan está ciente do problema e sua solução consiste em dizer que o que essa conclusão aristotélica significa é que todo nome significa ou pode significar (quia iam significat vel potest significare), *ibid.* Isto é, ou a voz já é significativa, se já foi imposta para significar, ou se não é, pode ser imposta para significar. Nesse sentido toda voz é significativa. Com essa solução, Buridan pode continuar sustentando em sua teoria que existem vozes não-significativas, como ‘buba’, idéia que não é apresentada na teoria aristotélica. Esse é um ponto essencial para compreender o que é a significação para Buridan, como veremos adiante.

³⁴ Devemos notar que mesmo os passos de um homem são considerados naturalmente significativos, pois todo efeito significa a sua causa. Nesse sentido, podemos dizer que todos os sons são significativos.

convencional (*ad placitum*). Logo, de acordo com essa definição, as vozes não-significativas são aquelas que não estão ligadas a nenhum conceito, como ‘buba’; já todas as vozes que representam um conceito para o ouvinte são significativas. Essa definição de significação como um tipo de representação é válida somente para as linguagens convencionais, pois somente elas significam imediatamente conceitos e, por mediação destes, os objetos do mundo. Mas como os conceitos significam imediatamente os objetos do mundo, o tipo de relação de significação entre eles e o mundo é diferente do tipo de relação de significação entre os termos da linguagem convencional e os conceitos.

Para Buridan, por um conceito é concebido de forma direta e imediata o objeto do mundo ao qual ele corresponde. O que torna os conceitos significativos é então um ato de apreensão ou concepção dos objetos do mundo. De fato, “aquilo pelo que nada compreendo nada significa para mim, pois significar é produzir a intelecção de alguma coisa”.³⁵ De maneira mais precisa, ‘significar’, para um conceito, é definido como um ato que envolve a produção da intelecção de algo, que torna possível estabelecer a compreensão desse algo, o que corresponde à significação mediata para termos convencionalmente significativos.³⁶ Buridan não

³⁵ “Hoc enim nichil significat per quod ego nichil intelligo, cum significare sit intellectum rei constituere”, QPH, p.12.

³⁶ Segundo Nuchelmans (1973), Buridan restringe o uso do termo ‘significar’ aos termos da linguagem convencional, pois termos escritos são signos convencionais dos termos vocais e os termos vocais são signos convencionais dos conceitos. Os termos mentais, contudo, não significam, nem mesmo de um modo natural, mas eles são conceitos na mente pelos quais concebemos coisas. (p.243) De fato, não encontramos nos textos buridanianos exemplos nos quais o autor diz que “um conceito *significa* um objeto do mundo”, mas sim que “pelo conceito algo *é concebido*”. Acreditamos, contudo, que essa definição de significação apresentada nas QPH concerne especificamente aos conceitos e seja a principal característica da significação para Buridan, já que a significação dos

usa o verbo 'significar' ao definir essa relação de significação, mas o próprio verbo 'conceber' (*concipere*), já que é por esse processo que o conceito significa um objeto: significar é definido como 'conceber algo'. Dessa forma, diz que "por todo conceito categoramático simples algo é concebido. Seria de fato absurdo dizer que concebo e entendo e também que não concebo nem entendo nada".³⁷ Fica claro, portanto, a ligação íntima entre conceito e objeto: o conceito é sempre a intelecção de algo, e, portanto, é sempre conceito de algo, o que pressupõe a existência das coisas do mundo. O conceito é o meio pelo qual concebemos as coisas e, por isso, é a primeira forma de significação do mundo. O conceito é, assim, o elemento mais fundamental e primário na relação de significação. A significação é, por isso, definida em função dessa relação.

Além de o conceito ser um elemento essencial na explicação das diferenças de significação da linguagem, ele também explica algumas características essenciais da significação. Como vimos, o conceito é resultado de um processo natural através do qual um objeto é concebido. Um nome imposto para significar esse conceito também significa essas coisas, mas não diretamente, pois a partir do momento em que um termo é imposto para significar um determinado objeto, ele passa a significá-lo através de um conceito. Este permite que ele continue tendo o mesmo significado para todos os que conhecem a sua imposição, mesmo se esse objeto não estiver presente ou se não mais existir. O conceito, aliado à imposição,

termos convencionais só pode ocorrer porque está fundamentada nessa relação de significação prioritária.

³⁷ "(...) quod omni conceptu simplici kathegorematico aliquid concipitur. Absurdum enim esset dicere quod concipio et intelligo et quod tamen nichil concipio vel intelligo.", QPH, p.10.

permite então que a significação possua essa importante característica da atemporalidade. Essa característica permite a identidade dos conceitos de um indivíduo com o de outros e, assim, o nascimento de uma linguagem pública, pois o conceito permite que um termo imposto e conhecido por uma comunidade lingüística possa significar para todos um mesmo tipo objeto.

O que está em jogo aqui não é a identidade numérica do conceito de um indivíduo com o de outro, mas o fato de que ele significa para mais de um indivíduo os mesmos objetos do mundo. O ponto é então explicar como diferentes pessoas podem pensar o mesmo, já que no quadro buridaniano só existem ocorrências conceituais individuais, i.e., um conceito que ocorre na mente de alguém. Num quadro realista, essa identidade é garantida pelo fato de as pessoas apreenderem o mesmo conceito, i.e., o que é numericamente o mesmo conceito. Mas num quadro nominalista, o que explica esta identidade de pensamento não é a identidade numérica do objeto apreendido, mas a similaridade garantida por regularidades naturais.

Sabendo agora em que consiste a relação de significação, podemos analisar o que é a significação de um termo da linguagem convencional, para que possamos em seguida resolver no nosso sofisma o problema da significação da proposição, já que esta é formada por termos. Vimos que o conceito é resultado de um processo natural no qual apreendemos um objeto do mundo. Logo, ele significa primariamente e imediatamente um objeto real existente no mundo. Esse tipo de conceito é chamado simples. Já os nomes são impostos para significar através dos

conceitos os objetos do mundo. O termo lingüístico que é imposto para significar imediatamente o conceito e, por meio dele, as coisas concebidas pelo conceito, i.e., seus significados últimos, é chamado de termo categoremático puro.³⁸ Esses termos são, assim, considerados como os elementos fundamentalmente significativos da linguagem convencional.

A significação de um termo é então resultado dessa relação entre palavra e conceito. O fato de que existe uma arbitrariedade na imposição de um nome para significar o conceito, leva também a outros fenômenos lingüísticos. Como os nomes são impostos arbitrariamente para significar um conceito, um único nome pode ser imposto para significar não apenas um conceito simples, mas um conceito complexo. Os conceitos simples podem ser unidos na mente, formando os chamados conceitos complexos. Enquanto sempre um objeto é concebido pelos conceitos simples, o mesmo não acontece com os conceitos complexos. Isso ocorre porque o intelecto pode unir dois conceitos simples de objetos que, no mundo, são impossíveis de serem unidos, como o conceito complexo *asno risível*. Isso revela o fato de que, apesar de sempre haver na linguagem mental um termo correspondente aos termos falados ou escritos, essa correspondência não precisa ser estrita. A estrutura sintática da língua falada pode ser simples, mas corresponder a uma estrutura mental complexa.

O que vimos até aqui nos permitiu ter uma noção, de acordo com a cadeia de significação, do que significam os termos vocais e mentais. Precisamos agora

³⁸ "Dicuntur autem pure categorematicae, quia non solum significant conceptus quos immediate significant, sed etiam res illis conceptibus conceptas.", SS, p.18.

rever o quê uma proposição significa. Ficou estabelecido que o significado imediato de uma proposição vocal é uma proposição mental. Mas, segundo Nuchelmans,

“a matéria da proposição mental é formada de conceitos, que são o sujeito e o predicado; a sua forma é a cópula mental, o conceito *complexivum* que é o ato de compor e separar. A cópula mental não significa que o sujeito-pensado e o predicado-pensado estão relacionados à mesma coisa ou não estão relacionados à mesma coisa. Ela é, na verdade, a atividade de compor e separar, sendo um modo de conceber as coisas de uma maneira complexa, seja afirmativamente ou negativamente”.³⁹

As proposições vocais são formadas por pelo menos dois termos categoremáticos, o sujeito e o predicado, que significam, por sua vez, conceitos simples. Já a proposição mental consiste, segundo Buridan, no chamado conceito complexo (*conceptum complexivum*), formado pela combinação de conceitos simples, por meio do qual o intelecto afirma ou nega um conceito do outro.⁴⁰ Assim, uma proposição como “Um homem é branco”, consiste no conceito complexo um homem ser branco, assim como “Um homem não é branco” consiste no conceito complexo um homem não ser branco.

Além da significação na mente, a proposição vocal também possui uma significação nas coisas. Como os únicos termos da proposição vocal que possuem significação nas coisas são os termos categoremáticos, a significação da proposição nas coisas é dada por eles, já que os termos sincategoremáticos não possuem

³⁹ Nuchelmans (1973), p.244.

⁴⁰ “Propositio autem mentalis consistit in complexione conceptuum; ideo presupponit conceptus simplices in mente, et superaddit conceptum simplicem complexivum quo intellectus affirmat vel negat unum illorum conceptuum de reliquo”, SP, p.31.

significação própria, e, portanto, não influem na determinação do que é significado pela proposição, mas apenas na maneira como essas coisas são significadas. Dessa forma, as proposições “Um homem é branco” e “Um homem não é branco”, significam as mesmas coisas, i.e., todos os homens e todas as coisas que são brancas, mas enquanto a primeira proposição significa essas coisas de forma afirmativa, a segunda as significa de forma negativa.

Assim, como coloca Scott,⁴¹ devemos distinguir dois pontos ao falar da significação da proposição: de um lado, sabemos que a proposição é formada por um complexo de termos, e que, por isso, significa coisas de maneira complexa. Mas isso é dizer o modo como ela significa e não o que ela significa. E ela significa justamente as coisas significadas pelos seus termos categoremáticos. Estes significam em última instância o(s) indivíduo(s) concreto(s). De fato há modos de combinar termos, mas não o que eles significam. Somente o que existe pode ser significado por um termo e o que existe são indivíduos concretos.

Nesse ponto, podemos voltar ao nosso sofisma. Um dos principais problemas que ele apresentava era que o fato de deus existir no mundo era significado tanto pela proposição “deus não existe”, como pela sua contraditória “deus existe”. Ambas proposições são formadas pelo mesmo termo categoremático ‘deus’, e significam no mundo tudo aquilo que é concebido por este conceito, i.e, deus. Mas as duas proposições significam essas coisas de maneiras diferentes, já que consistem em diferentes conceitos complexivos e, portanto, em diferentes

⁴¹ Scott (1966), p.16.

proposições mentais: a primeira significa deus de forma negativa, a segunda significa a mesma coisa, mas de forma positiva. Assim, essas proposições são contraditórias enquanto significam proposições mentais contraditórias. Mas a proposição “deus não existe” não significa nada que não exista, seja na mente, pois significa o conceito de deus, seja no mundo, pois significa propriamente deus. Ao contrário, ela significa no mundo as mesmas coisas que “deus existe”, “deus é deus”, “nada é deus” etc.

Buridan rejeita, assim, a aceitação de entidades abstratas que signifiquem a proposição, como os *complexe significabile*. Por um lado, essa recusa ocorre porque proposições como “deus existe” e “deus não existe” não nos trazem à mente nada diferente do que é trazido à mente pelo seu termo categoremático, i.e, elas significam no mundo a mesma coisa significada pelo termo ‘deus’, i.e., deus. Por outro lado, Buridan não aceita que essas proposições signifiquem algo a mais, como deus existir, ou deus não existir, mas a explicação da diferença entre elas é dada pela significação complexa da proposição, que mostra que essas duas proposições significam deus de uma forma diferente: a primeira de forma positiva, e a segunda de forma negativa, devido à presença do sincategorema ‘não’.

A análise desse sofisma nos leva à conclusão de que considerar a significação um meio para determinar a verdade ou a falsidade da proposição nos leva a conclusões falsas ou mesmo contraditórias. Como coloca Hughes,⁴² uma teoria baseada na significação falha em determinar a verdade da proposição em

⁴² Hughes (1982), p.14.

dois sentidos: “ela falha em determinar adequadamente que coisa ou coisas a proposição fala ou se refere, e falha em tornar claro o que deve ser considerado sobre essas coisas se a proposição é verdadeira”. Como veremos, o papel de determinação da verdade será dado por outra propriedade dos termos: a suposição.

Assim, na teoria da linguagem buridaniana, temos dois tipos de linguagem significativa. Além da linguagem convencional, i.e., a linguagem formada pelas palavras, sejam faladas ou escritas, Buridan postula a existência de uma linguagem mental, cujo caráter significativo é natural. A linguagem significativa pode se dar em três níveis diferentes, nas quais encontramos diferentes elementos ou termos significativos:⁴³ escritos, falados e mentais. Mas os termos convencionais não são considerados primariamente significativos, pois, segundo Buridan, eles se encontram conectados numa cadeia de significação com a linguagem mental e os objetos do mundo. Tal cadeia causal se articula basicamente através das seguintes relações de significação: o termo escrito significa o termo falado; o termo falado significa o termo mental; por fim, este significa o objeto do mundo que lhe é correspondente.

⁴³ A palavra ‘termo’, ‘termos’, está sendo usada aqui para traduzir o termo latino ‘*vox*’, ‘*vores*’, com o sentido de qualquer componente significativo da linguagem, seja ele falado, mental ou escrito. A tradução desse termo diretamente por ‘voz’, ‘vozes’ será limitada ao uso na definição de ‘nome’, que nesse caso traduzimos por ‘voz’, pois essa tradução exclui o nível mental de seus significados, que, no entanto, parece estar incluído sempre que Buridan usa o termo fora dessa definição. A tradução por ‘termo’ é ainda ambígua por mais um motivo. Buridan também utiliza o termo latino ‘*terminus*’, que também traduzimos por ‘termo’, com um sentido específico ao tratar da suposição, i.e., ‘termo’ sendo usado com o sentido de elemento resultante da análise lógica da proposição, como veremos mais adiante. Esperamos que o contexto possa esclarecer em que sentido ‘termo’ está sendo usado.

Já o conceito é formado por um processo natural quando o homem percebe o mundo sensível. Mas o nome criado não significa diretamente o objeto do mundo, mas o conceito desse objeto e apenas pela mediação deste é que significa o objeto do mundo.

I.2- A suposição:

Para examinar a suposição seguiremos a mesma estratégia usada para expor a significação, i.e., a exposição e análise dos problemas apresentados nos sofismas. Com isso poderemos esclarecer o que é a suposição e distingui-la da significação.

O primeiro sofisma a ser analisado nesta seção é “Um homem é um asno”,⁴⁴ pertencente ao segundo capítulo das *Summulae de Practica Sophismatum*, que trata das causas da verdade e da falsidade da proposição. O argumento para a verdade da proposição também parte da tese aristotélica: “pois como quer que a proposição signifique, há uma correspondência na coisa significada; logo, é verdadeira”. São apresentadas três possibilidades:

[i] uma proposição é verdadeira se é assim como ela significa. Toda proposição vocal significa uma proposição mental a ela correspondente. A proposição vocal “Um homem é um asno”, significa a proposição mental “Um homem é um asno”. Se ela significa uma proposição mental, esta existe. Logo, há uma correspondência na coisa significada, o que torna a proposição verdadeira.

⁴⁴ “Homo est asinus”, SPH, p.36.

Este tipo de relação de significação não abre espaço para que o *relatum* mental não exista, já que se ele não existir, o *relatum* vocal será não significativo, e não haverá assim motivos para se argumentar que ele significa algo;

[ii] uma proposição é verdadeira se é assim como ela significa. Toda proposição vocal significa conceitos e por meio deles coisas fora da alma a eles correspondentes. A proposição “Um homem é um asno”, significa além dos conceitos de ‘asno’ e ‘homem’, aquilo que é concebido por esses conceitos, i.e, asnos e homens. Como estas coisas existem, há uma correspondência entre a proposição e as coisas por ela significadas. Logo, também é assim nas coisas como a proposição significa, o que também a torna verdadeira;

[iii] Uma proposição é verdadeira se é assim como ela significa. A proposição mental “Um homem é asno” significa o *complexe significabile* um homem ser um asno. Contra este argumento: em *i* e *ii* os relatas da proposição existem, mas não garantem a sua verdade; já em *iii* os relata não existem, pois um homem ser um asno nada é, nem foi, nem será, nem pode ser. Não há, portanto, uma correspondência entre a proposição mental e a coisa por ela significada, já que esta não existe. Logo, se alguém assere a proposição “Um homem ser um asno é significado por tal proposição “Um homem é um asno””, ela diz algo falso, pois o sujeito por nada supõe.

Os dois primeiros argumentos mostram que garantir a existência de uma relação de significação não é suficiente para garantir a verdade da proposição. Já o terceiro argumento supõe a teoria da suposição para dizer que a proposição é

verdadeira: a proposição é verdadeira se o seu sujeito supor por algo, e falsa em caso contrário, i.e., quando o sujeito por nada supõe. Para saber se o terceiro argumento é válido, busquemos entender como funciona a suposição.

Primeiramente devemos saber que a suposição é uma propriedade semântica diferente da significação.⁴⁵ A suposição é uma propriedade que pertence ao termo quando inserido num contexto proposicional.⁴⁶ Enquanto qualquer termo categoremático sempre possui significação, seja tomado isoladamente ou numa proposição, o termo só supõe quando está inserido num contexto proposicional. Encontramos aí uma diferença fundamental entre as propriedades semânticas da suposição e da significação: a última possui um caráter acontextual, i.e., um nome significa indiferentemente os indivíduos passados, presentes, futuros ou mesmo possíveis que correspondam ao mesmo conceito a partir do qual este nome foi imposto, independentemente da proposição na qual ele se encontre. Já na suposição, a determinação das coisas às quais certo termo irá se referir dependerá das relações existentes entre os termos de uma dada proposição.

A suposição é assim a propriedade do termo de supor por ou se referir a alguma coisa, em um determinado contexto proposicional. Ela seria, assim, algo como a seleção dos referentes de um termo de acordo com seu significado e a estrutura da proposição. Nesse sentido, a suposição pode ser considerada uma

⁴⁵ No *Tratado sobre a Suposição*, Buridan já não usa o *Tractatus* de Pedro da Espanha como texto base. É interessante notar que Pedro, ao diferenciar a suposição da significação, não apresenta o contexto proposicional como a principal diferença entre as duas propriedades. Sua definição de suposição é apenas a de que “suposição é a tomar um termo substantivo por algo” (“Suppositio vero est acceptio termini substantivi pro aliquo.”, *Tractatus*, VI, p. 80).

⁴⁶ “Quia non est propositionis supponere, sed termini qui est subiectum vel praedicatum”, SS, p. 7.

propriedade semântica contextual, na medida em que determina a que se refere um certo termo a partir de um contexto frasal, ocupando assim o papel de uma teoria da referência. Ao exercer essa função referencial, i.e., ao determinar a referência de um termo numa proposição, ela também se torna a base para uma teoria composicional do valor de verdade da proposição, já que a determinação do valor semântico de uma expressão complexa é dada a partir dos valores semânticos das partes dessa expressão, que na suposição é apresentada como uma função da suposição dos termos sujeito e predicado. Logo, para asserir sobre a verdade ou falsidade de uma frase, devemos olhar para a suposição dos termos constituintes da proposição. O papel da suposição na teoria semântica buridaniana é então de uma semântica descritiva, enquanto a significação ocupa um nível semântico diferente do da suposição, a saber, em um nível fundacional.⁴⁷

Podemos entender agora porque a tese aristotélica de que a proposição é verdadeira se assim como a proposição significa, assim é (*qualitercumque significat esse, ita est*), é descartada por Buridan. Mesmo depois de termos eliminado a ambigüidade do termo ‘significar’, ainda assim não podemos definir a verdade em função de alguma noção de significação. A relação de significação se aplica tanto às relações entre os termos, sejam eles escritos, falados ou mentais, e as coisas, como

⁴⁷ Segundo Stalnaker (1997), uma teoria semântica trata das relações entre os termos da linguagem e aquilo a que eles se referem, e envolve duas tarefas distintas. A primeira, denominada semântica descritiva, diz respeito à determinação de valores semânticos para as expressões da linguagem, explicando como o valor semântico das expressões complexas é dado em função do valor semântico das partes dessa expressão. Já a semântica fundacional explica porque as expressões de uma proposição têm um determinado valor semântico. Essa distinção, apesar de não tratar especificamente da teoria semântica medieval, se ajusta bem a ela e é útil, principalmente, para compreender a função da significação e da suposição enquanto teorias semânticas, p. 335.

entre os termos falados e os termos escritos. Assim, se tomamos uma proposição vocal e seu significado como a proposição mental a ela correspondente, toda proposição vocal seria verdadeira, já que toda proposição vocal significa uma proposição mental. Por outro lado, se tomamos como seu significado as coisas do mundo, isso também nos levaria a aceitar a veracidade de muitas proposições vocais que tenham como significado um objeto existente no mundo. Mas se aceitamos tal definição, seríamos também levados a aceitar a indesejável consequência de que muitas proposições acerca do passado, do futuro ou possíveis, também devem ser consideradas falsas, já que os objetos a que se referem podem não existir atualmente. Estas consequências são inaceitáveis.⁴⁸

Buridan descarta a tese aristotélica como fornecedora do critério de verdade e propõe um conjunto elaborado de regras de verdade e falsidade através do qual podemos determinar, em cada caso, se uma determinada proposição é verdadeira ou falsa.⁴⁹ A precisão a ser feita, então, é em que sentido a proposição pode ser a base de determinação do valor de verdade. A proposição a que nos referimos é a proposição vocal, que é a instância a partir da qual podemos fornecer os critérios de verdade, pois de acordo com a cadeia de significação, ela significa uma proposição mental, que são primariamente os portadores de verdade para Buridan. Como coloca Nuchelmans,

“as *proposições* vocais e escritas são verdadeiras ou falsas somente em um sentido derivado. A definição boeciana de

⁴⁸ Essa argumentação é apresentada por Nuchelmans (1973), p.246 e por Scott (1966), pp. 28, 29.

⁴⁹ Nuchelmans (1973), pp.246-247.

proposição como uma combinação de palavras de significam algo verdadeiro ou falso se aplica às *proposições* faladas. A *proposição* mental não significa algo verdadeiro ou falso mas ela é verdadeira ou falsa”.⁵⁰

Nesse sentido, Buridan só aceita a definição de Pedro de Espanha de proposição como “uma oração significando o verdadeiro ou o falso”⁵¹ como verdadeira no sentido de que uma proposição vocal significa o verdadeiro e o falso enquanto significa imediatamente uma proposição mental que será verdadeira ou falsa. Esta não significa algo verdadeiro ou falso, mas é verdadeira ou falsa. Assim, a proposição vocal “deus não existe” significa a proposição mental “deus não existir”. Mas essa proposição mental não significa algo falso, mas é falsa.⁵² A proposição mental é, assim, o portador primário de verdade e falsidade para Buridan,⁵³ e não a proposição vocal ou escrita.

Por ora, vejamos duas regras básicas para determinar o valor de verdade em alguns casos básicos de proposições categóricas, em casos de suposição pessoal:⁵⁴

⁵⁰ Nuchelmans (1973), p.246.

⁵¹ “Propositio est oratio verum vel falsum significans”, *Tractatus*, I, p.3.

⁵² “Notandum est etiam quod ibi diffinitur propositio vocalis (...) quod est significans verum vel falsum, quia significat propositionem mentalem, quae est vera vel falsa. Propositio enim mentalis significans quod deus non est non significant falsum, sed est falsa.”, SP, p.29.

⁵³ Nuchelmans (1973), p.246.

⁵⁴ Uma boa explicação da tarefa semântica realizada pela suposição na determinação das condições de verdade de uma proposição é dada por Perini (2005). Este esquema pode ser complexificado devido à presença de sincategoremas como ‘todo’, ‘algum’, etc.

[1] Uma proposição categórica afirmativa será verdadeira se os seus termos, a saber, o sujeito e o predicado, suporem pela mesma ou pelas mesmas coisas; caso contrário, ela será falsa.⁵⁵

[2] Uma proposição categórica negativa será verdadeira se os seus termos, a saber, o sujeito e o predicado, não suporem pela mesma ou pelas mesmas coisas; caso contrário, ela será falsa.⁵⁶

Agora que vimos o que é necessário para asserir a verdade ou falsidade de uma proposição, entendemos porque a significação não é um bom critério de verdade. A significação de um termo isolado ou numa proposição não diferem, pois o termo sempre significa todas as coisas concebidas pelo conceito a que está subordinado, sejam elas presentes, passadas, futuras ou possíveis. É claro, no entanto, que este conjunto amplo não é necessário para a verdade da proposição. De fato, a significação não possui um mecanismo que permita selecionar determinadas coisas significadas por um termo dentre a sua significação total, assim como a suposição possui. Se o critério de verdade de uma proposição dependesse da significação, as frases sempre teriam o valor verdadeiro, pois, por definição, uma proposição é sempre significativa, e tudo aquilo que é significativo significa algo, seja na mente, seja no mundo.

⁵⁵ "ad veritatem categoricae affirmativae requiritur quod termini, scilicet subiectum et praedicatum, supponant pro eodem vel pro eisdem; ideo ad eius falsitate sufficit quod non supponant pro eodem." SPH, p.42.

⁵⁶ "ad veritatem categoricae negativae sufficit quod subiectum et praedicatum non supponant pro eodem nec pro eisdem (...) Et sic etiam ad falsitatem <categoricae> negativae requiritur quod subiectum et praedicatum supponunt pro eodem; ergo negative est falsa.", SPH, p.43.

Assim, os dois argumentos apresentados no sofisma são falsos. Já o terceiro argumento é correto com relação à proposição “Um homem ser um asno é significado por tal proposição “Um homem é um asno””. Pois temos aí uma proposição categórica afirmativa que, segundo as regras apresentadas acima, é verdadeira se o sujeito e o predicado supõem pela mesmas coisas. Mas o sujeito dessa proposição, ‘um homem ser um asno’, não é significado por nada no mundo, e, portanto, não pode supor. Logo essa proposição é falsa, pois o sujeito ‘homem’ e o predicado ‘asno’ supõem de fato por coisas diferentes. Mas “Um homem é um asno” não significa um homem ser asno, apesar de significar indiferentemente todos os homens e todos os asnos passados, presentes, futuros e possíveis.

Até aqui tratamos de um tipo de suposição em que a verdade ou falsidade da proposição é determinada por um mecanismo de correspondência entre as coisas a que o sujeito e o predicado se referem no mundo. Mas esse é apenas um tipo de suposição possível, a suposição pessoal, que ocorre quando o termo sujeito ou predicado supõe pelo(s) seu(s) significado(s) último(s), como o termo ‘homem’ supõe por homens na proposição “Um homem corre”.⁵⁷ Mas o termo pode não se referir a algo do mundo que ele significa através do conceito, mas se referir a si mesmo ou a algo similar a si mesmo, ou a seu significado imediato, que é o conceito de acordo com o qual o termo foi imposto para significar, como o termo

⁵⁷ “Et vocatur supposition personalis quando subiectum vel praedicatum propositionis supponit pro suis ultimatis significatis vel pro suo ultimo significato, ut iste terminus ‘homo’ pro hominibus in ista propositione ‘homo currit’.”, SS, p.38.

'homem' na proposição "Homem é uma espécie". Esse tipo de suposição é chamado material.⁵⁸

Vejamos a diferença entre esses dois tipos de suposição. Tomemos o sofisma: "Nome é trissílabo".⁵⁹ O primeiro argumento diz que esse sofisma é falso, pois deve ser analisado de acordo com a suposição material, já que o predicado é um termo metalingüístico e, nesse caso, o termo sujeito não deve ser considerado de acordo com a significação usual que possui, supondo pelos significados últimos, mas supondo por si mesmo, enquanto marca escrita ou falada. A proposição é categórica afirmativa e asseve que o predicado 'trissílabo' se predica do sujeito 'nome'. Mas 'nome' não é um termo trissílabo, logo a proposição atribui ao sujeito uma propriedade que não lhe pertence, sendo, portanto, falsa.

Já o segundo argumento afirma que o sofisma é verdadeiro com o seguinte silogismo:

Animal⁶⁰ é trissílabo.
Animal é nome.
Logo, nome é trissílabo.

E os termos das proposições continuam, nesse caso, sendo tomados em suposição material.

⁵⁸ "Sed suppositio materialis dicitur quando vox supponit pro se aut sibi simili aut pro suo significato immediate, quod est conceptus secundum quem imposita est ad significandum, ut iste terminus 'homo' in ista propositione 'homo est species'", SS, p.38.

⁵⁹ "Nomen est trisyllabum", SPH, p.52. Optamos pela tradução literal da proposição sem artigo, já que a língua latina não possui artigos e a ambigüidade da leitura dessa frase se perderia com a sua colocação.

⁶⁰ O termo original apresentado por Buridan é '*asinus*', que por ser trissílabo no latim torna a argumentação verdadeira. Como no português a tradução desse termo é a palavra dissílaba 'asno', mudamos o termo para manter o sentido da argumentação.

Buridan concorda com o primeiro argumento, i.e., que o sofisma é falso se tomado materialmente, pois a ocorrência 'nome' não possui três sílabas e, portanto, não supõe pelo mesmo que 'trissílabo'. Mas também considera que o sofisma pode ser considerado verdadeiro, embora não pelos mesmos motivos apresentados no segundo argumento. Buridan aceita as premissas desse argumento como válidas, i.e., na proposição "Animal é trissílabo", o termo 'animal' supõe materialmente pelo mesmo que 'trissílabo', e na proposição "Animal é nome", o termo 'animal' supõe materialmente pelo mesmo que supõe o termo 'nome', pois os termos 'trissílabo' e 'nome' são predicados metalingüísticos. Mas na conclusão "Nome é trissílabo", apesar da presença do predicado metalingüístico 'trissílabo', o termo 'nome' está sendo tomado pessoalmente, i.e., ele é um dos significados últimos do termo 'trissílabo'. De fato, se fosse tomado materialmente, a conclusão seria falsa, já que 'nome' possui apenas duas sílabas e não três, não supondo assim pelo mesmo que 'trissílabo'. Mas tomada pessoalmente, a proposição "Nome é trissílabo" é verdadeira, pois muitos nomes são trissílabos, como Sócrates, cachorro etc. O argumento é então inválido, pois enquanto nas premissas os termos supõem pelas mesmas coisas em suposição material, o mesmo não ocorre na conclusão.

Logo, apesar de a regra dizer que se temos como predicado de uma proposição um termo metalingüístico a proposição será tomada em suposição material, isso nem sempre acontece, pois a mesma proposição pode também ser tomada em suposição pessoal, já que todo termo, por ser significativo, pode ser tomado em suposição pessoal.

Para Buridan, o contexto proposicional define a suposição, diferentemente de Pedro da Espanha, pois a referência de um termo sujeito ou predicado é determinada pelos outros termos da proposição. Isso porque a proposição também é formada, além dos termos categoremáticos, como nomes e verbos, por outros elementos presentes na proposição, os termos sincategoremáticos, como termos de cópula, negação ou de quantidade, como 'não', 'todo', 'algum'. São esses termos que determinam quais são os indivíduos denotados pelo termo sujeito ou predicado dentre todos aqueles que são significados por ele.⁶¹ Os termos sincategoremáticos são, assim, essenciais para determinar a suposição de um termo, pois enquanto signos de quantidade, negação etc, determinam diferentes formas de cópula entre o sujeito e o predicado e, dessa forma, influem na referência da suposição de um termo em certa proposição, apesar de não modificar a sua significação. Tomemos por exemplo uma proposição formada pelos mesmos, sincategoremáticas 'homem' e 'bêbado', e vejamos como diferentes sincategoremáticas determinam diferentes condições de verdade para cada proposição:

[1] "Um homem **está** bêbado": a proposição é verdadeira se existe pelo menos um homem e ele está bêbado no momento t da enunciação;

[2] "Um homem **estava** bêbado": a proposição é verdadeira se existiu pelo menos um homem e ele esteve bêbado no momento t' anterior ao momento t da enunciação;

⁶¹Veremos, no próximo capítulo, como este ponto é complexificado por alguns termos categoremáticos, como 'morto'.

[3] “**Todo** homem está bêbado”: a proposição é verdadeira se todos os homens existentes no momento t da enunciação estão bêbados;

[4] “**Algum** homem está bêbado”: a proposição é verdadeira se algum dos homens existentes no momento t da enunciação está bêbado;

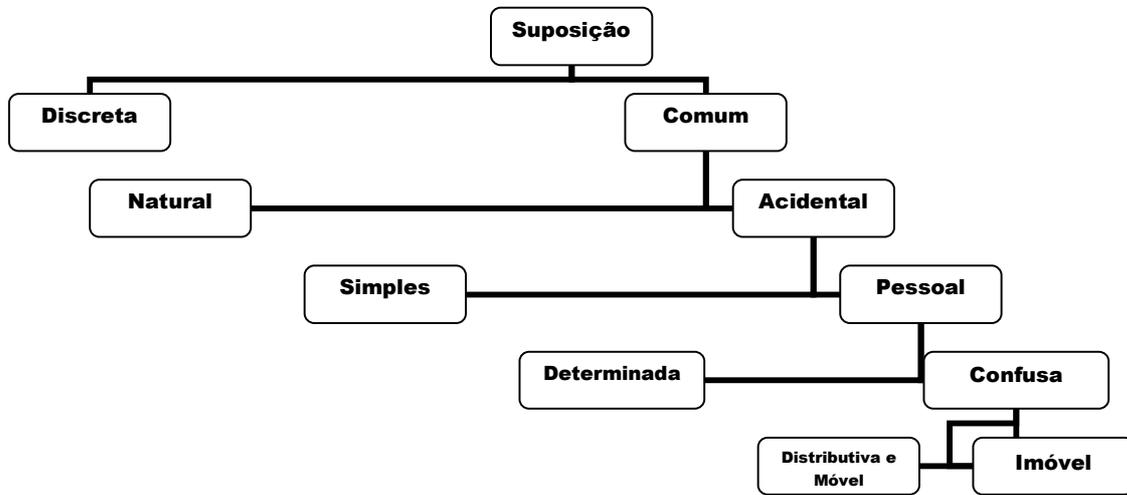
[5] “Um homem **não** está bêbado”: a proposição é verdadeira se existe pelo menos um homem que não está bêbado no momento t da enunciação;

Note-se que em [1] e [2] os termos categoremáticos possuem a mesma significação; que em [3] e [4] o sujeito e o predicado supõem exatamente pelas mesmas coisas, mas as condições de verdade das proposições são diferentes. Note-se também que [5] é a contraditória de [3].

Por meio desses exemplos, podemos ver claramente como a estrutura sincategoremática da proposição influencia nas diferentes maneiras como um mesmo termo pode supor em diferentes proposições. Essas diferentes maneiras correspondem a diferentes tipos de suposição.

A classificação buridaniana dos tipos de suposição reflete os diferentes níveis de significação bem como as diferentes referências dos termos em proposições. Iremos expor primeiramente a classificação de Pedro de Espanha, para que possamos em seguida entender as modificações que aparecem na classificação buridaniana, bem como os problemas que elas permitem resolver.

Tipos de Suposição segundo Pedro da Espanha



Diferentemente de Buridan, Pedro da Espanha parte da consideração de que apenas termos significativos podem supor. As divisões da suposição refletem então as diferenças entre o tipo de termo significante. Assim, a primeira divisão baseia-se na diferença entre os termos particulares e os termos gerais: temos suposição discreta quando o termo supõe sempre por apenas um indivíduo, como os nomes próprios, enquanto a suposição comum ocorre quando o termo supõe por tudo aquilo que significa, como os termos 'homem', 'asno'.

Já a segunda divisão reflete se termo supõe por tudo aquilo que ele significa ou apenas por algum(ns) do(s) seu(s) significado(s). Quando um nome supõe indiferentemente por tudo aquilo que ele pode supor, sejam passados, presentes,

futuros ou possíveis, temos a suposição natural.⁶² Nesse tipo de suposição, os referentes do termo identificam-se ao de sua significação total. Segundo De Rijk,⁶³ essa definição de suposição natural de Pedro de Espanha é similar a de Buridan.⁶⁴ Mas aquele parece considerar que a suposição natural pode ser uma propriedade do termo fora de um contexto proposicional, o que não podemos afirmar de Buridan. Em Pedro da Espanha não fica claro se, mesmo na suposição discreta e comum, o termo precisa ser tomado em um contexto proposicional para supor, já que seus exemplos são de termos isolados, como 'homem', na suposição comum, e 'Sócrates', 'este homem', na suposição discreta.⁶⁵ Somente ao tratar da suposição accidental Pedro menciona a presença de outro termo que influi na suposição, que pressupõe, portanto, estar numa mesma proposição: "A suposição accidental é a tomada de um termo comum pelas coisas pelas quais exige <o termo> adjunto".⁶⁶

A outra divisão da suposição comum, a suposição accidental, ocorre quando os termos sincategoremáticos da proposição reduzem a suposição do termo a coisas presentes, ou presentes e passadas, ou presentes e futuras, ou presentes e

⁶² "Naturalis suppositio vocatur secundum quam terminis indifferenter supponit pro omnibus pro quibus potest supponere tam praesentibus quam praeteritis vel futuris. Et hac suppositione utuntur in scientiis demonstrativis.", SS, p. 45.

⁶³ SS, Introduction, pp.XXI; XXVI.

⁶⁴ "Suppositio naturalis est acceptio termini communis pro omnibus a quibus aptus natus est participari, ut 'homo' per se sumptus de natura sua supponit pro omnibus hominibus qui fuerunt et qui sunt et qui erunt", *Tractatus*, VI, p. 81.

⁶⁵ "Supposito comunis est que fit per terminum communem, ut 'homo'. Suppositio discreta est que fit per terminum discretum, ut 'Sortes, 'iste homo'.", *Tractatus*, VI, p.80.

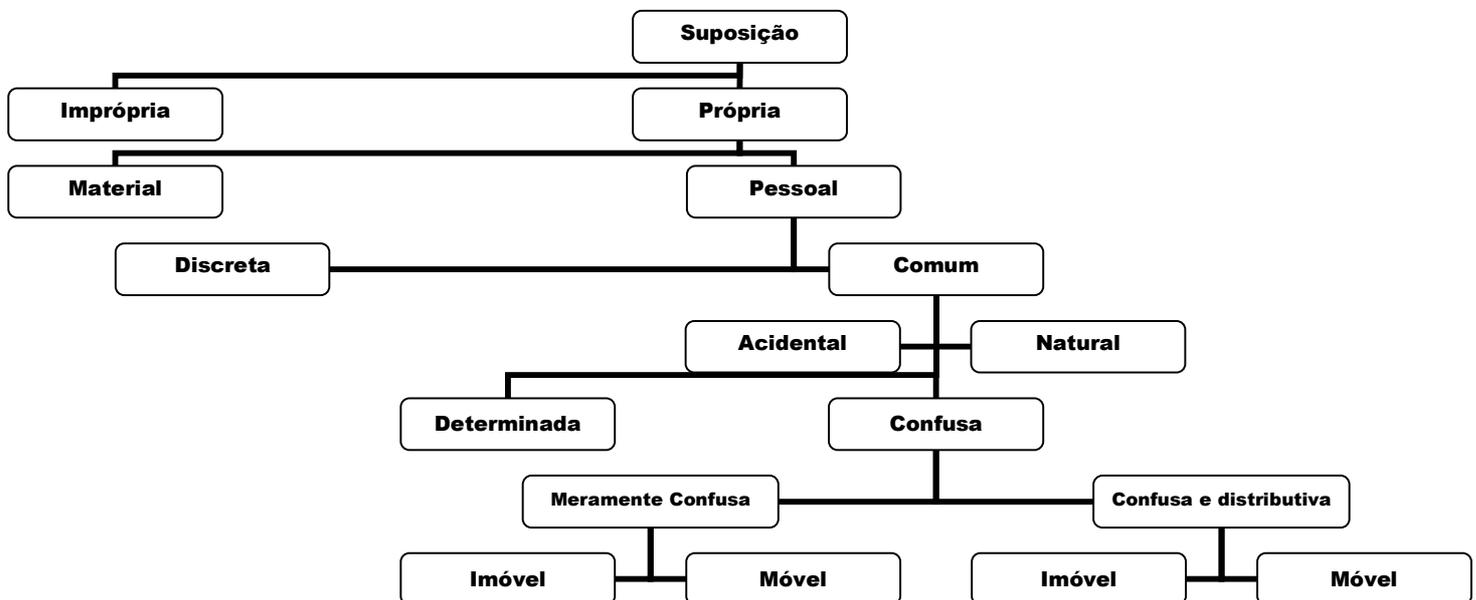
⁶⁶ "Accidentalis autem suppositio est acceptio termini communis pro eis pro quibus exigit adiunctum.", *Tractatus*, VI, p.80.

possíveis. Esse fenômeno semântico é chamado de ampliação e de restrição da suposição dos termos e será estudado mais detalhadamente no próximo capítulo.

A suposição accidental divide-se ainda em simples, que é quando o termo supõe pela natureza universal que é por ele significada, e pessoal, que é quando o termo supõe pelos seus significados últimos. Já a divisão da suposição pessoal dirá respeito aos modos em que o predicado interfere na suposição do termo, e é seguida por Buridan.

A classificação buridaniana difere da Pedro já nas primeiras divisões da suposição. Vejamos essas diferenças.

Tipos de Suposição segundo Buridan



(1) Suposição Própria e Suposição Imprópria:

A primeira diferença de classificação se deve ao fato de que, apesar dos dois autores partirem do mesmo pressuposto de que apenas termos significativos podem supor, a divisão de Pedro não leva em consideração que o contexto proposicional é essencial na definição do tipo de suposição, já que nem sempre fazemos uso dos termos de acordo com significado que ele adquire ao ser imposto e com o qual é usualmente empregado. A significação do termo pode ser modificada de acordo com a intenção do locutor em determinado contexto de uso como, por exemplo, ao se usar um termo figurativamente, como quando se diz “Os campos riem”.⁶⁷ Assim, a primeira divisão buridaniana da suposição é entre suposição própria, quando o termo é usado de acordo com o significado com o qual foi imposto, como em “A rosa é vermelha”, e imprópria, quando o termo é usado de maneira imprópria. Nesse caso, o contexto de uso é essencial para entendermos sua significação e, logo, aquilo pelo que o termo supõe em determinado contexto.

(2) Suposição Material e Suposição Pessoal:

A segunda divisão da suposição buridaniana difere da de Pedro da Espanha devido a sua teoria a respeito da significação. Vimos que um termo vocal tem uma significação em dois níveis: os termos convencionais foram impostos para significar os objetos do mundo de forma mediata e de forma imediata significam o

⁶⁷ “Propria dicitur quando vox supponit secundum suam naturam vel secundum significationem sibi committer institutam. Impropria est quando vox supponit secundum significationem alterius vocis ex transsumptione propter similitudinem vel ironiam aut huiusmodi aliam causam, ut si dicamus ‘pratum ridet’.”, SS, p.37.

conceito. O fato dos termos vocais possuírem essa dupla significação permite que sejam usados no discurso de duas formas significativas. Quando são usados para se referir aos seus significados últimos temos a suposição pessoal. Apesar desse uso ser o mais comum, os termos também podem ser usados para se referir ao seu significado mediato ou para se referir a si mesmo, enquanto ocorrência escrita, falada ou mental, como acontece em “Homem tem cinco letras”. Nesse caso temos a suposição material. Diferentemente de Buridan, que assume, desde o início, uma perspectiva proposicional da suposição, Pedro da Espanha começa a divisão da suposição em um nível pré-proposicional, o que determina que suas categorias partam sempre da propriedade pré-proposicional da significação, excluindo, assim, a suposição material.

É interessante notar ainda que em Pedro da Espanha temos a divisão da suposição accidental em pessoal e simples. Vemos, contudo, que tanto a motivação como o referente da suposição simples desse autor não são os mesmos que o da suposição material buridaniana, que também ocorre quando o termo supõe pelo seu conceito. A diferença entre suposição simples e pessoal em Pedro da Espanha reflete a diferença entre dois tipos de coisas com existência real no mundo: os objetos e os conceitos. Pedro da Espanha é um realista. A suposição simples se refere, para ele, a uma *res universalis*. Já Buridan é um nominalista e não acredita que o universal exista como um objeto no mundo, mas que não passa de uma propriedade do nome. Assim, o fato de Buridan considerar apenas a suposição material, e não a simples, parece ter uma explicação em suas concepções

ontológicas. A diferença de suposição não é determinada, na teoria buridaniana, por diferentes tipos de objetos existentes, mas é dada através do contexto proposicional, que define com que significado o termo é tomado. Dessa forma, temos suposição pessoal quando o termo se refere a seus significados últimos, i.e., os objetos que existem ou podem existir no mundo; e temos suposição material quando o termo vocal supõe pelo seu significado imediato, o conceito, ou quando o termo se refere a sua ocorrência, seja ela escrita, falada ou mental.

As outras divisões buridanianas da suposição derivam-se da suposição própria comum, o que indica que nesses casos os termos serão tomados na sua significação comum e irão se referir a seus significados últimos. O que diferencia cada uma de suas divisões já não é mais a referência do termo, que determinava as divisões da suposição própria, mas parece resultar das diferenças com relação à quantidade da referência determinada pelos sincategoremas da proposição.

Segundo Spade, a Teoria da Suposição pode ser assim classificada em duas teorias:

[i] teoria da suposição própria, em que são dadas regras para as referências dos termos nas proposições e que é base para a teoria da verdade;

[ii] doutrina dos modos da suposição pessoal, em que são dadas regras para a análise sintática de proposições contendo quantificadores, sendo base para uma teoria quantificacional.⁶⁸

⁶⁸ Essa divisão da teoria da suposição em duas teorias diferentes foi proposta primeiramente por Scott (1966), em sua introdução à tradução dos sofismas de Buridan. Para mais detalhes sobre os modos da suposição pessoal ver Scott (1966), pp. 35-42, Spade (2002), pp. 277-308.

A doutrina dos modos da suposição pessoal comum não será estudado aqui, já que buscamos principalmente entender a questão a que responde a primeira doutrina: por quais coisas um termo supõe em uma proposição.

1.3- A apelação:

Uma outra propriedade dos termos deve ser ainda levada em conta: a apelação. Buridan define um termo apelativo com relação à sua suposição: um termo destinado por natureza a supor por alguma coisa deve apelar tudo aquilo que significa ou cossignifica, além daquilo pelo que supõe.⁶⁹ Um termo apelativo é então aquele que, além de supor por alguma coisa, apela outras coisas que ele significa ou cossignifica, mas pelas quais não supõe. Esse é, por exemplo, o caso do termo 'branco', que na proposição um "Um homem branco corre", supõe apenas pelos homens brancos, mas apela a brancura e outras coisas que também são brancas.

Vejamos como Buridan trata a apelação de um termo em uma proposição no sofisma "Um branco será negro".⁷⁰ Ele deve ser considerado segundo o *casus* em que um pedaço de madeira que é agora branco, amanhã será negro. A partir desses dados podemos propor o seguinte silogismo:

⁶⁹ "sciendum est quod terminus innatus supponere pro aliquo debet appellare omne illud quod ipse significat aut consignificat praeter illud pro quo supponit", SPH, p.66.

⁷⁰ "Album erit nigrum", SPH, p.64.

Este pedaço de madeira será negro.
Este pedaço de madeira é branco.
Logo, um branco será negro.

A conclusão do argumento é um sofisma. Como o silogismo é válido e as premissas são verdadeiras no *casus* posto, o sofisma deve ser considerado verdadeiro.

Argumenta-se, contudo, que o sofisma é falso com base na seguinte tese: toda proposição futura só pode ser verdadeira se em algum momento uma proposição presente correspondente a ela for verdadeira.⁷¹ Assim, para que a proposição “Um branco será negro” seja verdadeira é necessário que a proposição “Um branco é negro” seja verdadeira em algum momento futuro. Mas essa é uma proposição impossível, pois é impossível que alguma coisa seja ao mesmo tempo branca e negra.

Em resposta a esse argumento, Buridan coloca que essa tese é verdadeira somente com relação a proposições pretéritas ou futuras em que o sujeito não é um termo apelativo. Quando temos um termo apelativo nessas proposições não é necessário que em algum momento seja verdadeira a proposição presente que lhe é correspondente.⁷² Nesse caso, para fazer a redução de uma proposição futura à proposição presente correspondente, precisamos substituir o sujeito apelativo por um sujeito não-apelativo, mas mantendo a mesma suposição que o termo apelativo

⁷¹ “quia propositio de futuro non est vera si nunquam propositio de praesenti sibi correspondens erit vera”, SPH, p.66.

⁷² “quod si in propositione de praeterito vel futuro subiectum fuerit appellativum, ut dicendo ‘album erit nigrum’, non oportet ad hoc quod talis propositio sit vera quod aliquando in futuro propositio sibi correspondens de praesenti erit vera”, SPH, p.68.

possuía na proposição de tempo futuro.⁷³ Para que isso seja possível, devemos conhecer as regras da suposição de proposições contendo termos apelativos.

De maneira geral, um termo apelativo *a* supõe por *x* se *x* estiver numa relação determinada como uma outra coisa *y*. Por exemplo, o termo apelativo ‘branco’ supõe por um homem se ele estiver na relação de ser adjacente a uma brancura, ou ‘pai’ supõe por um homem se ele estiver na relação de ‘ser pai de’ com um outro ser humano etc.⁷⁴ A complexificação da suposição dos termos apelativos deriva do fato de o tempo da relação e o tempo da suposição dos termos poderem ser distintos, o que é precisamente explorado no sofisma.

Buridan propõe então a seguinte regra: quando temos como sujeito um termo apelativo, ele apela as coisas que significa indiferentemente no tempo presente e no tempo do verbo da proposição. Já o predicado apela somente as coisas que significa de acordo com o tempo do verbo.⁷⁵ De acordo com essa regra, a proposição “Sócrates ontem foi branco”, que possui como predicado o termo apelativo ‘branco’ só é verdadeira se a brancura era adjacente ontem a Sócrates, independentemente do fato de Sócrates ser branco ainda hoje. Já a proposição “Um

⁷³ “Sed in reductione propositionis de futuro ad propositionis de praesenti, oportet auferre appellationem a subiecto propositionis et oportet mutare subiectum appellativum in subiectum non appellativum supponens pro eo quo supponebat subiectum appellativum et pro quo propositio erat vera”, SPH, p.68.

⁷⁴ É importante lembrar que os termos *x* e *y* designam coisas reais na ontologia buridiana, i.e., substâncias e qualidades individuais.

⁷⁵ “Sed respectu aliorum verborum, subiectum et praedicatum diversimode appellant. Nam praedicatum appellat rem suam por tempore verbi solum quantumcumque tempis verbi fuerit restrictum, et si pro isto tempore non correspondeat modus adiacentiae rei appellatae ei pro quo terminus est innatus supponere, non supponit pro illo, quamvuis bene corresponderet modus adiacentiae pro tempore praesenti. (...) Sed subiectum appellat rem suam indifferenter modo disiunctivo pro tempore praesenti et pro tempore verbi, sicut etiam est de suppositione.”, SPH, pp.67-68.

branco ontem foi negro” é verdadeira se aquilo a que ontem ineriou o negro é agora branco, mesmo que não tenha sido branco ainda ontem. A frase deve ser então analisada da seguinte forma: “O que é branco ou o que foi branco foi negro ontem”.⁷⁶ O nosso sofisma, “Um branco será negro”, também deve ser analisada dessa forma, sendo então verdadeira se aquilo que é branco ou será branco amanhã, for negro amanhã. Como uma tal suposição é possível, nosso sofisma é verdadeiro.

⁷⁶ Para mais detalhes sobre a teoria da apelação buridaniana ver Klima (1993).

Capítulo II:

A Ampliação

Vimos, no capítulo anterior, que para que uma proposição categórica afirmativa seja verdadeira é preciso que os seus termos, a saber, o sujeito e o predicado, suponham pela mesma ou pelas mesmas coisas; portanto, para sua falsidade é suficiente que eles não suponham pela mesma coisa,⁷⁷ o que é o caso se o sujeito (ou predicado) por nada supor. Essa regra parece ter como consequência uma implicação existencial, pois numa proposição categórica verdadeira os termos sujeito e predicado da proposição devem se referir a objetos que existam.

Vimos também que a estrutura sincategoremática exerce papel essencial na determinação da suposição de um termo em uma proposição: a ordem sincategoremática determina a seleção dos supósitos de um termo dentre tudo aquilo que ele significa, no caso de suposição pessoal. Vamos considerar o caso de proposições afirmativas contendo verbos no tempo presente: um verbo no tempo presente restringe a suposição do outro termo às coisas significadas pelo termo que existem no momento da enunciação. Esta regra parece adequada para lidar com proposições como “Um homem corre”, “Todo homem corre”, “Pelé é homem”, mas parece não funcionar tão bem para todos os casos. Sejam as sentenças:

[1] “César é homem”;

⁷⁷ “ad veritatem categoricae affirmativae requiritur quod termini, scilicet subiectum et praedicatum, supponant pro eodem vel pro eisdem; ideo ad eius falsitate sufficit quod non supponant pro eodem.”, SPH, p.42.

[2] “César está morto”;

[3] “César é admirável”;

[4] “Todo homem é animal”.

Aceitamos como claramente verdadeiras as proposições as proposições [2] e [3]. Já a proposição [1] nos parece inicialmente verdadeira, mas podemos ainda duvidar. A proposição [4], também nos parece ser verdadeira, mesmo se tomada no caso de nenhum homem existir (não deixamos de considerar verdadeira a proposição “Todo dinossauro é um réptil” porque dinossauros não mais existem).

Logo, uma análise feita desta forma encontra problemas com relação à atribuição do valor de verdade a proposições nas quais figura um termo que se refere a um objeto que não existe, já que nesses casos a atribuição da falsidade não parece evidente. Nosso objetivo neste capítulo será então avaliar até que ponto a exigência de que o sujeito e o predicado de uma proposição afirmativa verdadeira suponham por um objeto existente é válida. Os casos centrais para nosso propósito são aqueles nos quais temos proposições compostas de um sujeito ou predicado que por nada supõem (mais tipicamente o sujeito), e nos quais não é claro que as sentenças sejam falsas. Primeiramente, iremos examinar uma pista do tratamento desse problema em um sofisma do séc. XIII, atribuído a Nicolau da Cornualha e editado por Osmond Lewry (1983), em que a solução deste tipo de problema envolve a adesão a uma concepção ontológica mais ampla. Em seguida, veremos como esse problema aparece em um sofisma anônimo do séc. XIII, e, por fim, apresentaremos o tratamento buridaniano do problema.

II.1 - Nicolau da Cornualha: análise do sofisma “Sócrates sempre é homem”

Nas *Notule super librum Porfirii*,⁷⁸ Nicolau da Cornualha introduz a noção de *esse habitualem*, estendendo a noção de ‘ser’ para além do existente, para explicar como alguns conceitos, como o de fênix, podem ser conceitos de espécie. Nicolau parte da definição de espécie dada por Porfírio: “a espécie é o que se predica de muitas coisas diferentes em número”.⁷⁹ Após apresentar essa definição, Nicolau considera o *casus* de espécies aos quais ela não se aplica, o que mostraria a falsidade de tal definição:

“Isto parece com efeito falso, uma vez que existem certas espécies que só são instanciadas em um único indivíduo, como a fênix, o sol, a lua e o céu”.⁸⁰

Apesar desses *casus*, Nicolau sustenta que tal definição é verdadeira. Mas esta frase parece levar à seguinte conclusão:

- 1-A espécie é o que se predica de muitas coisas diferentes em número.
- 2-Algumas espécies só são instanciadas em um único indivíduo.
- 3-Logo, algumas espécies se predicam de indivíduos não existentes.

⁷⁸ In: “Oxford Logic 1250-1275: Nicholas and Peter of Cornwall.”, Lewry, O. P. *The Rise of British Logic*, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1983.

⁷⁹ “species predicatur de pluribus differentibus numero”, id., p.43.

⁸⁰ “Hoc enim videtur falsum, cum sit quedam species que solum salua<n>tar in vnico indiuidio, ut fenix, sol, luna et celum.”, ibid.

A situação apresentada na segunda premissa nos obriga a aceitar tal conclusão, i.e., aceitar a existência de um ser diferente do ser em ato. Tal postulação é justamente a estratégia adotada por Nicolau, como vemos no caso da fênix:

“como ‘fênix’ predica-se de muitos habitualmente, e há apenas uma fênix existindo em ato, logo há uma fênix não existente, fênix sendo tomada segundo a predicação habitual (*habituali*⁸¹ *predicatione*)”.⁸²

Baseando-se em Avicena, Nicolau explica que podemos entender ‘espécies instanciadas em um único indivíduo’ de três maneiras diferentes: instanciada em ato em muitos indivíduos, como homem; instanciada em potência em muitos indivíduos, como fênix; e instanciada no intelecto em muitos indivíduos, como céu.⁸³ Tal distinção leva Nicolau a propor uma revisão de como deve ser entendida a definição porfiriana de espécie:

“Embora certas espécies não sejam predicadas atualmente de muitos, etc., são predicadas habitualmente. Assim, o sentido da definição é: a espécie predica-se, etc., i.e, cuja razão não impede que não se predique, etc”.⁸⁴

⁸¹ Os termos latinos ‘habituali’, ‘habitualmente’, ‘habitualmente’, não são termos definidos de maneira técnica, nem têm uma tradução realmente convincente (o próprio editor crítico do texto latino, Osmond Lewry, não oferece uma tradução desses termos na introdução do seu livro; ver Lewry, O. P. *The Rise of British Logic*, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1983, Introduction), mas designam apenas uma predicação e um ser além do ser em ato.

⁸² “cum igitur ‘fenix’ habitualiter predicatur de pluribus, et non est nisi vnicus fenix actualiter existens, est igitur fenix non existens, fenix sumpta habituali predicatione”, in: “Oxford Logic 1250-1275: Nicholas and Peter of Cornwall.”, Lewry, O. P. *The Rise of British Logic*, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1983, pp. 43, 44.

⁸³ “Dicitur, sicut dicit Auiscena, quod est quedam species que actu saluatur in multis, ut homo; quedam uero non actu set potentia, ut fenix; quedam uero nec actu, nec potentia, set intellectum, ut celum.”, *ibid.*

⁸⁴ “(...) quamuis quedam species non predicentur actualiter de pluribus, etc., predicantur tamen habitualiter. Sensus igitur diffinitionis est: species predicatur, etc., idest cuius ratio non prohibet quin predicetur, etc.”, *ibid.*

Esta estratégia de postulação de um *esse habitualement* ou de extensão da ontologia aparece ainda em outro contexto no texto do autor, como vemos no sofisma “Sócrates sempre é homem” (“*Sortes semper est homo*”).⁸⁵ A questão que se coloca nesse sofisma é saber se ‘homem’ predica-se de Sócrates, quando Sócrates não existe, ou, dito de outro modo, se é verdadeira a proposição “Sócrates é homem”, Sócrates não existente. Embora Nicolau apresente essa proposição no início do sofisma, a partir do parágrafo seguinte a análise se faz em torno da proposição “Sócrates é homem”, que seguiremos.

De acordo com as condições de verdade que apresentamos, a proposição “Sócrates é homem” será verdadeira se aquilo pelo que supõe o sujeito também supõe o predicado, i.e., se entre as coisas que são homens, uma delas for Sócrates. Logo, essa proposição é verdadeira, sem maiores problemas, no caso em que Sócrates existe, pois o verbo no presente ‘é’ exige que ‘Sócrates’ e ‘homem’ suponham por coisas presentes, e Sócrates existe e é homem, o que satisfaz a condição de verdade. Mas se postularmos o caso em que Sócrates não existe no momento da enunciação dessa proposição, o termo sujeito não irá supor por nada, e a proposição será considerada falsa.

Dessa forma, se Sócrates não existe, não parece haver razão para considerar verdadeiras proposições como “Sócrates corre” ou “Sócrates está tomando uma cerveja no bar ao lado”. No entanto, alguns predicados parecem sugerir um

⁸⁵ “Queritur primo de hoc quod dicit Sortes semper est homo. Aut enim intelligit per hoc quod semper est homo siue non sit, aut quod semper sit homo dum sit.”, id., p.44.

juízo diferente, como os presentes nas proposições “Sócrates é homem” ou “Sócrates é um animal racional”, que parecem ser proposições verdadeiras.

O argumento contra o sofisma propõe:

“Pergunta-se primeiro sobre esta posição que diz que Sócrates sempre é homem. Ou se entende que sempre é homem, quer exista, quer não exista, ou que sempre é homem quando existe.

Que não é como diz a primeira resposta: senão seria verdadeira a proposição “Sócrates é homem”, Sócrates não existindo, e então seria falsa a proposição “Todo homem existe”. Mas que esta última proposição é verdadeira prova-se assim: quando um predicado é inerente a dois sujeitos, ou parece sê-lo, há um ao qual ele parece ser menos inerente e outro ao qual ele parece ser mais <inerente>. Mas ‘existir’ é um predicado que parece ser menos inerente a homem do que a homem que existe. Segue-se assim: “Um homem existe: logo um homem que existe existe” (...)

Ainda, se esta proposição é falsa, “Todo homem <existe>”, parece que ela é impossível, e assim qualquer <proposição> de tal natureza seria impossível, como “Todo homem corre”, e outras do mesmo tipo. Logo nenhuma proposição contingente universal afirmativa seria verdadeira relativamente ao agora, o que é contrário ao que diz Aristóteles nos *Primeiros Analíticos*”.⁸⁶

Mas Nicolau também apresenta argumentos a favor da veracidade da proposição “Sócrates é homem”, mesmo no caso em que Sócrates não existe. Um deles é:

“<Ou a consequência> “Nenhum homem existe: logo Sócrates não existe” é válida ou não. Se ela é válida, Sócrates é um apelado⁸⁷ de

⁸⁶ “Queritur primo de hoc quod dicit Sortes semper est homo. Aut enim intelligit per hoc quod semper est homo siue non sit, aut quod semper sit homo dum sit.

Quod non primo modo: Si enim hec esset vera, ‘Sortes est homo’, Sorte non existente, tunc esset hec falsa, ‘Omnis homo est’. Set quod hec sit vera probacio sic: Quando vnun predicatum inest duobus subiectis vel videtur inesse, sic cui minus videtur inesse inest cui magis. Set ‘esse’ est quoddam predicatum quod quidem minus videtur inesse homini quam homini qui est. Sequitur ergo, ‘Homo est: ergo homo qui est est’ (...)

Item, si hec est falsa, ‘Omnis homo’, constat quod est impossibile, et sic quelibet talis esset impossibilis, scilicet ‘Omnis homo currit’ et huiusmodi. Nulla ergo propositio de contingenti, scilicet vniuersalis affirmatiua, esset vera ut nunc. Quod est contra Aristotilem in Prioribus.”, id., p.44.

⁸⁷ O termo ‘apelado’ (‘appellatum’) não é usado aqui no sentido da teoria da apelação que vimos no capítulo anterior, mas significa ‘aquilo a que um termo se refere’. Esse uso aparece principalmente

homem. Se não é válida a situação é inversa, <e é verdadeira a proposição> “Sócrates existe”, e então segue-se “Sócrates existe: Sócrates foi homem”. Esta é uma proposição necessária, logo <Sócrates> ainda é homem”. Esta consequência é válida, pois é impossível que o que é em um momento um indivíduo de uma espécie, se ao menos ele existe, seja transformado em algo de outra espécie, e é dado que Sócrates existe.

(...) Ou pode-se dizer que é válida <a consequência> “Nenhum homem existe: logo Sócrates não existe”, não porque Sócrates seja um apelado de homem, mas é boa a consequência apenas porque se Sócrates existisse, seria um homem (...).⁸⁸

Vemos que uma das diferenças entre os dois argumentos encontra-se na interpretação do verbo ‘ser’ feita pelo autor. No primeiro argumento, o verbo ‘ser’ cossignifica tempo, e, por isso, os supósitos do termo são determinados pela seleção, entre tudo aquilo que ele significa, daquilo que existe no tempo cossignificado pelo verbo. Assim, como na proposição “Sócrates é homem”, o verbo ‘é’ cossignifica o tempo presente, então o termo ‘homem’ supõe apenas por homens existentes. Mas Sócrates não existe e, por isso, não é um dos supósitos do termo ‘homem’, o que torna a proposição falsa. Já no segundo argumento, vemos que o termo ‘homem’ supõe por coisas passadas (apesar do verbo ‘é’ no presente) e, logo, por Sócrates, o que torna a proposição verdadeira. Nicolau explica que isso acontece porque o verbo, nesse caso, não restringe a suposição do sujeito:

quando o aparato teórico da suposição ainda estava se desenvolvendo. Para mais detalhes ver Kretzmann, Pinborg (1982), pp.164-166.

⁸⁸ “Item, ‘Nullus homo est: ergo Sortes non est’ aut sequitur aut non. Si sequitur, Sortes est appellatum hominis. Si non sequitur, detur oppositum, ‘Sortes est’, tunc sic: ‘Sortes est; Sortes fuit homo’, hec est necessaria, ergo adhuc homo. Hoc enim sequitur, cum impossibile est illud quod semel est indiuiduum vnus speciei, ad minus ipso existente, transmutari in aliud, et datum est Sortem esse.

(...) Vel potest dici quod sequitur ‘Nullus homo est: ergo Sortes non est’, non quia Sortes sit appellatum hominis, set solum tenet propter hoc quod si Sortes esset, ille esset homo (...)”, id., p.46

“Como o termo ‘homem’ por si está indiferentemente para presentes, passados e futuros, não é contraído quando se diz “Todo homem existe”; estará então para presentes, etc., e então é falsa a proposição “Todo homem existe”, e por isto é verdadeira “Sócrates é homem”.”⁸⁹

Mas o que leva Nicolau a aceitar esse uso do verbo como não cossignificando o tempo em algumas proposições? Analisaremos um outro argumento para a veracidade da proposição “Sócrates é homem”, Sócrates inexistente, para tentar responder a esta questão. Nele temos a análise da proposição “O homem é necessariamente animal”. O argumento é o que se segue:

“Aristóteles, nas *Categorias*, argumenta assim: ‘animal’ é predicado de homem, logo de algum homem; assim nenhum particular seria um homem depois da morte. Logo é falsa a proposição “O homem é um animal”, se nenhum homem particular existe; o que contradiz Aristóteles em certos silogismos mixtos, quando diz que necessariamente o homem é um animal. Assim, parece que Sócrates, Platão, etc., são homens, quando nenhum homem existe, e por esta razão cada um e qualquer um...”⁹⁰

Para mostrar o que leva Nicolau a propor tal argumento, apresentaremos, primeiramente, uma versão refutativa dessa proposição, para entender quais são as teses sustentadas e negadas pelo autor:

⁸⁹ “Item, cum li ‘homo’ de se stet indifferenter pro presentibus, preteritis et futuris, non contrahitur cum dicit ‘Omnis homo est’; stabit ergo pro presentibus, etc., et sic est hec falsa, ‘Omnis homo est’, quare hec est vera, ‘Sortes est homo’.”, id., p.47.

⁹⁰ “(...) Aristotiles in libro Predicamentorum arguit sic, ‘Animal’ predicatur de homine, ergo de aliquo homine; nam si de nullo predicatur, nec omnino de homine, et sic nullus particularis esset homo post mortem. Est ergo hec falsa, ‘Homo est animal’, nullo particulari homine existente; cui contradicit Aristotiles in quadam mixtione, cum dicit de necessitate homo est animal. Sic videtur ergo quod Sortes et Plato, etc., sit homo nullo homine existente, et qua ratione vnus et quilibet...”, id., p.45.

- 1- Uma proposição é verdadeira se e somente se o seu predicado predica-se do seu sujeito. [tese]
- 2- A proposição “O homem é necessariamente animal” é verdadeira. [segundo Aristóteles- tese]
- 3- Se a proposição “O homem é necessariamente animal” é verdadeira, então o predicado ‘animal’ predica-se necessariamente de ‘homem’. [por 1]
- 4- O predicado ‘animal’ predica-se apenas de homens existentes. [tese]
- 5- Nenhum homem existe. [por hipótese]
- 6- Logo ‘animal’ não se predica de homem. [por 4 e 5]
- 7- Logo a proposição “O homem é animal” é falsa. [por 3 e 6]
- 8- Logo a proposição “O homem é necessariamente animal” é falsa. [por 7, contra 2]

Nicolau considera a conclusão desse argumento inaceitável, pois a tese 2 é verdadeira. Para sustentar sua veracidade, o autor descarta então a premissa 4, essencial para provar a falsidade de 6 na situação proposta. Para isso, Nicolau deve ainda provar que a premissa 3 é verdadeira, mesmo numa situação hipotética como a apresentada em 5. O autor revê então em que sentido devemos considerar o termo predicação: se em 4 temos uma relação de predicação essencial ou bem 4 é falsa, ou bem temos um outro sentido de existente nessa proposição.

Como vimos, o caso da fênix nos mostrou que Nicolau aceita um tipo de predicação diferente da predicação em ato, a predicação habitual. Contudo, o argumento era relativo a espécies que são instanciadas em ato em apenas um único indivíduo. Mas, seguindo o mesmo raciocínio sobre a fênix, poderíamos postular o *casus* em que só existe um homem no mundo. Nessa situação, poderíamos aceitar que a espécie ‘homem’ também é predicada habitualmente de homens inexistentes? Esta estratégia é apresentada por Nicolau, no seguinte argumento:

- 1- A espécie é o que se predica de muitas coisas diferentes em número.⁹¹
[tese porfiriana]
- 2- 'Homem' é uma espécie. [tese]
- 3- Logo 'homem' se predica de muitos indivíduos diferentes em número.
[por 1 e 2]
- 4- Não existe nenhum homem. [hipótese]
- 5- Logo, 'homem' predica-se habitualmente (*habitualiter*) de homens
inexistentes.⁹² [por 3 e 4]

Feitas tais considerações, podemos agora rever o argumento para a falsidade da proposição "O homem é necessariamente animal" da seguinte maneira:

- 1- Uma proposição é verdadeira se e somente se o seu predicado predica-se do seu sujeito. [tese]
- 2- A proposição 'Necessariamente o homem é animal' é verdadeira.
[segundo Aristóteles- tese]
- 3- Se a proposição 'O homem é necessariamente animal' é verdadeira, então o predicado 'animal' predica-se de homens. [por 1]
- 5- Nenhum homem existe. [por hipótese]
- 6- A espécie é o que se predica de muitas coisas diferentes em número.⁹³
[tese porfiriana]
- 7- Homem pertence à espécie 'animal'. [tese]
- 8- Logo, 'animal' predica-se de muitos homens diferentes em número. [por 6 e 7]
- 9- Sócrates e Platão foram homens.
- 10- Logo 'animal' predica-se habitualmente (*habitualiter*) de Sócrates e Platão
inexistentes.⁹⁴ [por 8, 9 e 10]
- 11- Logo é verdadeira a proposição 'O homem necessariamente é animal'.⁹⁵
[por 3 e 10]

⁹¹ "(...) species predicatur de pluribus differentibus numero", id., p.43.

⁹² "(...) similiter, vno homine existente, homo est especies, predicatur habitualiter de pluribus, etc., et sic erit Sortes uel Plato non existens homo sumpta habituali predicacione", id., p.44.

⁹³ "(...) species predicatur de pluribus differentibus numero", id., p.43.

⁹⁴ "(...) similiter, vno homine existente, homo est especies, predicatur habitualiter de pluribus, etc., et sic erit Sortes vel Plato non existens homo sumpta habituali predicacione", id., p.44.

⁹⁵ "(...) Aristoteles in libro Predicamentorum arguit sic, 'Animal' predicatur de homine, ergo de aliquo homine; nam si de nullo predicatur, nec omnino de homine, et sic nullus particularis esset homo post mortem. Est ergo est falsa, 'Homo est animal', nullo particulari homine existente; cui contradicit Aristotelis in quandam mixtione, cum dicit de necessitate homo est animal. Sic videtur ergo quod Sortes et Plato, etc., sit nullo homine existente, et qua ratione vnus et quilibet....", id., p.45.

Devemos ainda notar que Nicolau hesita entre afirmar ou não que Sócrates ou Platão são homens segundo a predicação habitual, considerando o caso em que apenas um homem existe em ato:

“Pode-se também dizer que tanto fênix como homem, se apenas um homem existe em ato, são predicados de muitos habitualmente, não contudo de Sócrates ou de Platão inexistentes, pois estes, não existindo, não são apelados de homem, como se diz no final dos *Tópicos III* sobre os singulares da proposição “Todo homem é animal”, se nenhum homem existe: o homem habitualmente em Sócrates e Platão é animal, e não se concebe pelo termo ‘Sócrates’ algo existindo em ato, mas algo que pode ser homem. A forma é com efeito múltipla, multiplicada habitualmente em muitas matérias, quer estas existam ou não”.⁹⁶

Segundo Lewry, a predicação habitual seria relativa à existência mental do que é real ou imaginário.⁹⁷ Essa não parece ser uma descrição correta dessa propriedade segundo Nicolau da Cornualha. Mais precisamente, não há elementos textuais que nos permitam caracterizar a predicação habitual como uma forma de existência mental. Nicolau parece recorrer à postulação da predicação habitual para explicar um problema específico: como explicar a relação entre a espécie e suas instâncias e o que fazer quando não estas não existem. Assim, a predicação

⁹⁶ “Potest tamen dici quod tam fenix quam homo, vno solo homine actualiter existente, predicantur de pluribus habitualiter, etc; non tamen de Sorte non existente uel Platone, etc., cum non sit appellata hominis, ipsis non existentibus, set sumendi sunt eius appellata hominis, ipsis non existinbus, set sumendi sunt eius appellata sicut dictum est in fine tercii Topicorum de singularibus huius, ‘Omnis homo est animal’, nullo homine existente: sic homo habitualiter in Sorte et Platone est animal, et non intelligatur per li ‘Sortes’ aliquid actualiter existens set aliquid quod postest esse homo. Forma enim multiplex est, habitualiter multiplicata per plures materias, et hoc siue sint siue non.”, id, p. 44.

⁹⁷ Lewry, O. P. *The Rise of British Logic*, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1983, Introduction, p.21.

habitual parece consistir em uma relação especial de atribuição de uma propriedade a um objeto que não existe em ato, quando há necessidade da predicação entre um sujeito e um predicado. Dessa forma, mesmo se o objeto não existe no mundo, podemos atribuir a ele uma predicação habitual, pois se esse objeto existisse, necessariamente predicaríamos dele tal propriedade, diferentemente da predicação em ato, que exige a existência do objeto no mundo com tal propriedade que é dele predicada. Mas de fato, ao postular esse tipo de predicação, Nicolau promove uma extensão da ontologia, pois aceita, ao lado da existência em ato, um tipo especial de existência aos objetos não existentes em ato, a existência habitual. Nicolau não faz menção no argumento ao fato de alguém pensar em algo ou mesmo à existência de um sujeito pensante, mas temos apenas argumentos semânticos (em que se mantêm as condições de verdade da proposição) ou metafísicos (em que se mantêm a definição de espécie).

Podemos ver, assim, que não é apenas a diferença entre os dois usos do verbo 'ser' que motiva Nicolau a aceitar que a proposição "O homem é necessariamente animal" é verdadeira mesmo quando nenhum homem existe. Foi necessário acrescentar ao argumento a teoria ontológica apresentada por Nicolau em um ponto anterior do texto, e que motiva sua concepção lógica.

Da mesma forma, a teoria da existência habitual parece ser também uma motivação para que Nicolau aceite que a proposição "Sócrates é homem" é verdadeira ainda que Sócrates não exista, pois se pode dizer que o predicado 'homem' pertence ao sujeito 'Sócrates', segundo a predicação habitual.

Podemos analisar agora as conseqüências desse tipo de análise para a teoria da suposição. A primeira delas é que a solução do problema da referência a objetos não existentes não é resolvido apenas em um quadro semântico, mas resulta na adoção de uma tese ontológica. Com relação à suposição, o principal problema suscitado é como manter, no quadro teórico sustentado por Nicolau, a exigência de que o verbo no tempo presente deve restringir a suposição de um termo aos objetos existentes atualmente. Vimos que a solução de Nicolau baseia-se na distinção entre os dois usos do verbo 'ser'. O verbo 'ser', conjugado no presente, nem sempre significa tempo na proposição, mas pode apenas indicar que existe uma predicação. Logo, o verbo perde, em alguns contextos, sua função de cossignificar o tempo, não podendo restringir ou ampliar a suposição do outro extremo. Além disso, Nicolau não apresenta, pelo menos no pequeno texto a que temos acesso, uma regra que permita distinguir entre esses dois usos do verbo.

II.2 - Análise do sofisma "Todo homem é necessariamente animal"

O sofisma "Todo homem é necessariamente animal" (*"Omnis homo de necessitate est animal"*) aparece em várias versões e em diferentes autores. Iremos analisá-lo na versão pertencente à primeira coleção de sofismas parisienses

(*Sophismata Parisius Determinata*), de 1250, cujo autor é anônimo, editados por Alain de Libera [1991], e preservados no manuscrito *Nat. Lat.* 16135, fol. 11rb-12vb.⁹⁸

Nosso principal interesse nesse sofisma aparece com os problemas suscitados pela presença dos sincategoremas ‘todo’ e ‘necessariamente’. O primeiro exige que o predicado ‘animal’ seja atribuído a todos os homens, enquanto o segundo exige que o predicado seja necessariamente atribuído ao sujeito. Contudo, temos também a presença do sincategorema ‘é’, que exige que os referentes dos termos existam no tempo presente. Mas a exigência colocada por este sincategorema entra em conflito com a dos outros dois, pois restringe a suposição aos referentes presentes, enquanto ‘todos’ e ‘necessariamente’ devem se aplicar a todo o conjunto de homens, sejam presentes, passados, futuros ou possíveis.

Aparentemente, este sofisma é verdadeiro: aceitamos que todos os homens são necessariamente animais, mas não que todos os homens sejam, por exemplo, filósofos. Se a relação de predicação entre homem e animal deve ser necessária, então ela deve ser verdadeira para todos os homens. No entanto, como a existência mesmo de homens particulares é contingente – cada homem particular pode não existir e a espécie ela mesma pode não ser instanciada (uma espécie pode entrar em extinção) – não é claro como uma predicação necessária é verdadeira em alguns

⁹⁸ Anonymus. “Omnis homo de necessitate est animal”, In: *César et Le Phénix. Distinctiones et Sophismata Parisiens du XIII siècle*. Ed. par Alain de Libera, 1991, pp.25-47.

casos. Podemos então nos perguntar: é verdadeiro, por exemplo, que Sócrates é necessariamente homem?

Como coloca Perini-Santos, ao analisar os argumentos para a verdade desse mesmo sofisma em outros autores, “há uma motivação básica para a resposta positiva: a frase expressa uma definição real, indica a essência do homem, portanto é necessária. Uma estratégia para a resposta é fornecer um referente onde ele parece faltar, como na situação de nenhum homem existir.”⁹⁹ Logo, iremos nos concentrar na análise de uma das questões do sofisma, que expressa exatamente essa situação, a saber, a quarta *quaestione*:

“Pergunta-se se esta <proposição> é verdadeira: ‘César é homem, mesmo morto’.”¹⁰⁰

‘César’ é um exemplo comum utilizado nos sofismas para representar o caso de um homem que existiu e não existe mais. O problema do sofisma está no fato de um predicado poder ou não ser atribuído a um objeto que não existe atualmente. Se essa proposição for verdadeira mesmo neste caso, provaremos também a verdade do sofisma “Todo homem é necessariamente animal”.

Tomemos os argumentos contra a veracidade da proposição “César é homem”, supondo que César está morto. Os dois primeiros argumentos exploram a significação do termo como sendo determinante do que é ou não seu referente.

⁹⁹ Perini-Santos, E. “Mapeando argumentos no sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’”, p.1.

¹⁰⁰ “Quaeritur de veritate huius: ‘Caesar est homo, ipso mortuo’”, in: Anonymus “*Omnis homo de necessitate est animal*” In: *César et Le Phénix. Distinctiones et Sophismata Parisiens du XIII siecle*. Ed. par Alain de Libera, 1991, p. 41.

O primeiro argumento propõe que a determinação do sujeito pode apenas contrair, mas não diminuir os referentes. Nesse caso, segue-se a implicação ‘homem branco, logo homem’. Mas já determinações como ‘morto’, em ‘homem morto’, não diminuem nem contraem, mas fazem com que o sujeito não seja tomado absolutamente, pois não são compatíveis, fazendo que seja tomado pelo seu oposto. Assim, a implicação segue-se de forma diferente: ‘homem está morto, logo não é homem’. Da mesma forma, como César está morto, segue-se que não é homem.¹⁰¹ O segundo argumento é baseado na consideração de que nada é comum ao ente e ao não ente. Logo, se ao homem existente convém ser homem, àquele não existente não convém o mesmo.¹⁰²

Já os outros dois argumentos são relativos às condições de verdade da proposição. O primeiro deles diz que da disposição na verdade, segue-se a disposição na entidade.¹⁰³ Temos aqui novamente uma tese em que a verdade implica a existência das coisas tal como significadas na proposição. O outro argumento propõe que se a proposição “César é *ens*” é verdadeira, e se César não existe, podemos tomar este termo ‘*ens*’ como um nome ou como um verbo. Já nas proposições em que ‘*ens*’ é tomado como verbo podemos fazer sua equivalência

¹⁰¹ “Determinationum, quaedam est contrahens et non diminuens, et haec infert et ponit subiectum suum simpliciter, ut ‘homo allbus, ergo homo’; alia est diminuens, quae non est sufficiens ad denotandum totum illud ponendum, et talis, licet non inferat subiectum simpliciter, tamen compatitur se cum subiecto; alia est determinatio destruens, sicut ‘mortuum’, talis autem, non infert subiectum simpliciter nec se compatitur cum ipso, sed potius infert suum oppositum. Unde sequitur ‘Est homo mortuus, ergo non est homo’; cum igitur Caesar sit homo mortuus, non est homo.”, id., p.41.

¹⁰² “Nihil est commune enti et non enti. Cum igitur Sorti existenti conveniat esse hominem, illi non existenti non conveniet idem”, id., p. 42.

¹⁰³ “Dispositio uniuscuiusque in veritate sequitur dispositionem in entitate, quare idem quod prius.”, ibid.

em uma proposição em que temos o participípio, assim como entre “Um homem corre” e “Um homem está correndo”. Mas não podemos fazer essa equivalência entre “César é homem” e “César é *ens* homem”, pois ‘ens’ seria um participípio nesse caso.¹⁰⁴

O outro argumento recorre à existência das *species*. Segundo ele, a alma apreende as coisas através das suas *species*, e reúne as coisas em suas *species* através da sua relação com as coisas *extra*. Se a coisa não existe, essa relação não pode ser constituída.¹⁰⁵ Logo, “César é homem”, é uma proposição falsa se César não existe.¹⁰⁶

Já os argumentos a favor da veracidade da proposição giram em torno de duas teses: a da condição de verdade da proposição e da teoria da *species*. O primeiro propõe que nada é mais verdadeiro do que o mesmo ser predicado de si.¹⁰⁷ Logo: a) se o termo ‘César’ significa homem composto a partir de carne e

¹⁰⁴ “Si haec est vera: ‘Caesar est ens’, et aliquo modo non existente, hoc est accipiendo ‘ens’, ut nomen est, et non participium; sed intelligitur in hac ‘Caesar est homo’, ut participium. Probatio. Quia in ‘currit’ intelligitur *currens*, ut participium est, sic exponendo ‘Homo currit’: ‘Homo est currens’; ergo si resolvatur sic li ‘est’ – ‘Caesar est homo’: ‘Caesar est ens homo’ -, li ‘ens’ est participium.”, *ibid.*

¹⁰⁵ “Anima apprehendit res per earum species, et componit res per earum species per relationem ad res, quarum sunt; quare anima in componendo supponit res extra; quare, cum non sit ita in re extra quod Caesar sit homo, falsa erit talis compositio”, *ibid.*

¹⁰⁶ Os outros argumentos partem das seguintes premissas: é impossível que a) do que foi destruído algo permaneça, e como César não existe, não pode ser mais homem (“Destructis primis impossibile est aliquid aliorum remanere”. Cum igitur Caesar non sit, in eo non est homo.”), *ibid.*; b) predicar o ser de um não ente, e como César não existe, dele não se pode predicar ‘homem’, (“Hic praedicatur esse de non ente: ‘Caesar est homo’; ergo est falsa.”), *ibid.*; e que a consequência é válida: “Não é animal, não é homem”, pois o animado difere do inanimado pelo movimento e pelo sentido, e como César não se move e nem sente não é animal, logo, não é homem (“Non est animal, ergo non est homo’. Probatio antecedentis: animatum differ tab inanimate motu et sensu, ut est secundo *De anima*; sed Caesar non sentit nec movetur, quare etc.”), *ibid.*

¹⁰⁷ “Haec est vera: ‘Caesar est Caesar’, quia ‘nulla verior est illa in qua idem praedicatur de se’.”, *id.*, p.43.

ossos animados e alma racional e esse é também o significado do termo homem, então mesmo que César exista ou não exista, dele pode ser verdadeiramente predicado homem, pois possuem definições idênticas.

A solução, que aparentemente o autor terminará por adotar, é aqui atribuída a alguns (*dicunt quidam*), é que a proposição “César é homem” é verdadeira, César existindo ou não, justificada com a seguinte tese:

“à modificação da coisa *extra* não se segue a modificação da significação do termo, assim a oração e a opinião continuam imóveis como está nas *Categorias*, mesmo ocorrendo modificação nas coisas *extra*, a relação entre os seus termos se dá em razão de <seus> significados, assim quer Sócrates exista, quer ele não exista, sempre permanecerá a relação entre os termos que são sujeito e predicado, pois permanecem os mesmos significados dos termos. Para isto, não é necessário que permaneçam as coisas fora da alma para que <a proposição> seja verdadeira. Nem se deve acreditar que ‘homem’ é predicado de César morto, pois este nome não foi imposto ao cadáver, mas ao agregado de carne e ossos animado pela alma racional; assim, embora represente este agregado, não põe este agregado.”¹⁰⁸

A diferença exposta acima caracteriza justamente a diferença entre o ato de imposição do nome e a propriedade da significação que o nome adquire com este ato, bem como o fato de a significação ser uma propriedade atemporal. Assim, se

¹⁰⁸ “(...) quia ad transmutationem rerum extra non sequitur transmutatio significationis dictionum, oratio enim et opinio immobilia perseverant ut est in *Praedicamentis*, licet fiat trasmutatio in rebus extra, et habitudo terminorum est ratione significatorum, et ita sive Sor sit sive non, semper tamen remanet eorumdem eadem habitudo in subiciendo et praedicando, cum maneant eadem significata terminorum, nec oportet extra esse ad hoc, ut sit vera, nec est credendum quod ‘homo’ praedicatur de Caesare mortuo, quia illud nomen non est impositum ad cadaverum, sed aggregato ex carne et ossibus animato ex anima rationale: unde licet repraesentet illud aggregatum, non tamen ponit illud.”, id., p. 44.

o nome 'César' foi imposto para significar um certo agregado de carne, osso e alma, i.e., um determinado homem, continua significando aquele homem, mesmo que agora César não seja mais esse agregado. Assim, em proposições como "César é um homem morto", o nome 'César' é usado de formada imprópria para significar o cadáver. Mas o autor expõe ainda que a proposição pode ser verdadeira em virtude da relação entre os termos, não sendo necessário então postular a existência de coisas fora da alma. Nesse sentido é verdadeiro dizer "César é homem", mesmo César não existindo.¹⁰⁹

Essa diferença explica porque 'César' significa homem apesar de morto, mas não porque a proposição "César é homem" é verdadeira, mesmo César não existindo. Além disso, o fato de um termo poder significar algo que não existe torna difícil manter a tese da condição de verdade baseada na significação exposta anteriormente, pois se a proposição só é verdadeira se aquilo que seus termos significam são dessa forma no mundo, e se um termo também significa objetos não existentes, o valor de verdade de proposições com tais termos será sempre falso. Perini-Santos também aponta o mesmo tipo de problema na análise do sétimo sofisma do *Anonymus GC611*:

" <o trecho> 5.3 sugere uma extensão a homens passados, presentes e futuros, a partir do significado do termo 'homem' - termo que, como todo substantivo, significa

¹⁰⁹ "(...) sumendo extensive et improprie hoc nomen 'Caesar' pro illo cadavere, vera est 'Caesar est homo mortuus'; falsa autem est pro illo aggregato", ibid. Note-se que há um conceito complexo de indivíduo.

atemporalmente. 6.4 não adota a resposta natural, que seria identificar *constraints* temporais do verbo sobre aquilo que é relevante para a verdade da proposição – o significado de um termo não é diretamente sua contribuição para as condições de verdade de sentenças, existem condições frasais que determinam, a partir do significado do termo (para suposições significativas), a suposição do termo, que é o que figura nas suas condições de verdade.”¹¹⁰

Esse problema parece ser resolvido pelo autor com a postulação da diferença entre dois tipos de predicação: a predicação pode dizer respeito tanto à necessidade da relação entre os termos como à necessidade da relação (*necessitatem terminorum et habitudinis insimul*), ou apenas da relação (*habitudinis tantum*).¹¹¹ No primeiro caso, é necessária a existência atual das coisas para que a relação de predicação exista e seja verdadeira. Já a relação do segundo tipo consiste numa relação de predicação essencial, i.e., o predicado sempre será predicado de um sujeito, pois pertence à sua essência, e por isso não exige a existência atual do objeto para que seja verdadeira. Esse é o caso da relação da atribuição de homem a César, pois a essência de César é ser homem. Logo, esse predicado pode ser sempre atribuído a ele, mesmo que César não mais exista. Ao contrário disso, uma proposição como “César corre” só pode ser verdadeira numa relação do primeiro tipo, i.e., se César existir e correr neste momento, pois ‘correr’ não é um predicado essencial de César, mas accidental. Pelos mesmos motivos que dizemos que

¹¹⁰ Perini-Santos, E. “Mapeando argumentos no sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’”, p.3.

¹¹¹“(…) quae ponit quod li ‘de necessitate’ possit dicere necessitatem terminorum et habitudinis insimul – et sic est falsa -, vel habitudinis tantum – et sic est vera.”, Anonymus “*Omnis homo de necessitate est animal*” In: *César et Le Phénix. Distinctiones et Sophismata Parisiens du XIII siecle*. Ed. par Alain de Libera, 1991, p.26.

predicar homem de César é uma predicação necessária, também dizemos que é necessária a predicação que ocorre entre os termos ‘homem’ e ‘animal’, pois a essência do homem é ser animal racional e, portanto, sempre se pode predicar animal de homem, i.e., se algo for homem, necessariamente também será animal.

Esse movimento parece corresponder à distinção que Perini-Santos aponta na argumentação de outros autores:

“O principal argumento (...) recorre a uma diferença entre termos substanciais e termos acidentais: nos termos substanciais, há uma diferença entre ser e inerir – em oposição aos termos acidentais, já que ‘*accidentis esse est inesse*’ –, e as determinações do ser e do inerir serão, de maneira correspondente, diferentes, logo as necessidades serão diferentes. Deste traço de termos substanciais segue-se a distinção entre dois tipos de necessidade, que serão associadas ao ser e ao inerir.”¹¹²

Assim, quando temos uma predicação essencial, a relação entre os termos é necessária, mesmo se os referentes desses termos não existam nesse momento, pois se existiram, existem ou existirão, essa relação necessariamente também existiu, existe, ou existirá. Uma outra leitura seria ainda admitir que essa relação de predicação é atemporal, independentemente do termo que antecede o termo modal. Nas duas leituras é válida a consequência: “Se é homem, é animal”, mesmo quando não existem homens.¹¹³ É por esse motivo que a presença do

¹¹² Perini-Santos, E. “Mapeando argumentos no sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’”, p.5.

¹¹³ “*rebus non existentibus, habeant inter se habitudinem et consequentiam, quia, sive homo sit sive non, sequitur: ‘Si homo est, animal est’*”, Anonymus “*Omnis homo de necessitate est animal*” In: *César et Le Phénix. Distinctiones et Sophismata Parisiens du XIII siecle*. Ed. par Alain de Libera, 1991, p. 47.

sincategorema 'é' nas proposições "César é homem" ou "Todo homem é necessariamente animal", não restringe a suposição apenas aos supósitos existentes. Vimos que para sustentar tal tese, Nicolau da Cornualha postula um tipo especial de existência que explique como pode ocorrer tal predicação. Nosso autor também segue essa estratégia?

Uma pista de como isso acontece aparece na resposta a um dos argumentos da terceira *quaestione*. Pergunta-se se a proposição "O homem é animal, nenhum homem existindo" é verdadeira? O argumento contra coloca:

"É possível que nenhum homem exista. Mas o que não existe não é animal, logo é possível que nenhum homem seja animal, logo não é necessário que todo homem seja animal."¹¹⁴

Partindo da regra aristotélica, o autor propõe que essa proposição será verdadeira se as coisas significadas pelos termos existem no mundo tal como são significadas.¹¹⁵ Mais uma vez o problema é que se aceitarmos essa regra para determinar o valor de verdade de proposições, então proposições como "O Anticristo será homem", "César foi homem" ou "Uma quimera é uma quimera", serão falsas,¹¹⁶ já que as coisas significadas pelos termos 'Anticristo', 'César' e

¹¹⁴ "Possibile est nullum hominem esse. Sed quod non est non animal est, ergo possibile est nullum hominem esse animal; ergo non necesse est omnem hominem esse animal (...)", id., p. 29.

¹¹⁵ "(...)utrum ad veritatem orationis affirmativae requiratur veritas rerum significatarum per terminos.", id, p.35.

¹¹⁶ "Si ad veritatem orationis requiratur actualis existentia extremorum, tunc istae non erunt verae 'Antichristus erit homo', 'Cesar fuit homo'", "Sed si sic, tunc non est vera: 'Chimaera est Chimaera' (...)", id, p.37.

‘quimera’ não existem atualmente no mundo. Além disso, a adoção dessa regra levaria a pensar que existiria verdade e falsidade nas coisas, e não na cognição ou na alma, o que, segundo o autor, contraria Aristóteles, que diz no *Perihermeneias* que “a verdade e a falsidade consistem na composição”.¹¹⁷

A resposta ao argumento recorre à duplicidade do termo ‘verdade’. Um dos modos de usar esse termo é aquele segundo o qual há uma “adequação entre voz, coisa e intelecto”. Essa é a relação entre coisas, exige então a existência efetiva da coisa *extra*, correspondente à coisa existente na alma. Esse modo seria relativo a proposições contingentes.¹¹⁸ Já o outro modo consiste na composição e na divisão de *species* destinadas a supor por uma coisa *extra* no intelecto, e este modo não exige a existência da coisa *extra*.¹¹⁹

Tal resposta leva-nos a pensar que a tese da necessidade da relação de predicação, mesmo quando se refere a coisas que não existem, é mantida devido a esse segundo modo de consideração de verdade, no qual a relação de predicação entre termos ocorre no intelecto e corresponde à atribuição do valor verdade.

¹¹⁷ “Si ad veritatem orationis exigitur vera entitas extremorum , tunc erunt veritas e falsitas in rebus extra, et non in cognitione vel in anima (...)”, “Veritas e falsitas circa compositionem constituent, ut habetur in primo *Perihermeneias* (...)”, id, pp.37-38.

¹¹⁸ “Uno modo secundum communem usum loquendi de ea vulgarem, secundum quod dicitur “adequatio vocum, rerum et intellectuum”; et sic est quaedam relatio ad res, et non tantum requirit esse rerum apud animam existentium, quae ad invicem compununtur et dividuntur, sed etiam res extra animam correspondentes talibus existentibus apud animam. Arguendo de tali veritate dici potest quod ad veritatem propositionis exigitur actualis rerum entitas, et secundum istum modum loquendi loquitur Aristoteles in *Prioribus*, ubi innuit propositionem non esse necessariam sine existentia rerum extra [...], in capitulo *De contingenti*.”, id., pp.38-39.

¹¹⁹ “Alio modo consideratur veritas secundum se absoluta a rebus, prout consistit circa compositionem et divisionem apud intellectum; et sic exigit quamdam entitatem apud animam non rerum, sed intellectus actu componentis et dividendis species rerum natas ad invicem componi et dividi – sive sint res illies correspondentes, sive non -, et sic loquitur Aristotelis de veritate in fine quinti *Philosophiae primae*.”, id., p.39.

Em sua conclusão da análise desse sofisma em outros autores, Perini-Santos resume em duas linhas as estratégias de argumentação para a solução do sofisma:

“[1] A estratégia 1 postula um tipo de ser que parece ser necessário para resolver apenas problemas metafísicos – o *esse essentiae* não tem uma motivação realmente independente dos argumentos do sofisma, ou de argumentos deste tipo. A estratégia 2, por outro lado, encontra a base ontológica para a verdade da proposição em algo que é postulado por razões completamente independentes do problema em questão, a *species*.

[2] O *esse essentiae* é um *relatum* que é externo àquilo que é dito verdadeiro, ao passo que a *species*, sendo o elemento constituinte das intelecções, talvez não seja adequada para explicar a verdade desta proposição, se a noção de verdade deve exprimir uma relação entre o que é dito verdadeiro e algo sobre o que o que é dito verdadeiro o é.”¹²⁰

A solução do nosso autor parece estar de acordo com a estratégia 2 :

[2] postulação da *species* com motivação independente aos problemas suscitados pelo sofisma.¹²¹

Essa solução converge com as outras duas colocadas por Perini-Santos, na medida em que adotam estratégias de postulação de um tipo de ser para resolver os mesmos problemas:

¹²⁰ Perini-Santos, E. “Mapeando argumentos no sofisma ‘*omnis homo de necessitate est animal*’”, p.8.

¹²¹ Ibid.

“Ambas <estratégias> postulam um funcionamento semântico particular para frases cujo predicado significa a essência do sujeito, quer deslocando o que é significado do *esse existentiae* ao *esse essentiae*, quer levando a uma teoria da verdade que não exige relação alguma com coisas fora da alma, portanto tornando desnecessária a existência de coisas fora da alma.”¹²²

II.3 - João Buridan: análise dos sofismas “Nenhum homem está morto” e “O não ser é pensado”

Em Buridan encontramos uma via diferente de tratamento dessa questão. Ao analisar o sofisma “Nenhum homem está morto”,¹²³ Buridan apresenta o seguinte argumento a favor da verdade da proposição:

Nenhum morto é animal.
Todo homem é animal.
Logo nenhum homem está morto.

O argumento gira em torno da premissa aristotélica de que todo homem animal, e de que animal é o ser animado, com vida, daí a consideração de que nenhum morto é animal. Assim, o ser não-animado ou morto não está entre os supósitos do termo ‘animal’ e, logo, não está entre os supósitos de ‘homem’.

Já o argumento a favor da falsidade da proposição é apresentado partindo da consideração de que a proposição contraditória ao sofisma, “Algum homem está morto”, é verdadeira. Para que a proposição “Algum homem está morto” seja

¹²² Id., p.9.

¹²³ “Nullus homo est mortuus”, SPH, p.101.

verdadeira, é preciso que homem morto esteja entre os supósitos do termo 'homem', situação contrária a apresentada para a falsidade do sofisma.

Para resolver o sofisma, precisamos então decidir se o termo 'homem' supõe ou não por homens mortos. Como vimos, na teoria buridaniana a seleção dos supósitos de um termo é determinada pelo tempo do verbo a partir do conjunto de coisas que ele significa. Há, assim, uma diferença fundamental entre as propriedades semânticas da suposição e da significação, que consiste no fato de que enquanto a última possui um caráter acontextual, a suposição é uma propriedade do termo apenas quando inserido em um contexto proposicional. Dessa forma, nosso primeiro passo para resolver o sofisma será definir a significação do termo 'homem', e, depois, analisar a suposição desse termo em determinada proposição.

Vimos que um termo é imposto para significar indiferentemente todas as coisas que podem ser concebidas pelo seu conceito. Assim, o termo 'homem' significa indiferentemente todos os homens que existem, existiram, existirão ou que podem existir.

Definido o conjunto do significado do termo 'homem', podemos analisar por que esse termo supõe na proposição "Nenhum homem está morto". Nessa proposição, a suposição do termo 'homem' será determinada, dentre todas as coisas que ele significa, por aquelas que também são significadas pelo predicado, que é o termo 'morto'. A proposição será então verdadeira se entre o conjunto de coisas *h* significadas pelo termo 'homem', i.e., os homens presentes, passados,

futuros e possíveis, alguma delas não for significada pelo termo 'morto'. 'Morto' significa homem que não tem mais vida. Ele supõe, assim, por homens que existiram e que morreram, i.e., por homens passados. Por esse motivo, a suposição do termo 'homem' é restringida, pela presença do termo 'morto', apenas aos homens passados.

Agora que definimos a suposição dos termos, podemos verificar se essa proposição é ou não verdadeira. Voltemos mais uma vez à regra dada como critério de verdade: uma proposição categórica afirmativa é verdadeira se os seus termos, a saber, o sujeito e o predicado, suporem pela mesma ou pelas mesmas coisas. Na análise de proposições relativas ao tempo presente, essa regra pode ser facilmente verificada ao analisarmos como as coisas são no mundo no momento da enunciação da proposição. Mas no caso da proposição que analisamos isso não pode ser feito, já que o termo 'morto' faz com que a suposição do termo 'homem' seja relativa a homens passados, i.e., aos homens que não existem, e logo não existe algo atualmente no mundo que torne a proposição verdadeira. Tal fato poderia nos levar a pensar que as proposições afirmativas a respeito de objetos que não existem seriam sempre falsas, já que seu sujeito não supõe por nada. Mas não é essa a conclusão a que chega Buridan.

Segundo o autor, um termo pode supor mesmo que seu objeto não seja algo existente no mundo no momento da enunciação. Isso ocorre devido à ocorrência de certos termos em uma proposição, que podem estender a suposição de um outro

termo para referentes além das coisas que existem atualmente.¹²⁴ Isso ocorre em contextos em que aparecem verbos no tempo passado, futuro, termos modais e termos intencionais. Nesses casos, temos uma situação especial de avaliação de proposições. A avaliação de proposições em que figuram termos ampliativos parte sempre do momento presente para o momento indicado pelo tempo verbal. Buridan denomina esse ponto inicial de avaliação de *status*:

“Primeiramente devemos considerar o *status* segundo o qual o termo não é dito ser ampliado nem restrito, e a respeito do qual às vezes é dito <ter> ampliação, e outras vezes restrição. O *status* pode ser atribuído quando o termo supõe ou apela todos os seus significados no momento presente; assim quando digo ‘Um homem corre’ ou ‘Todo homem corre’, ‘homem’ supõe indiferentemente por todos os homens que existem no tempo presente, mas não por outros”.¹²⁵

Assim, para saber se essa proposição é verdadeira ou falsa quando ocorre ampliação nem restrição, i.e, quando não há modificação do *status*, devemos avaliá-la partindo dos significados do termo no momento da enunciação para seus significados no contexto criado pela proposição. A proposição será verdadeira se nesse novo contexto de avaliação o referente possui ou não a determinada propriedade asserida pelo predicado.

¹²⁴ “Et inductio tua non est sufficiens si fiat solum de hominibus qui sunt. Immo oportet quod fiat de omnibus qui fuerunt, propter hoc quod subiectum sophismatis est ampliatum ad praeterita per hoc praedicatum ‘mortuus’.”, SPH, p. 101.

¹²⁵ “Et oportet primo videre statum secundum quem terminus nec dicatur ampliatum nec restrictum, respectu cuius status aliquando dicitur ampliatum, aliquando restrictum. Status ergo ille postest assignari quando terminus praecise supponit vel appellat pro omnibus suis significatis praesentis temporis. Ut si dico ‘homo currit’ vel ‘omnis homo currit’, indifferenter supponit ‘homo’ pro omnibus hominibus qui in praesenti tempore sunt et nom pro allis”, SS, p.89.

No caso do sofisma analisado, o particípio 'morto' indica que a avaliação da suposição será no tempo passado, indicado por esse termo. Por estar no tempo passado, ele amplia a suposição do termo 'homem' para além dos homens que existem no momento da enunciação, i.e., amplia a suposição para além do que é indicado pela ordem sincategoremática do tempo verbal. Essa proposição será verdadeira se num momento t' , anterior ao momento t presente, o supósito do termo 'morto' for o mesmo que o da proposição "Isto é um homem" em t' , o que significa que no momento t' o termo 'homem' tinha como suposição homens existentes. Não é necessário que os homens ainda existam no momento t da enunciação.¹²⁶

Contudo, no sofisma "Nenhum homem está morto" o sincategorema 'nenhum' impede que a suposição do termo 'está morto' incida sobre o conjunto dos supósitos do termo 'homem'. Por isso, a proposição "Nenhum homem está morto" será verdadeira se o termo 'morto' não supuser por nenhuma das coisas pelas quais supõe o termo 'homem'. Ora, vimos como a ampliação operada pelo termo 'morto' explica como, no *casus* postulado, isto não ocorre. O sofisma é, portanto, falso.

Até aqui tratamos da extensão da suposição de termos que significam um objeto no mundo, mas que não existem atualmente. Mas a ampliação pode ter como objeto termos ainda mais interessantes, como aqueles que se referem a objetos apenas possíveis.

¹²⁶ Para uma explicação mais detalhada ver Perini-Santos (2003).

Um exemplo é o sofisma “O não ser é pensado” (“*Non ens intelligitur*”).¹²⁷ Esse sofisma apresenta duas peculiaridades que devem ser levadas em conta na avaliação da suposição: a presença de uma negação infinitizante e de um termo intencional.

Analisemos primeiramente como a presença de um termo intencional no predicado de uma proposição modifica a suposição do termo sujeito. Os termos intencionais são os que estão associados a um ato da alma intelectual, como os verbos ‘saber’, ‘significar’, ‘entender’, ‘opinar’. Assim, quando temos um contexto intencional, a referência do termo não precisa ser necessariamente um objeto existente; o termo intencional faz com que a referência do termo ao que é associado seja ampliada para todos os objetos que são significados pelo termo. Os termos intencionais têm, por isso, a propriedade de ampliar a suposição de outro termo, mesmo que na proposição figure um verbo no tempo presente. O termo pode assim se referir aos significados que existiram (mesmo que não existam mais atualmente), ou a um possível referente futuro. Por exemplo, ao dizer “César é admirável”, o termo ‘admirável’ amplia a suposição para coisas passadas e como César também supõe por algo que existiu no passado, a proposição é verdadeira.

Assim, Buridan diz de maneira similar que no sofisma “O não ser é pensado”, o termo ‘não ser’ pode ter como referente algo significado por esse termo, mas que ainda não existe, mas existirá:

¹²⁷ SPH, pp.108-110.

“é equivalente dizer “O não ser é pensado” e “O que não é ser é pensado”. Ora, a segunda frase é verdadeira, pois o Anticristo, que não é um ser, é pensado”.¹²⁸

Para avaliar se esse argumento prova a veracidade do sofisma devemos primeiramente examinar o que os termos dessa proposição significam e pelo que supõem.

O termo ‘não ser’ é formado por uma negação infinitizante (não-x), i.e., a negação que porta sobre um termo e não sobre uma proposição. Quando isso ocorre, a presença da negação infinitizante faz com que o termo seja tomado por tudo aquilo que sem ela não seria tomado e não ser tomado por todas as coisas pelas quais ele normalmente seria tomado.¹²⁹ Por exemplo, o termo ‘homem’, que supõe por todos os homens, ao receber a negação infinitizante, ‘não homem’, passa a supor por todas as coisas, exceto homens. Assim, o termo ‘não ser’ irá supor por tudo aquilo pelo que não supõe o termo ‘ser’. Mas o termo ‘ser’ supõe por todas as coisas presentes, passadas, futuras ou possíveis. Logo, o termo ‘não ser’ irá supor por tudo que não supõe o termo ‘ser’. Por conseguinte, ele não irá supor por coisa alguma, já que não pode supor por nada passado, presente, futuro ou possível. Ele se refere, portanto, a algo impossível de existir. Já o termo ‘é pensado’, por ser intencional, amplia a suposição do termo aos *possibilia*, i.e, todas as coisas que podem ser pensadas, sejam elas passadas, presentes, futuras ou possíveis. Mas

¹²⁸ “Et sic aequivalet dicer ‘non ens intelligitur’ et ‘quod non est ens intelligitur’. Sed haec secunda est vera, quia Antichristus qui non est ens intelligitur”, SPH, p.108.

¹²⁹ “Haec enim est condicio negationis infinitantis, ut faciat terminum teneri pro omnibus pro quibus sine ea non tenetur et non teneri pro aliquibus pro quibus tenetur”, SS, p.93.

vimos que uma proposição afirmativa só é verdadeira se o seu sujeito supõe por algo, e o termo 'não ser' não supõe por nada. Assim, mesmo se 'pensável' cobre todo os *possibilia*, este é justamente o domínio excluído pelo sujeito da proposição. Não há, portanto, algo pelo que suponha o termo 'pensável' e que também suponha o termo 'não ser'. Logo o sofisma é falso.

Essa conclusão não prova, contudo, que a premissa em que se baseava a prova da veracidade do sofisma é falsa, i.e., que os termos 'não ser' e 'o que não é ser' são equivalentes, e nem que a proposição "O que não é ser é pensado" é falsa. Buridan argumenta que esses termos, 'não ser' e 'o que não é ser', não são equivalentes, pois no último termo o verbo conjugado no presente 'é' restringe a suposição apenas a coisas presentes, que é em seguida negada pelo sincategorema 'não'. Dessa forma, o termo o 'que não é ser' irá supor por tudo aquilo que não existe atualmente, logo irá supor por coisas passadas, futuras e possíveis. Esse termo é equivalente então a 'o que foi, é, será ou pode ser'. Por isso, a ampliação para coisas passadas, futuras e possíveis realizada pelo termo 'é pensado' é válida na proposição "O que não é ser é pensado". De maneira similar, também é verdadeira a proposição "O que não é será", pois o termo 'será' amplia a suposição para coisas futuras, que também são supostas pelo termo sujeito. Já o termo 'não ser' equivale, na verdade, a 'o que não é, não foi, não será, nem pode ser'. Assim, na proposição "O não ser é pensado", apesar da ampliação realizada pelo predicado 'é pensado', que faz com que a seleção dentre os significados não se dê unicamente entre os presentes, como requer o tempo verbal 'é', mas também para

passados, futuros e possíveis, se torna inócua com a negação acrescida ao termo 'ser', que bloqueia a suposição desse termo para tudo o que ele significa.

Uma ressalva deve ser feita: a ampliação só ocorre em proposições com termos em suposição pessoal comum, pois na suposição pessoal discreta o termo irá sempre supor por um mesmo indivíduo, o que torna impossível a ampliação da suposição para mais de um referente.

Um outro caso em que não ocorre ampliação diz respeito às situações em que a significação e a suposição do termo se equivalem. O termo já supõe, assim, por tudo aquilo que significa, o que impede que a suposição seja ampliada. É o caso de termos em suposição natural.¹³⁰ Em uma proposição com suposição pessoal, como "Todo homem corre", o termo 'homem' supõe por todos os homens que existem no momento presente, restrição determinada pelo tempo conotado pelo verbo 'corre'. Para que essa proposição seja verdadeira, todos os referentes do termo 'homem' existentes no momento da enunciação devem correr, diferentemente de uma proposição como "Um homem corre", que é verdadeira se apenas um dos supósitos do termo 'homem' corre. Se não existe nenhum homem no momento dessa enunciação, a proposição "Todo homem corre" é simplesmente falsa. Buridan denomina esse tipo de proposição *de inesse*, que é uma proposição não modal, i.e., na qual não ocorrem termos como 'necessariamente', 'possível', etc. Para que uma tal proposição seja verdadeira, o sujeito deve existir atualmente com a propriedade atribuída a ele. Já as proposições em suposição natural, como "Todo

¹³⁰ "Naturallis suppositio vocatur secundum quam terminus indifferenter supponit pro omnibus pro quibus potest supponere tam praesentibus quam praeteritis vel futuris.", SS, p.45.

homem é animal”, em que também figura um verbo no tempo presente ‘é’, não possui as mesmas condições de verdade que a proposição acima, pois o termo ‘homem’ supõe naturalmente, i.e., por todos os homens passados, presentes, futuros e possíveis. Nesse caso, essa proposição é verdadeira mesmo se nenhum homem existe atualmente, pois amplia a suposição para tudo aquilo que possa ser supósito do termo ‘homem’. Esse tipo de suposição ocorre principalmente em discursos científicos, e indica que a propriedade pode ser sempre predicada de um sujeito, i.e, ela não é acidental.¹³¹ Daí o motivo de a suposição ser válida para todos os seus supósitos, pois sempre será verdadeiro dizer que um tal predicado inere a um sujeito.

Vemos que, neste ponto, a análise buridaniana difere da teoria que apresentamos nos sofismas anteriores. Na análise de uma proposição como “Todo homem é animal”, a teoria buridaniana não exige uma extensão para além de homens particulares (postulação de um ser habitual para homem), como ocorre em Nicolau da Cornualha, nem uma mudança das condições de verdade (a proposição é verdadeira porque indica a existência de uma relação entre seus termos, e não em virtude daquilo pelo que supõem seus termos), como no sofisma parisiense, mas a suposição também é determinada pela estrutura sincategoremática da proposição, por uma modificação no constrangimento temporal do verbo. Assim, uma proposição como “O homem sempre é animal” não é analisada como “O homem é

¹³¹ “(...) scientiae demonstrativae utuntur huiusmodi suppositione (...) Et hoc declarat exemplo dicens ut “de omni homine animal, quoniam si verum est dicere hominem, verum est dicere animal, et si nunc alterum, et alterum”.”, SS., pp. 46-47.

animal por todo o tempo”, mas como “Em todo tempo presente, passado ou futuro, o homem é, foi ou será animal”.¹³²

Podemos, por fim, resumir nos seguintes preceitos os principais casos em que ocorre ampliação segundo Buridan:¹³³

[i] um termo que ocorre antes de um verbo no tempo passado, numa proposição categórica, é ampliado para supor por coisa passadas, além de coisas presentes;

[ii] um termo que ocorre antes de um verbo no tempo futuro, numa proposição categórica, é ampliado para supor por coisa futuras, além de coisas presentes;

[iii] um termo colocado antes do verbo ‘pode’ ou de um termo que estabelece possibilidade é ampliado para supor por coisas possíveis;

[iv] um termo é ampliado para passados, futuros e possíveis, se ele é tomado junto a um verbo ou termo intencional;

[v] um termo é ampliado para passados, futuros e possíveis, se tomado junto a predicados que provocam ampliação.

Um outro ponto é que apesar de, como vimos, a suposição discreta não admitir ampliação, Buridan afirma ao analisar o sofisma “O Anticristo existe”:

¹³² “Unde videtur quod ista ‘semper homo est animal’ non aequivalet isti ‘omni tempore homo est animal’, sed isti ‘omni tempore praesenti, praeterito vel futuro homo fuit, est vel erit animal.’”, SS., p.46.

¹³³ SPH., p.90.

“mas não há ampliação alguma aqui <na proposição ‘O Anticristo existe’>, pois o sujeito é um termo singular cuja suposição não pode ser ampliada, pois só pode supor por uma única coisa”.¹³⁴

Apesar de Buridan fazer essa afirmação, ele considera que as proposições “O Anticristo existirá” ou o “Anticristo é pensável”¹³⁵ são verdadeiras, pois o verbo ‘existirá’ e a expressão ‘é pensável’, presentes respectivamente na primeira e na segunda proposições, apesar de não ampliarem o número de supósitos da proposição, que é o mesmo, Anticristo, indicam que a situação de avaliação da proposição é outra que o presente: uma situação futura, no primeiro caso, e uma situação possível, no segundo caso.

II.4 - Conclusões parciais:

Dos sofismas apresentados anteriormente, podemos ver que tanto Nicolau da Cornualha, como o autor do sofisma parisiense, recorrem a outros pressupostos que não o arcabouço da suposição para resolver o problema da suposição dos termos que denotam objetos não existentes.

Já na teoria buridaniana, a veracidade de uma proposição em que os termos não supõem por algo existente atualmente no mundo é explicada por meio da suposição. Assim, afirmar que uma proposição que tem como denotação objetos

¹³⁴ “Sed nulla est ibi ampliatio, quia subiectum est terminus singularis cuius suppositio ampliari non potest, cum non possit supponere nisi pro uno solo”, SPH, p.104.

¹³⁵ “(...) ego dico quod Antichristus est intelligibilis. (...) quia hoc praedicatum intelligibilis est nomen potentiae quod supponit per eo quod potest esse, licet non sit, et facit illud subiectum supponere pro eodem quod potest esse, licet non sit”, SPH, p.104.

não existentes no momento da enunciação é verdadeira, não é afirmar que há um tipo especial de existência no mundo que comprove que as coisas são assim como a proposição afirma na teoria buridaniana. Ao contrário, disso, afirmar que uma proposição relativa ao passado é verdadeira quer dizer que em algum momento t' , anterior ao momento t atual, a situação apresentada foi verdadeira, ou se for uma proposição acerca do futuro ou relativa a uma possibilidade, que a proposição será verdadeira ou poderá ser verdadeira se em algum momento t'' , a situação expressa pela proposição se concretizar no mundo, caso contrário, será falsa. O principal papel da ampliação é, portanto, indicar que as condições de verdade da proposição são outras que não a do momento t da enunciação, i.e., a situação de avaliação não é mais a situação do presente.

Portanto, a ampliação exerce papel essencial na teoria semântica buridaniana, pois explica o fato de que afirmamos coisas acerca de coisas que não existem atualmente, e, principalmente, como essas afirmações podem ser verdadeiras, evitando assim a indesejável consequência de sempre se atribuir uma implicação existencial às proposições categóricas afirmativas.

Capítulo III:

Como falar de coisas impossíveis de existir? O caso da 'quimera'

Vimos, no capítulo anterior, que a ampliação torna possível se referir a objetos que não existem no momento da enunciação, mas que ela não incide sobre objetos impossíveis. Mas, de fato, falamos de objetos impossíveis. O problema é então: como podemos e a que nos referimos quando falamos de coisas que não existem? Uma possível resposta seria postular um tipo de existência para esses objetos, como fez Nicolau da Cornualha. Uma outra resposta, que talvez se aproxime mais de nosso pensamento, é simplesmente negar que algo que não existe exista, i.e., recusar um estatuto especial de existência a estes objetos. Mas esta última resposta exige a explicação do que significa falar de objetos impossíveis, i.e, sobre o que falamos quando falamos de quimeras ou unicórnios. Essa explicação é dada por Buridan nos sofismas que tratam do termo 'quimera'.

Buridan considera a quimera não apenas como um objeto que não existe, mas cuja existência é impossível. Contudo, apenas a negação da sua existência não consegue explicar o fato óbvio de que quando falamos de quimeras entendemos algo por esse termo e que, portanto, ele possui um significado. Mas se quimeras não existem, do que falamos quando usamos esse termo?

III.1 - 'Quimera' significa e supõe por uma quimera?

Iremos tratar do problema da significação e da suposição do termo 'quimera' tal como ele aparece no sofisma "Este nome 'quimera' nada significa" ("*Hoc nomen 'chimaera' nihil significant*")¹³⁶ e no sofisma "Uma quimera é uma quimera" ("*Chimaera est chimaera*")¹³⁷. Em um primeiro momento, poderíamos afirmar que o primeiro sofisma é falso, pois entendemos algo pelo termo 'quimera', logo ele significa alguma coisa .

Para resolver estes sofismas, analisaremos os principais argumentos *pro* e *contra* a sua veracidade, apresentando as premissas teóricas em que se baseiam, bem como os impasses que eles colocam à teoria tal como apresentada até o momento, e a solução de Buridan para tais impasses.

Começemos pelo argumento central a favor da veracidade do sofisma "Este nome 'quimera' nada significa":

- [I] 1- Quimera não significa outra coisa além de quimera.
- 2- Uma quimera nada é.
- 3- Logo, 'quimera' nada significa. (por 3 e 4) [sofisma]¹³⁸

Depois deste argumento principal, são apresentados ainda os seguintes argumentos:

¹³⁶ SPH, p.14.

¹³⁷ SPH, p.35.

¹³⁸ "quia non significat aliud quam chimaera (...); sed chimaera nihil est; ergo 'chimaera' nihil significat.", SPH, p.14.

- [I.1] 1- A tese: se B difere de A, segue-se que A e B existem, é verdadeira, segundo Aristóteles. (tese)
 2- Se quimera significa algo diferente de quimera, uma quimera existe. (por 1)
 3- Logo, uma quimera não significa nada diferente de quimera. (por 1 e 2)
 4- Uma quimera nada é.
 5- Logo, uma quimera nada significa. (por 3 e 4) (sofisma)¹³⁹

- [I.2] 1- Se um termo significa algo, então ele supõe por esse algo. (tese)¹⁴⁰
 2- Uma proposição afirmativa é verdadeira se há identidade do sujeito e do predicado nas coisas. (tese)¹⁴¹
 3- A proposição “Uma quimera existe” é falsa. [hipótese]
 4- A proposição “Uma quimera existe” é verdadeira se há identidade do sujeito e do predicado nas coisas. (por 2 e 3)
 5- O termo ‘quimera’ não supõe pelo mesmo que o termo ‘existe’.
 6- Logo não há identidade nas coisas entre o sujeito e o predicado da proposição “Uma quimera existe”. (por 4 e 5).
 7- Logo uma proposição “Uma quimera existe” é falsa. (por 4 e 6)
 8- O que não existe nada é.
 9- O termo ‘quimera’ supõe por nada. (por 5 e 8)
 10- Logo o termo ‘quimera’ nada significa. (por 1 e 9)¹⁴²

O principal ponto explorado nesses argumentos consiste na tese, dada segundo a cadeia de significação, de que um termo significa coisas no mundo – a significação aqui é tomada como uma relação entre nomes e coisas –, e como não há nada no mundo que corresponda ao nome ‘quimera’, este nome nada significa.

¹³⁹ “dato quod significaret aliud a chimaera, adhuc sequeretur quod nihil significaret; quia nihil est aliud a chimaera, cum chimaera nihil sit. Et tamen sequitur si B est aliud ab A quod utrumque est, scilicet B e A, ut patet decimo Metaphysicae. Non enti nihil est idem uel diversum, et hoc concedunt sophistae.”, SPH, p.14.

¹⁴⁰ “si aliquid significaret, tunc pro illo deberet supponere, sicut iste terminus ‘lapis’ supponit pro lapide – quia significant lapidem (...)”, SPH, p.15.

¹⁴¹ “quia idem corresponderet subiecto et praedicato propositionis, et tamen verificatio propositionis affirmativae est ratione idemptitatis praedicati ad subiectum – dico idemptitatis non vocis, sed eius quod a parte rei correspondet.”, SPH, p.14.

¹⁴² “Quod autem non supponant pro aliquo patet: quia si pro aliquo supponeret, ista esset vera ‘chimaera est’, et etiam ista ‘chimaera est aliquid’; et hae non concedetur; ergo nomen ‘chimaera’ nihil significat.”, SPH, p.15.

Já o argumento contra o sofisma irá justamente questionar esta cadeia de significação, mostrando que o termo 'quimera' significa algo:

- [II] 1- Todo nome é um som significativo imposto arbitrariamente para significar algo. (tese)
- 2- 'Quimera' é um nome. (tese)
- 3- Logo 'quimera' significa algo. (por 1 e 2)¹⁴³

Este argumento parte do pressuposto de que 'quimera' é um nome significativo, pois foi imposto para significar. De fato, o argumento é correto, pois 'quimera' não é um termo sem sentido, como 'buba' ou 'blictrix'. Mas ele não explica como este nome pode ser significativo, se aquilo que ele significa não existe.

A solução para tal problema começa a ser esboçada no próximo argumento, que justifica a tese do argumento apresentado acima. Segundo ele, se o nome 'quimera' é significativo e quimeras não existem, devemos rever o que entendemos por 'significar':

- [II.1] 1- Todo nome é um som significativo imposto arbitrariamente para significar algo. (tese)
- 2- Significar é produzir a intelecção de uma coisa. (tese)
- 3- Um nome significa aquilo cuja intelecção produz no nosso intelecto. (por 2)
- 4- 'Algo' e 'coisa' são equivalentes. (tese)
- 5- Logo significar é significar algo. (por 2 e 4)
- 6- 'Quimera' é um nome. (tese)
- 7- Logo o nome 'quimera' significa aquilo cuja intelecção produz no nosso intelecto. (por 3 e 6).
- 8- Logo 'quimera' significa algo. (por 5 e 7) (contra o sofisma)¹⁴⁴

¹⁴³ "Omne nomen est vox significativa ad placitum", SPH, p.15.

¹⁴⁴ "(...) quia significare describitur ut quod est intellectum rei constituere; ideo vox dicitur illud significare cuius intellectum nobis constituit. Ergo si omne significare est intellectum rei constituere, omne significare est rem significare; ergo est aliquid significare, quia 'res' et 'aliquid' convertibiliter se habent.", SPH, p.15.

Segundo este argumento, 'significar' é significar um conceito. Por isso a tese de que todo nome é imposto para significar algo do mundo é revista, recebendo o nível intermediário do conceito:

(1) um nome adquire significado ao ser imposto arbitrariamente para significar um objeto do mundo;

(2) o nome significa primariamente o conceito, formado naturalmente quando o homem percebe o objeto do mundo (teoria da imposição);

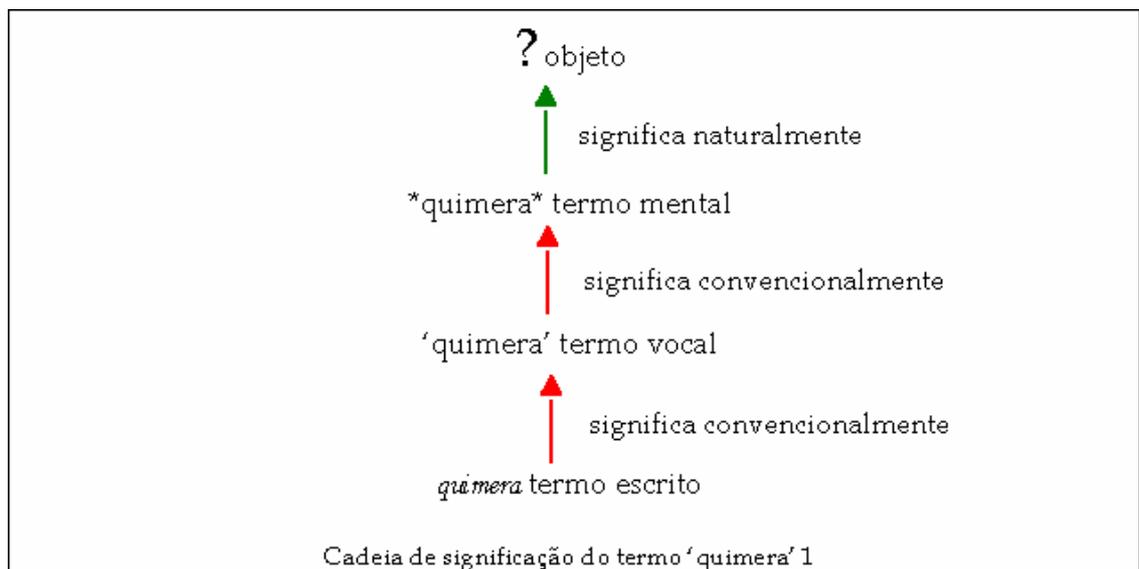
(3) o nome só significa o objeto do mundo pela mediação do conceito.

O nome não é, então, imposto para significar diretamente o objeto do mundo, mas significa primeiramente o conceito desse objeto formado pela mente e, pela mediação do conceito, significa o objeto do mundo. Encontramos novamente o caráter ambíguo da relação de significação: a significação entre termos escritos e falados e coisas mundanas, num primeiro momento explicada de forma convencional com a idéia da imposição do nome, revela-se fundada na relação de significação primitiva entre conceito e coisas do mundo.

Essa revisão da cadeia significativa nos dá uma primeira resposta para a questão do que é significado pelo termo 'quimera': 'quimera' significa um conceito. Mas se a relação imediata de significação entre palavra e conceito não é autônoma, pois depende de haver uma relação imediata entre conceito e coisa, somos levados a aceitar a seguinte tese:

“Por todo conceito algo é concebido, ou talvez não apenas uma única coisa, mas muitas simultaneamente”.¹⁴⁵

Assim, segundo a cadeia de significação, para toda expressão vocal significativa, há uma coisa significada pelo conceito que lhe é associado. Contudo, no caso de ‘quimera’ o último *relatum* desta cadeia não existe. Temos, assim, uma falha na cadeia de significação do termo ‘quimera’:



Mas tampouco estamos dispostos a abrir mão do caráter significativo do termo 'quimera'. Logo, devemos buscar uma explicação para a significação do conceito '*quimera*', como coloca Buridan:

“Resta então a dúvida sobre o que significa o nome 'quimera', pelo fato de significar algo, como foi dito e, no entanto, não significar uma quimera.

A isto posso responder inicialmente por uma escapatória, dizendo que significa algum conceito segundo o qual o nome 'quimera' foi

¹⁴⁵ “Quod omni conceptu aliquid concipitur vel forte non unum solum, sed multa simul”, SPH, p.20.

imposto para significar. Mas deve-se saber que esta resposta não é suficiente, pois não pergunto mais sobre o nome vocal 'quimera', mas sobre o nome mental, a saber, sobre o conceito segundo o qual este som 'quimera' foi imposto para significar.

Pergunto assim o que é concebido por este conceito, pois foi dito que algo é concebido e, no entanto, não é uma quimera (...)

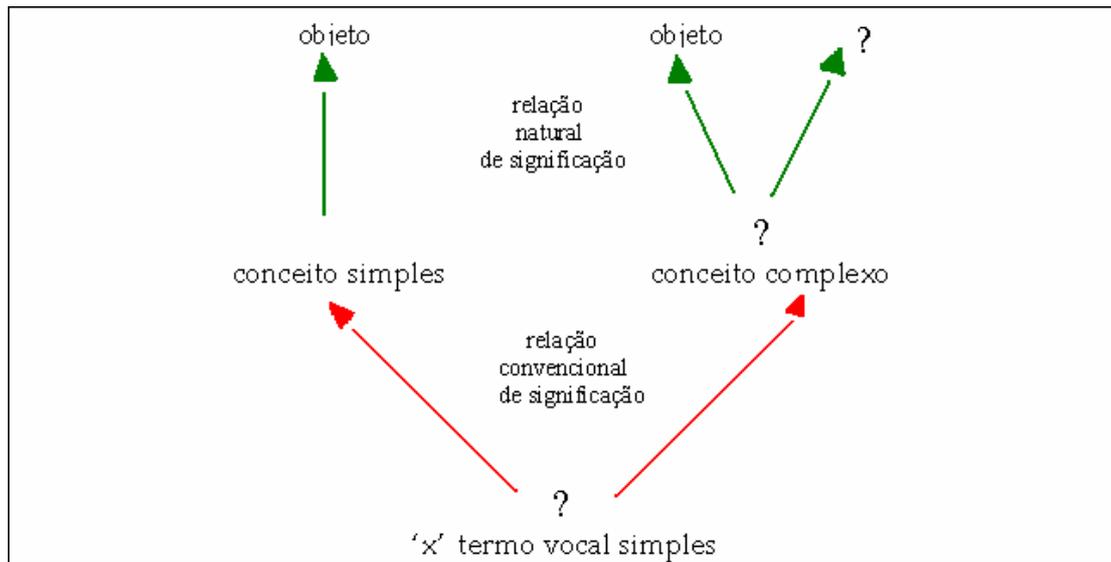
O que então é concebido por este conceito?"¹⁴⁶

A solução consiste em recusar a tese pressuposta neste raciocínio: a toda expressão vocal simples corresponde um conceito simples. O primeiro passo para a revisão desta tese consiste em chamar a atenção para a existência de conceitos complexos e, principalmente, para a idéia de que a todo termo simples corresponda um conceito simples. Os conceitos simples são aqueles que surgem naturalmente quando o homem percebe um objeto do mundo. Logo, na base causal da formação desse conceito deve necessariamente haver um objeto efetivo causando a formação deste conceito. Mas os conceitos complexos são formados pela união no intelecto de conceitos simples e nem sempre existe um objeto no mundo a que corresponda essa união. A tese exposta acima, i.e., que por todo conceito algo é concebido, é sempre válida para os conceitos simples, mas não para todos os conceitos complexos.

É possível, contudo, ocorrer uma ilusão da significação, ao se pensar que a todo termo simples corresponde um conceito simples. Esta ilusão transfere-se

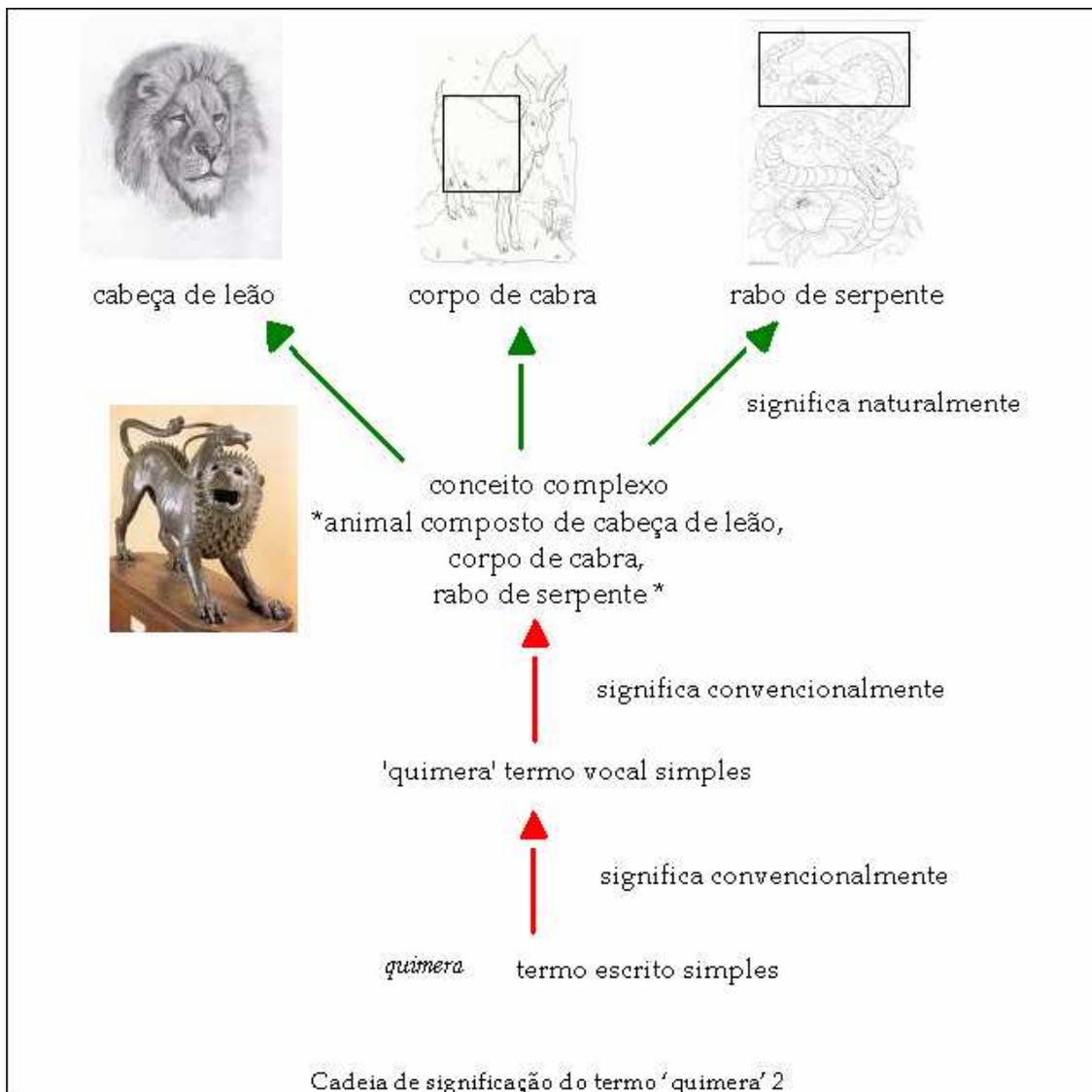
¹⁴⁶ "Tunc igitur est dubitatio quid hoc nomen 'chimaera' significat ex quo significat aliquid, ut dictum est, et tamen non significat chimaeram. Ad quod potest dici primo evadendo quod significat quemdam conceptum secundum quem hoc nomen 'chimaera' fuit impositum ad significandum. Sed sciendum est quod haec responsio non sufficit, quia iam ego non quaeram amplius de isto nomine vocali 'chimaera', sed de nomine mentali, scilicet de conceptu secundum quem illa vox 'chimaera' imponitur ad significandum. Quaeram ergo quid illo conceptu concipitur, quia dictum est quod aliquid concipitur, et tamen non chimaera (...) Quid ergo concipitur illo conceptu?", SPH, pp.21-22.

ainda para a concepção, talvez de maneira menos imediata (pensar que pelo nome 'quimera' significamos quimeras). O segundo passo consiste então em mostrar que como a significação do nome é convencional, nem todo termo simples corresponde a um conceito simples. Sabemos que o nome é imposto de acordo com a vontade do impositor (*ad placitum*) para significar o objeto do mundo através do conceito. Mas os nomes podem ser impostos para significar tanto conceitos simples como conceitos complexos. Podemos impor termos simples para significar conceitos simples, como impomos 'rosa' para significar aquilo que é concebido pelo conceito *rosa*, i.e., a própria rosa existente no mundo. Mas também podemos formar conceitos complexos, unindo dois conceitos simples, como *flor* e *vermelha*, e nos referir a este conceito usando o termo composto 'flor vermelha'. Mas como a linguagem é convencional, nada impede de impormos um termo simples para significar um conceito complexo, como 'rosa'. Assim, olhar apenas a sintaxe do termo simples não é suficiente para saber se ele significa um conceito simples ou complexo.



Buridan aponta aqui que a linguagem convencional corresponde apenas ao nível superficial de significação. Para sabermos o que realmente um termo significa, devemos saber a que o nome corresponde em nível mais profundo, i.e., na linguagem mental.

A análise profunda do termo 'quimera' nos mostra que, apesar deste termo ser simples, ele não corresponde a um conceito simples. O termo 'quimera', corresponde a um conceito complexo, no qual unimos os conceitos simples *animal*, *cabeça de leão*, *corpo de cabra* e *cauda de serpente*, formando o complexo conceitual *animal com cabeça de leão, corpo de bode e cauda de serpente*, e ao qual impomos um termo simples 'quimera' para significá-lo. Assim, podemos resumir da seguinte maneira a revisão na cadeia de significação do termo 'quimera':



Esta cadeia nos mostra que o termo 'quimera' tem um significado imediato, i.e., um conceito complexo. Mas este termo não pode ter uma significação mediata, i.e., não pode significar nada no mundo, já que nada no mundo corresponde a uma quimera. Mas segundo Buridan, por meio do conceito complexo *quimera*, o

termo 'quimera' significa no mundo exatamente aquilo que é significado pelos conceitos simples que lhe são correspondentes, i.e., ele significa tudo aquilo que é significado por cada um dos conceitos simples que o compõem. Como por todo conceito simples significamos algo, o conceito complexo também irá significar algo. Assim, o termo simples 'quimera', pela mediação do conceito complexo *quimera* significa algo no mundo, i.e., tudo aquilo que é significado por cada um dos conceitos simples *animal*, *cabeça de leão*, *corpo de cabra* e *cauda de serpente*, a saber, significa animal, cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de serpente, mas não uma quimera.

Se 'quimera' significa tudo aquilo que é significado pelos conceitos simples, não podemos dizer, da mesma forma, que por 'quimera' também concebemos as coisas concebidas pelos conceitos simples? Buridan de fato aceita tal consideração, i.e., pelo termo 'quimera' concebemos tudo que é concebido pelos conceitos simples *animal*, *cabeça de leão*, *corpo de cabra* e *cauda de serpente*, ou seja, concebemos animal, cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de serpente. Mas o termo 'quimera' não significa uma quimera e nem por ele concebemos uma quimera, pois nada no mundo corresponde a uma quimera.

Até aqui concluímos que o termo 'quimera' tem um significado, a saber, um conceito complexo. Resta, contudo, saber pelo que esse termo supõe. No argumento [I.2], tínhamos a seguinte tese: "Se um termo significa algo, então ele supõe por esse algo." De acordo com ela, somos levados à conclusão de que o termo 'quimera' supõe por algo, já que esse termo tem um significado. Mas vimos

que a significação pode ser considerada em dois níveis: a significação na mente e a significação nas coisas. Devemos então saber a quais desses níveis de significação se refere a tese de que ‘se um termo significa algo, então ele supõe por esse algo’. Se ela se refere à significação nas coisas, então o termo ‘quimera’ nunca irá supor por nada, pois quimeras não existem. Se ela se refere à significação na mente, ‘quimera’ terá suposição, a saber, o conceito de *quimera*.

Para resolver esse ponto devemos esclarecer o que significa ‘supor’. Vimos que a suposição é a propriedade que determina a quais objetos um termo se refere em um contexto. Mas apenas alguns termos podem supor, como expõe Buridan no

Tratado da Suposição:

“Nem todo nome tem suposição, pois somente pode supor aquele termo do qual, quando demonstramos alguma coisa pelo pronome ‘este’ ou demonstramos algumas coisas pelo pronome ‘estes’, <esta ou estas coisas> podem ser verdadeiramente afirmadas deste pronome. Portanto, o termo ‘quimera’ não pode supor, pois o que quer que seja demonstrado, é falso dizer “Isto é uma quimera”, e sempre que coisas são apontadas é falso dizer “Estas são quimeras”.”¹⁴⁷

Como o papel de conceber um objeto é desempenhado pelo conceito, e apenas alguns conceitos supõem, para determinar se um termo pode ou não supor devemos saber qual é o conceito a ele correspondente, já que a distinção entre os

¹⁴⁷ “Et non omnis talis dictionis est supponere, quia solus talis terminus est innatus supponere et omnis tali qui, aliquo demonstrato per hoc pronomen ‘hoc’ vel aliquibus demonstratis per illud pronomen ‘haec’, potest vere affirmari de illo pronomine. Ideo iste terminus ‘chimaera’ non potest supponere, quia quocumque demonstrato falsum est dicere ‘hoc est chimaera’, et quibuscumque demonstratis ‘haec sunt chimaera’.”, SS, pp.8-9.

dois tipos de conceito nos mostrou que sempre os termos simples podem supor, pois como por eles um objeto sempre é concebido, eles sempre podem se referir a algo existente no mundo, enquanto os conceitos complexos podem ser tais que, por sua natureza mesmo, não há nada no mundo por que possam supor. Logo, essa distinção entre os conceitos deve ser também transposta à suposição. Temos então a seguinte regra para a suposição dos conceitos simples:

“(...) um conceito simples, se for o sujeito ou o predicado numa proposição mental, supõe pela coisa mesma que é concebida por ele mesmo.”¹⁴⁸

Buridan expõe em seguida algumas exceções a essa regra:

“O primeiro é que uma coisa seja concebida de modo adjacente a outra, como seria o conceito a partir do qual é tomado o nome ‘branco’, pois pode-se dizer que por ele é concebida a brancura, e no entanto não supõe pela brancura, mas pelo sujeito ao qual é adjacente a brancura – pois é inteligido pelo modo da adjacência. Mas o conceito correspondente ao nome ‘brancura’ supõe pela brancura, pois por este conceito é concebida a brancura, e não pelo modo da adjacência a alguma coisa. Um outro caso em razão do qual um conceito simples não suporia pela coisa mesma concebida é que esta coisa tivesse existido e tenha sido destruída, ou que ainda não exista, mas existirá, ou ainda que pode existir. Então, se a cópula da proposição não estiver em concordância com isto, mas levar a um outro tempo, então este conceito não supõe por esta coisa, nem por outra. Por exemplo: na proposição mental correspondente à oração ‘o Anticristo existe’, embora o conceito que é o sujeito seja o conceito ‘Anticristo’, ele não supõe no entanto pelo Anticristo, pois em razão da cópula no tempo presente, a suposição por não presentes é bloqueada, logo este conceito por nada supõe.”¹⁴⁹

¹⁴⁸ “(...) quod conceptus simplex, si fiat subiectum vel praedicatum in propositione mentali, supponit pro ipsa re quae ipso concipitur.”, SPH, p. 22.

¹⁴⁹ “Nihil enim est quod hoc prohibeat, nisi forte secundum duplicem casum. Quorum primus est quod illa res concipiatur per modum adjacentis alteri, sicut esset de conceptu a quo sumitur hoc nonem ‘album’, quia posset dici quod eo concipitur albedo, et tamen non supponit pro albedine,

Já com relação à suposição dos conceitos complexos, temos a seguinte regra:

“(...) nem todo conceito complexo que é o sujeito ou o predicado numa proposição mental supõe por tudo o que é por ele significado (...)”.¹⁵⁰

Buridan também expõe algumas exceções a essa regra:

“De fato, se existir um conceito complexo pelo modo da determinação e do determinável, como por exemplo o conceito correspondente à oração ‘homem branco’, se se fizer a proposição mental que um homem branco corre, então, embora pelo conceito de homem sejam concebidos indiferentemente todos os homens, este conceito não suporia no entanto por todos os homens, mas apenas pelos homens brancos, pois é restringido pelo conceito de branco que lhe é anexado. O conceito de branco não supõe tampouco por todos os brancos, mas é restringido pelo conceito de homem para supor apenas por aqueles brancos que são homens. Logo eu concludo que embora todo conceito simples suponha por tudo aquilo que por ele é concebido (feita a exceção dos dois casos expostos acima), não ocorre isto com um conceito complexo, pois o conceito complexo correspondente à oração ‘homem branco’ não supõe por todo homem, nem por todo branco, embora todo homem seja concebido em razão do conceito de homem, e todo branco em razão do conceito de branco”.¹⁵¹

sed pro subiecto cui adiacet – quia intelligitur per modum adiacentis. Sed conceptus concipitur albedo et non per modum adiacentis alicui. Alius casus propter quem conceptus simplex non supponeret pro re ipsa concepta, esset quia illa res fuit et corrupta est, vel nondum est sed erit vel potest esse. Et tunc, si copula propositionis non sit consonans, sed trahens ad aliud tempus, tunc ille conceptus non supponit pro illa re nec pro aliquo. Verbi gratia, in propositione mentali correspondente huic orationi ‘Antichristus est’, licet conceptus qui est subiectum sit conceptus Antichristi, tamen non supponit pro Antichristo, quia propter copulam de praesenti impeditur supposition pro non praesentibus; ideo ille conceptus pro nullo supponit.”, SPH, p. 22.

¹⁵⁰ “(...) quod non omnis conceptus complexus qui est subiectum vel praedicatum in propositione mentali supponit pro omni eo quod ipso significatur (...), SPH, p. 23.

¹⁵¹ “Nam si sit complexus per modum determinationis et determinabilis, ut conceptus correspondens huic orationi ‘homo albus’, si fieret propositio mentalis quod homo albus currit, tunc, licet conceptu hominis concipiatur indifferenter omnis homo, tamen ille conceptus non supponeret pro omnibus hominibus, sed solum pro hominibus albis: quia per conceptum albi sibi conjunctum restringitur. Nec conceptus albi supponit pro omnibus albis, sed restringitur per conceptum hominis ad supponendum solum pro illis albis qui sunt homines. Et ideo ego concludo quod, licet omnis conceptus simplex supponat pro omni eo quod ipso concipitur (exceptis duobus

Assim, a razão de alguns conceitos simples não suporem não é intrínseca a eles, pois é de sua natureza conceber um objeto, que existe ou pode existir, mas decorre da presença de outros termos da proposição que impedem a sua suposição. Já o motivo de alguns conceitos complexos não suporem por tudo que é concebido pelos seus conceitos simples encontra-se na restrição que esses conceitos impõem uns aos outros quando unidos. Mas a suposição do conceito complexo pode ser ainda impedida em razão do conceito complexo unir conceitos simples incompatíveis entre si, e que não podem, portanto, corresponder a um objeto efetivo do mundo. Isso acontece com o conceito complexo *quimera*:

“(…) ao termo ‘quimera’ corresponde um conceito complexo pelo qual muitas coisas são concebidas, e que, no entanto, por nada supõe, pois a determinação é incompatível com o determinável, como é claro pela descrição estabelecendo sua definição nominal, que é dita ser a seguinte: ‘uma quimera é um animal composto de membros com os quais nada pode ser composto’, de tal modo que o mesmo conceito complexo na mente corresponde a esta oração vocal e ao termo ‘quimera’. E assim o termo ‘quimera’ significa todas as coisas que significam os termos ‘animal’, ‘membro’ e ‘composto’, <e> no entanto por nada supõe, assim como o conceito complexo que lhe é correspondente, porque a determinação ou a adição ‘membros com os quais nada pode ser composto’ tira a suposição da outra parte, a saber, da oração ‘animal composto de membros’, pois ambas são incompatíveis.”¹⁵²

casibus prius dictis), tamen non est ita de conceptu complexo: quia conceptus correspondens huic orationi "homo albus" nec pro omni homine supponit nec pro omni albo, licet eo omnis homo concipiatur ratione conceptus hominis, et omne album ratione conceptus albi.”, SPH, p.22-23.

¹⁵² “Ita ergo huic termino ‘chimaera’ correspondet conceptus complexus quo multa concipiuntur, qui tamen pro nullo supponit, quia determinatio est impossibilis determinabili, ut patet per descriptionem dicentem quid nominis, quae ponitur esse talis ‘chimaera est animal compositum ex membris ex quibus nihil potest esse compositum’, ita quod idem conceptus complexus in mente correspondet huic orationi vocali et huic termino ‘chimaera’. Et sic iste terminus ‘chimaera’ significat omnia quae significant isti termini ‘animal’, ‘membrum’ et ‘compositum’, <et> tamen pro nullo supponit, sicut nec conceptus complexus sibi correspondens, propter hoc quod ista determinatio vel additio ‘es quibus nihil potest esse compositum’ aufert suppositionem alterius

Assim, apesar do termo 'quimera' ter um significado e por ele serem concebidas muitas coisas, ele não supõe por nada. Logo a proposição do sofisma "Este nome 'quimera' nada significa" é falsa, pois 'quimera' significa o conceito complexo "animal composto por cabeça de leão, corpo de cabra e rabo de serpente".

III.2- A proposição "Uma quimera é uma quimera" é verdadeira?

Resolvemos assim a questão da significação e da suposição desse termo. Resta, contudo, uma outra questão. Vimos que as condições de verdade de uma proposição são dadas pela coincidência ou não da suposição. Logo, para asserir sobre a verdade ou falsidade de uma frase, devemos olhar se os supósitos dos termos da proposição podem ser verdadeiramente predicados dos termos sujeito e predicado. Mas como não há nada no mundo que seja uma quimera, todas as proposições em que esse termo figure são falsas?

Para responder a essa pergunta faremos a análise do sofisma: "Uma quimera é uma quimera" ("*Chimaera est chimaera*").¹⁵³ Temos o seguinte argumento para a verdade do sofisma:

partis, scilicet huius orationis 'animal compositum ex membris', quia este i impossibilis.", SPH, p.27.

¹⁵³ SPH, p.35.

- [V.1] 1- Nenhuma proposição é mais verdadeira do que aquela na qual algo é predicado de si mesmo. (tese)
2- Na proposição “Uma quimera é uma quimera” o termo ‘quimera’ é predicado de si mesmo.
3- Logo a proposição “Uma quimera é uma quimera” é verdadeira.

Este primeiro argumento recorre a uma tese boeciana do princípio lógico da identidade. Já no segundo argumento a favor do sofisma, que explora a teoria da suposição, temos:

- [V.2] 1- Uma proposição é falsa se o seu termo sujeito ou predicado por nada supõe. (tese)
2- Na proposição “Uma quimera é uma quimera” o termo ‘quimera’ por nada supõe.
3- Logo a proposição “Uma quimera é uma quimera” é falsa. (por 1 e 2)
4- A proposição “O cavalo de Aristóteles andou” é verdadeira.
5- Na proposição “O cavalo de Aristóteles andou”, o termo ‘o cavalo de Aristóteles’ supõe por nada.
6- Logo é falso que uma proposição é falsa se o seu termo sujeito ou predicado por nada supõe. (contra 1)
7- Logo é falso que a proposição “Uma quimera é uma quimera” é falsa. (por 2 e 6)

O argumento contra o sofisma também se baseia na teoria da suposição e propõe:

- VI) 1- Se uma proposição é afirmativa e os termos por nada supõem, então ela é falsa.
2- Na proposição “Uma quimera é uma quimera”, o termo ‘quimera’ por nada supõe.
3- A proposição “Uma quimera é uma quimera” é falsa. (por 1 e 2)

Vemos que tanto os argumentos a favor como os argumentos contra

baseiam-se em regras para a determinação do valor de verdade da proposição dados por meio da suposição. Devemos então analisar se essas regras são válidas. Quando tratamos da suposição no primeiro capítulo, vimos que o ponto de partida da determinação dos referentes do termo é a significação. Assim, primeiro determinamos o conjunto de coisas significadas pelo termo. O primeiro passo é então saber o que um termo significa.

A seção anterior mostrou que a significação pode ser considerada em dois níveis: a significação na mente e a significação nas coisas. Então devemos saber se também podemos falar de suposição nesses dois níveis. Esse é um ponto essencial, pois, no caso da suposição do termo 'quimera', ela terá como consequência duas posições diferentes: se a suposição se referir à significação nas coisas, então o termo 'quimera' nunca irá supor por nada, pois quimeras não existem, conclusão a que chegamos na seção anterior. Mas se ela se refere à significação na mente, 'quimera' terá suposição, a saber, o conceito de 'quimera', e a conclusão acima deverá ser revista. Buridan parece aceitar esta possibilidade ao fazer a seguinte consideração:

“(...) não é necessário, para a verdade de uma proposição vocal que, como quer que signifique nas coisas fora da alma, seja assim nas coisas significadas fora da alma. A conclusão pode ser posta da seguinte forma : existe uma proposição verdadeira para a qual não é nas coisas significadas fora da alma, como quer que ela signifique fora da alma .”¹⁵⁴

¹⁵⁴ “(...) non requiritur ad veritatem propositionis vocalis quod qualitercumque significat ad extra, ita sit quantum ad res significatas ad extra. Vel ponatur conclusio sub hac forma: aliqua propositio est vera, tamen non qualitercumque significat ad extra, ita est in rebus quae significantur ad extra.”, SPH, p.38.

Este ponto já foi demonstrado no capítulo anterior, em que vimos como proposições acerca de coisas que não existem podem ser verdadeiras. Mas se esta possibilidade é verdadeira, então as regras para a determinação da verdade que são premissas dos argumentos, a saber, que uma proposição é verdadeira se os seus termos supõem, também devem ser revistas, pois termos que correspondem a conceitos complexos não supõem, mas têm um significado na alma.

Buridan também parece aceitar tal consideração, ao dizer o que determina a suposição:

“se os termos de uma proposição afirmativa supõem pelo mesmo, não se segue que ela é verdadeira. De fato, inicialmente, há um contra-exemplo nas proposições universais, pois se apenas um homem estiver correndo, o sujeito e o predicado da proposição « todo homem está correndo » supõem pelo mesmo, e no entanto a proposição é falsa. E ainda que o predicado suponha por tudo pelo que supõe o sujeito, ainda assim há contra-exemplos nas proposições ditas insolúveis, como se Sócrates disser a proposição “Sócrates diz algo falso”. Esta proposição é falsa (...) e no entanto o sujeito e predicado, a saber “Sócrates” e “que diz algo falso”, suporiam pelo mesmo, a saber por Sócrates.”¹⁵⁵

Assim, mais do que a correspondência entre os termos e aquilo que é significado no mundo, o que determina se uma proposição é verdadeira ou não parece ser a identidade da suposição entre o termo sujeito e predicado. Logo, as

¹⁵⁵ “(...) quod non sequitur, si termini propositionis affirmativae supponunt pro eodem, quod propositio sit vera. Primo enim hoc habet instantiam in propositionibus universalibus, quia si solus homo sit currens, tunc subiectum et praedicatum huius propositionis ‘omnis homo est currens’ supponunt pro eodem, et tamen propositio est falsa. Sed etiam, lice praedicatum supponat pro omni illo pro quo supponit subiectum, adhuc instantia est in vocatis insolubilibus, ut si Socrates solum dicat istam propositionem ‘Socrates dicit falsum’, illa propositio est falsa (...) et tamen subiectum et praedicatum, scilicet ‘Socrates’ et ‘dicens falsum’, supponant pro eodem, scilicet pro Socrate.”, SPH, p.42.

condições de verdade de uma proposição devem ser apresentadas de maneira mais precisa.

Nos sofismas analisados no primeiro capítulo, vimos que a primeira condição para que o termo possa supor é que ele seja significativo.¹⁵⁶ Logo, a primeira condição para a identidade da suposição deve ser também que os termos sujeito e predicado possam significar as mesmas coisas. A determinação dos referentes entre o conjunto de tudo aquilo que é significado pelo termo é dada pela estrutura sincategoremática. Mas temos aqui um problema: se a estrutura sincategoremática parte de um determinado conjunto de significados para determinar o conjunto de supósitos em um dado contexto, como ela poderá determinar se o termo deve ser tomado de acordo com a sua significação nas coisas ou na mente?

Essa pergunta exige duas respostas. A primeira é que essa distinção no que é significado pelos termos determina justamente a divisão entre dois tipos principais de suposição: a suposição pessoal e material. A principal característica da suposição pessoal é que nela o termo supõe pelos seus significados últimos, e isso só pode ocorrer quando um objeto efetivo pode ser verdadeiramente predicado do sujeito. Termos associados a conceitos simples podem supor pessoalmente por aquilo que é significado pelo conceito a que estão associados. No caso de termos associados a conceitos complexos, a situação é diferente. Nem todo conceito complexo pode supor pessoalmente, mas apenas aqueles pelos quais os

¹⁵⁶ Esta tese deverá ser corrigida adiante, ao se considerar casos de suposição material.

conceitos simples unidos na mente podem ser de fato unidos no mundo. Mas há casos em que os termos supõem pelos conceitos ou ainda por outros termos que significam, como em “Homem é uma espécie” ou “Juba rima com buba”. Esta é a principal característica da suposição material, i.e., nela o termo não supõe pelos seus significados últimos, mas pelo seu conceito, ou por sua própria ocorrência, seja escrita, falada ou mental.¹⁵⁷ Nesse caso, até mesmo os termos correspondentes a conceitos complexos como ‘quimera’ podem supor.

Assim, a regra: “uma proposição afirmativa é verdadeira se o sujeito e o predicado supõem pela mesma coisa”, ‘supor pela mesma coisa’ não deve ser entendido apenas como ‘supor por coisas que existem, existiram ou existirão no mundo’, mas também ‘supor por conceitos’ ou ‘supor pela ocorrência’.

Analisemos então o argumento para a verdade do nosso sofisma, tomando o termo ‘quimera’ em “Uma quimera é uma quimera” em suposição pessoal. De acordo com o primeiro argumento “nenhuma proposição é mais verdadeira do que aquela na qual algo é predicado de si mesmo”. Mas se o termo ‘quimera’ não supõe por nada, então nada é predicado desse termo. Logo, tal argumento não prova a veracidade do sofisma. Já o segundo argumento concluiu que a proposição “uma proposição é falsa se o seu termo sujeito ou predicado por nada supõe”, pois, diz o argumento, a proposição “O cavalo de Aristóteles andou” é verdadeira e o termo ‘o cavalo de Aristóteles’ por nada supõe. Analisando, contudo, essa

¹⁵⁷ Em suposição material, mesmo termos não-significativos podem supor, como “‘Buba’ tem quatro letras”.

proposição de acordo com a suposição pessoal e com o que apresentamos no capítulo anterior, vemos que em tal proposição o termo ‘o cavalo de Aristóteles’ supõe por alguma coisa, a saber, o cavalo de Aristóteles, já que o verbo ‘andou’ amplia a suposição desse termo para o tempo passado. Logo, isso mostra que a regra de verdade “uma proposição é falsa se o seu termo sujeito ou predicado por nada supõe” é verdadeira. E se aplicarmos tal regra à proposição “Uma quimera é uma quimera” concluímos que esta é falsa, pois o termo ‘quimera’ não supõe por nada. Tal argumento prova a falsidade do sofisma. O argumento contra também parte da pressuposição de que “se uma proposição é afirmativa e os termos por nada supõem, então ela é falsa”, o que é verdade, pelos mesmos motivos expostos no argumento acima. Logo, tal argumento também prova que o sofisma é falso.

Tais argumentos não contemplam, contudo a possibilidade do termo ‘quimera’ ser tomado em suposição material ou poder ser ampliado. No primeiro capítulo, vimos que termos que significam conceitos ou termos escritos e falados, i.e., termos metalingüísticos, incluindo aqueles que tratam da linguagem mental, fazem com que o outro extremo seja tomado em suposição material. Nesse caso, se na proposição “Uma quimera é uma quimera”, considerarmos que o termo ‘quimera’ supõe por sua ocorrência ou pelo seu conceito, teremos uma proposição verdadeira, pois o sujeito e o predicado desta proposição irão supor materialmente pelo mesmo.

Vimos também que os termos intencionais estendem a suposição pessoal, como no caso de “Um asno é inteligido”. Assim, mesmo na situação em que nenhum asno existe, essa proposição é considerada verdadeira, pois o termo intencional ‘inteligido’ faz com que o termo ‘asno’ suponha por tudo aquilo por ele significado, ampliando assim sua suposição para todos os asnos presentes, passados, futuros ou possíveis, que são significados através desse conceito.

Mas se isso é assim, poderíamos pensar que também numa proposição como “Uma quimera é inteligida”, o termo ‘inteligida’ amplia a suposição de ‘quimera’ para tudo aquilo significado por este termo. Contudo, isto não funciona para o termo ‘quimera’, pois, segundo Buridan, um termo que não supõe por nada não pode ter sua suposição ampliada. A ampliação da suposição dos termos intencionais é portanto bloqueada para termos que não podem supor. Logo, como o termo ‘quimera’ não supõe por nada, sua suposição não pode ser ampliada, pois não existe, existiu, existirá ou pode existir uma quimera.

Por esses motivos, Buridan considera que proposições em que temos o termo ‘quimera’ e um termo intencional, como “Uma quimera é inteligida”, “Uma quimera é opinável”, “Uma quimera é significada”, são falsas.¹⁵⁸ Entretanto, se considerarmos que nessas proposições o termo ‘quimera’ supõe materialmente, i.e.,

¹⁵⁸ “(...)debemus concludere quod istae sunt falsae ‘chimaera est intelligibilis’, ‘chimaera est opinabilis’”, SPH, p.21.

pelo seu conceito ou pela sua ocorrência, consideramos tais proposições como verdadeiras, já que nesse caso o termo sujeito supõe pelo conceito.¹⁵⁹

III.3- Uma solução *ad hoc*?

A solução de Buridan para a significação do termo 'quimera' consiste em dizer que esse termo corresponde a um conceito complexo. O que se exprime por esse conceito complexo é o que Buridan denomina definição nominal: "uma quimera é um animal composto de membros com os quais nada pode ser composto". A definição nominal corresponderia então à oração vocal na qual temos a descrição deste termo, e a qual correspondem esta oração e o conceito mental.

Contra esta solução, pode-se apresentar o seguinte argumento: o termo 'homem' também tem uma definição complexa, significando na mente um conceito complexo, em que conceitos simples são unidos, possuindo assim uma definição nominal como 'animal composto de duas pernas, dois braços, cabeça, racional, etc'. A única diferença com o termo 'quimera' seria que esse termo pode supor por algo no mundo. E assim como o termo 'quimera' significa tudo aquilo que é significado pelos conceitos simples que constituem o conceito complexo, da mesma forma 'homem' irá significar tudo aquilo significado pelos conceitos simples que

¹⁵⁹ Buridan expõe sobre um termo 'vazio', que também não pode supor pessoalmente, assim como o termo 'quimera': "Por isto também não é verdadeira "vazio é um lugar não preenchido por um corpo" a não ser segundo a suposição material" ("Propter quod etiam nec ista est vera 'vacuum est locus non repletus corpore' nisi ad istum sensum, secundum suppositionem materialem"), SPH, p. 26.

constituem seu conceito complexo. 'Homem' significaria assim tudo que é significado por 'animal' 'composto', 'racional', etc. Mas tal analogia é verdadeira?

Buridan parece não aceitar tal tese:

“Responde-se que esta não é a definição nominal de ‘homem’, a saber, que coisa ou que coisas, e de que modo, o nome ‘homem’ significa, mas é uma definição real, exprimindo o que é a coisa pela qual supõe o termo ‘homem’, pois por esta mesma coisa supõe a oração ‘animal racional mortal’. Mas não é necessário que estes termos suponham exata e adequadamente pelas coisas que significa, pois apenas o termo vocal ao qual não corresponde um conceito simples, mas um conceito complexo, tem propriamente definição nominal, a saber, que significa exatamente o que este termo significa e de que modo. De fato, a significação de um tal termo vocal é explicada pelos termos vocais correspondentes aos conceitos simples a partir dos quais é composto o conceito complexo correspondente a este termo. Mas quando a um termo vocal corresponder um conceito simples, como a este som vocal ‘asno’ [corresponde] o conceito específico de asno, posto que seja simples, não é possível que algum outro termo vocal signifique exata e adequadamente aquilo ou as coisas que este termo significa, a não ser que seja simplesmente um sinônimo. Não é tampouco possível propor uma oração vocal composta de termos tendo diferentes significações que não corresponda a um outro conceito, não correspondente a este termo. De um tal termo simples, correspondente a um conceito simples, pode-se propor uma definição causal ou uma descrição exprimindo quais são as causas ou as propriedades da coisa pela qual, ou das coisas pelas quais este termo supõe, ou ainda uma definição essencial <composta> do gênero e da diferença, à qual corresponde um conceito complexo supondo também adequadamente pelas mesmas coisas pelas quais supõe o conceito incompleto correspondendo a este termo vocal.”¹⁶⁰

¹⁶⁰ “Respondetur quod illa non est deffinitio ‘hominis’ exprimens quid nominis, scilicet quid vel quas re set quomodo hoc nomen ‘homo’ significat, sed est deffinitio exprimens quae res est pro quas supponit iste terminus ‘homo’, quia ipsa est eadem pro qua supponit ista oratio ‘animal rationale mortale’. Sed non oportet quod illi termini praecise et adaequate supponant pro rebus quas significant. Unde solus terminus vocalis cui non correspondet conceptus simplex sed complexus habet proprie diffinitionem dicentem quid nominis, scilicet praecisae significantem quid et quomodo ille terminus significant. Talis enim termini vocalis signification explicatur per terminus vocalis correspondents conceptibus simplicibus ex quibus componitur conceptus

Assim, só temos uma definição nominal de um termo quando não temos acesso ao objeto efetivo ou quando este não pode existir, como no caso de 'quimera', e, por isso, sua significação é dada por uma descrição. A definição nominal diferencia-se, assim, de uma descrição real ou essencial, que é aquela que indica a essência de algo, e por isso só pode ser dada de seres que efetivamente existem ou existiram. Como bem coloca Scott,¹⁶¹ tal teoria implica que só adquirimos uma definição real de um objeto ao entrar em contato com o mesmo. Assim, se nunca vimos um elefante, não teremos dele uma definição real, mas apenas uma definição nominal, em que temos sua descrição nominal.

Mas alguns questionamentos podem então ser feitos: se 'animal racional mortal' é a definição essencial de homem, tomando-se o caso em que nenhum homem existe, então só poderíamos ter a definição nominal de homem, assim como a de elefante no caso acima? Há ainda um outro ponto: a definição nominal de 'homem' e 'elefante' parece poder variar de indivíduo para indivíduo, mas como então explicar que ela continue se referindo ao mesmo objeto? Mas já a

complexus correspondens illi termino. Sed cum alicui termino vocali correspondeat conceptus simplex, ut huic voci 'asinus' conceptus specificus asini, posito quod sit simplex, non est possibile alterum terminum vocalem praecise et adaequate significare illud vel illa quae ille significat, nisi sit pure synonymus illi. Nec est possibile dare orationem vocalem est terminus diversarum significationum constitutam quin eis correspondeant alii conceptus qui simples potest dari diffinitio causalis vel descriptio declarans quae sunt causae vel proprietates rei vel rerum pro qua vel pro quibus ille terminus supponit, vel etiam diffinitio quiditativa ex genere et differentia cui correspondet conceptus complexus, supponens tamen adaequate pro eisdem rebus pro quibus supponit ille conceptus incomplexus qui illi termino vocali correspondet.", SP, p.28. Buridan coloca que tais pontos serão esclarecidos em outro lugar: "Et haec debebant magis declarari in tractatu de diffinitionibus, divisionibus et demonstrationibus, et gaudeo haec intellexisse.", SP, p.28.

¹⁶¹ Scott (1966), p.27.

definição nominal do termo 'quimera' parece não sofrer tal variação: a definição nominal do termo 'quimera' é definida de acordo com a significação arbitrária dada pelo impositor desse nome. Mas, coloca Libera, a descrição nominal de 'quimera' apresentada como 'uma entidade composta de partes incompatíveis' (*'une entité composée de parties incompatibles'*), não é aplicável apenas ao termo 'quimera', mas também pode ser atribuída a outros conceitos complexos, como 'homem irracional'.¹⁶² Mas esta não é a única definição proposta por Buridan; e mesmo se fosse, este problema seria facilmente solucionável, bastando modificar a definição.

Para respondermos a tais questões com maior clareza precisaríamos recorrer a um estudo da epistemologia buridaniana, o que não poderemos fazer em tal trabalho. Mas a postulação de uma diferença entre definição nominal e real não parece ser uma solução *ad hoc*, pois está em consonância com sua teoria ontológica, tal como é fundamentada na teoria da origem dos conceitos e em vários pontos da teoria da significação, como a tese de que apenas coisas que existem podem ser significadas por um termo, e como 'quimeras' não existem, não podem ser significadas.

¹⁶² Libera (2002), pp.99-100.

Conclusão:

Inicialmente, vimos que a propriedade da significação se desdobra em dois níveis na teoria buridaniana. De um lado falamos de significação derivada, ou da linguagem convencional, na qual temos uma imagem em que a origem da significação dos nomes é explicada com a imposição. De outro, falamos da significação primária, ou da linguagem mental, que explica de maneira primitiva que um nome tem um determinado significado por corresponder ao conceito desse objeto do mundo. Tal ambigüidade em que o termo significação pode ser tomado gerou problemas com relação ao sentido como um termo é tomado, pois, se se considerar que 'ser significativo' é a propriedade que faz de um nome ser um nome, falamos de significação no primeiro sentido, quando uma seqüência sonora arbitrária adquire significado ao ser imposta arbitrariamente para significar um objeto. Mas também podemos entender que 'significar' é significar um objeto no mundo, e, nesse caso, estamos nos referindo à significação primária, em que significar é conceber algo por meio de um conceito. Mas essa imagem é apenas parcial, e, em seguida, Buridan mostra que a significação da linguagem convencional está fundamentada no nível primário da linguagem mental.

Tal tese é demonstrada, por exemplo, ao tratar da significação do termo 'quimera'. Apesar de 'quimera' ser um termo simples, ele não corresponde a um

conceito simples de um objeto existente no mundo, mas a um conceito complexo formado pela união de conceitos simples, que, por serem incompatíveis, não são instanciados em um objeto real. Buridan recorre, assim, à complexificação da própria linguagem mental, desdobrando-a em dois tipos de termos mentais significativos, os conceitos simples e os conceitos complexos. Essa duplicidade permite a Buridan explicar porque o termo 'quimera' é um termo significativo, sem que, contudo, tenha-se que se aceitar que ele significa uma quimera. Assim, 'quimera', no primeiro sentido de significação dado, é um termo significativo, pois foi imposto para significar, e também no segundo, pois significa um conceito complexo formado por conceitos simples, e por meio destes muitas coisas são concebidas.

Em um outro nível, vimos que a exploração da regra básica para atribuição do valor de verdade "pois como quer que a proposição signifique, há uma correspondência na coisa significada; logo, é verdadeira", mostrou que a significação não é suficiente para definir o valor de verdade. Tal função é realizada pela suposição, que ao determinar a referência dos termos em um contexto proposicional, fornece a base para a determinação do seu valor de verdade. A estrutura sincategoremática da proposição exerce assim papel essencial na determinação da referência de um termo.

A análise de sofismas mostrou que as principais maneiras pelas quais a estrutura sincategoremática determina a modificação da suposição dos termos são: (i) presença de sincategoremas de quantidade e de negação; (ii) variação do tempo

verbal; (iii) ampliação, que acontece devido à ocorrência de verbos no tempo passado ou futuro, bem como de predicados intensionais e modais na proposição; e (iv) suposição material, que ocorre quando temos um predicado metalingüístico, caso em que não tomamos o termo pelos seus significados últimos. A análise de casos em que ocorrem (iii), a ampliação, nos mostrou como uma proposição pode ser verdadeira mesmo com relação a eventos passados, futuros ou mesmo possíveis, devido à ocorrência de certos predicados que fazem com que a avaliação das proposições seja feita em outras situações que não o presente, mostrando assim como uma proposição pode ser verdadeira mesmo quando o seu referente não existe atualmente. Já a análise dos casos em que ocorre (iv), suposição material, mostrou que nem todo uso significativo da linguagem se refere às coisas que o termo significa no mundo, mas que podemos usar a linguagem para nos referir à própria linguagem ou ao pensamento, e que, mesmo nesse caso, também temos condições de verdade de proposições.

Assim, a ocorrência de diferentes sincategoremas determinam diferentes condições de verdade para proposições em que aparece um mesmo termo categoremático, como 'quimera'. As proposições "Uma quimera dança", "Uma quimera existe", em que temos suposição pessoal, são verdadeiras se os termos sujeito e predicado suporem pelas mesmas coisas, no tempo determinado pelo verbo. Isso não ocorre, já que o termo 'quimera' não supõe por nada, e por isso tais proposições são falsas. Já proposições como "Uma quimera é pensada" ou "Uma quimera é significada", a suposição do termo 'quimera' deveria ser ampliada para

tudo aquilo significado por esse termo. Mas o fenômeno de ampliação não ocorre, apesar da ocorrência dos predicados intensionais 'pensada' e 'significada'. Tais predicados ampliam a suposição dos termos em suposição pessoal para aquilo que ele significa além do presente. Mas o termo 'quimera' não supõe pessoalmente, já que nada no mundo corresponde a uma quimera. Logo, um termo que não supõe não pode ter sua suposição ampliada, e tais proposições também são falsas. Já em proposições como "Quimera é quimera", "Quimera' é trissílaba", "Quimera' é nome", "Quimera' é um conceito complexo", a presença dos termos metalingüísticos indicam que o termo 'quimera' supõe materialmente, i.e., pela sua ocorrência ou pelo seu conceito. Isso torna possível a identidade de suposição do sujeito e do predicado, tornando tais proposições verdadeiras.

Tais considerações fundamentam porque Buridan não utiliza como regra de verdade a tese aristotélica, que falha em vários casos, além do que não leva em consideração a ambigüidade da significação, e oferece uma regra de verdade em termos de suposição: uma proposição afirmativa é verdadeira se o sujeito e o predicado supõem pelo mesmo, regra válida tanto numa proposição em que os termos supõem pessoalmente como materialmente. Esse refinamento da teoria da suposição a torna então um instrumento consistente para a determinação das condições de verdade da proposição, dadas em função do valor semântico de suas partes.

Assim, a resposta buridaniana ao problema da referência dos objetos inexistentes, dada com a postulação de uma semântica mais complexa para termos

associados a determinados tipos de conceitos, permite então oferecer uma explicação satisfatória de como esses termos podem ter significados, ou mesmo figurar em uma proposição verdadeira, negando absolutamente atribuir a existência a esses objetos. Ela parece consistente e ontologicamente econômica, se comparada a teorias que pagam um preço ontológico mais alto, ao postular a existência de entidades inexistentes, ou ao dizer que proposições podem ser verdadeiras sem falar de nada no mundo, e estes são alguns dos méritos da teoria buridaniana.

Referências bibliográficas:

Bibliografia primária:

Buridanus, Iohannes. *Summulae de Suppositionibus*. Introduction, critical edition and indexes by Ria Van der Lecq. Nijmegen: Ingenium Publishers, 1998.

Buridanus, Iohannes. *Summulae de Practica Sophismatum*. Introduction, critical edition and indexes by Fabienne Pironet. Turnhout: Brepols, 2004.

Buridanus, Iohannes. *Questiones Longe Super Librum Peri Hermeneias*. Edited whit an introduction by Ria Van Der Lecq. Nijmegen: Ingenium Publishers, 1983.

Buridan, John. *Summulae de Dialectica*. An annotated translation, with a philosophical introduction by Gyula Klima. London: Yale University Press, 2001.

Anonymus "Omnis homo de necessitate est animal" In: *César et Le Phénix. Distinctiones et Sophismata Parisiens du XIII siecle*. Ed. par Alain de Libera, 1991, pp. 25-47.

Nicholas of Cornwall. "Notule super librum Porfirii." In: "Oxford Logic 1250-1275: Nicholas and Peter of Cornwall.", Lewry, O. P. *The Rise of British Logic*, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1983, pp. 43-47.

Spain, Peter of. *Tractatus – called afterwards Summule Logicales*. First Critical Edition from the Manuscripts with Introduction by L.M. de Rijk. Netherlands: Van Gorcum, 1972.

Bibliografia secundária :

Biard, Joel (1989) *Logique et théorie du signe au XIVe siècle*. Paris: Vrin.

Ebbesen, Sten. (1997) “Le bestiaire de La Logique.” In: Cassin, B., Labarrière, J. *L’animal dans L’antiquité*. Paris: Vrin, pp. 533-544.

Ebbesen, Sten. (1986) “The Chimera’s Diary.” In: *The Logic of Being – Historical Studies*. Edited By Knuuttila, S., Hintikka, J. Dordrecht, Boston, Lancaster, Tokyo: D. Reidel Publishing Company, pp. 115-143.

Hughes, G. E. (1982) *John Buridan on Self-Reference – Chapter Eight of Buridan’s Sophismata, with a translation, an Introduction, and a philosophical Commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-37.

Kretzmann, N. K. A., Pinborg, J. (Ed.). (1982) *The Cambridge History of Later Mediaeval Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Klima, G. (1993) “*Debeo tibi equum*: A reconstruction of the Theoretical Framework of Buridan’s Treatment of the Sophisma.” In: *Sophisms in Medieval Logic and Grammar*. Read, S. (ed), Dordrecht, pp. 333-47.

Libera, Alain de. (2002) *La Référence vide – Théories de la proposition*. Paris: Presses Universitaires de France.

Nuchelmans, G. (1973) *Theories of The proposition – Ancient and medieval conceptions of the bearers of truth and falsity*. North-Holland Publishing Company : Amsterdam.

Panaccio, C. (1999) *Le discours Intérieur – De Platon à Guillaume d’Ockham*. Paris: Seuil.

Perini-Santos, E. (2003) “A explicação ockhamiana de proposições passadas, ou instruções para um aprendiz.” In: *Analytica*, vol. 7, n.1, pp. 49-63.

Perini-Santos, E. (2005) "A Composição real da proposição mental ockhamiana." *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1, pp. 67-92.

Perini-Santos, E. (2008) "Mapeando argumentos no sofisma 'omnis homo de necessitate est animal'" (Não publicado).

Pironet, F. *Sophismata*. (Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/sophismata> Último acesso: 10/02/2009).

Scott, T.K. (1966) *Sophisms on Meaning and Truth*. New York: Appleton-Century-Corfts, p.1-60.

Stalnaker, R. (1997) "Reference and Necessity." In: *A Companion to the Philosophy of Language*. Edited by Bob Hale and Crispin Wright, Blackwell Publishers, pp. 534-555.

Sillitti, G. (1980) *Tragelaphos – Storia di una metafora e di un problema*. Bibliopolis.

Spade, P. V. (2002) *Thoughts, Word and Things – An introductory to Late Medieval Philosophy*. Version 1.1 (Disponível em: www.pvspade.com Último acesso: 10/02/2009).

Zupko, Jack. (1997) *John Buridan – Portrait of a Fourteenth-Century Arts Master*. Notre Dame: Publications in Medieval Studies.